

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CPDA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**MUITO ALÉM DE *CASA-GRANDE & SENZALA*: SOCIABILIDADE E  
CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA NO BRASIL EM GILBERTO  
FREYRE**

MARINA CALAZA RUAS

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CPDA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MUITO ALÉM DE *CASA-GRANDE & SENZALA*: SOCIABILIDADE E  
CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA NO BRASIL EM GILBERTO  
FREYRE

MARINA CALAZA RUAS

*Sob a orientação do Professor Dr.*

Raimundo Santos

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de **Mestre  
em Ciências**, no Programa de Pós-  
Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ  
Outubro, 2014

306.40981	Ruas, Marina Calaza.
R894m	Muito além de Casa-grande & Senzala: sociabilidade e cultura política autoritária no Brasil em Gilberto Freyre / Marina Calaza Ruas, 2014.
T	99 f.
	Orientador: Raimundo Santos
	Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
	Bibliografia: f. 62-69.
	1. Sociabilidade - Teses. 2. Cultura política - Teses. 3. Autoritarismo - Teses. I. Santos, Raimundo Nonato dos. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**MARINA CALAZA RUAS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção de grau de **Mestre em Ciências**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 01/10/2014

---

Dra. Raimundo Nonato dos Santos – CPDA/UFRRJ  
(Orientador)

---

Dra. Ana Lúcia da Costa Vieira – CTUR/UFRRJ

---

Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo – UFC

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo da produção deste trabalho contei com diversos apoios que tornaram possível sua realização. Agradeço especialmente ao meu orientador, o Professor Raimundo Santos por sua atenção, dedicação e paciência; ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e aos professores e alunos do mesmo que me acompanharam neste percurso; ao CAPES pelo auxílio com a bolsa de pesquisa que permitiram a realização do mestrado e a minha família, a quem dedico este trabalho.

## RESUMO

RUAS, Marina Calaza. **Muito além de Casa-grande & senzala: sociabilidade e cultura política autoritária no Brasil em Gilberto Freyre**. 2014. 99 f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

Essa pesquisa se propõe a investigar em algumas obras de Gilberto Freyre, a saber, *Casa-grande & senzala* (1980 [1933]), *Sobrados & mucambos* (1961 [1936]) e *Ordem e Progresso* (1974 [1959]), além dos artigos *Quase política* (1966), *A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno* (1956) e *O processo revolucionário brasileiro* (1969), que elementos o autor fornece para a compreensão das origens e desenvolvimento de padrões autoritários de sociabilidade e de cultura política em nossa formação nacional e como esse modelo de sociabilidade e de cultura política se relaciona com um projeto de *revolução passiva* ou *revolução conservadora* gradualmente assumido pelo autor. Buscamos conjugar a isso uma interpretação da experiência intelectual de Gilberto Freyre no interior de um determinado contexto de discussão teórica e política, que nos permita compreender melhor suas principais ideias e preocupações diante do processo de modernização brasileiro e os efeitos de sua produção intelectual sobre o mesmo.

**Palavras-chave:** Sociabilidade, cultura política, autoritarismo

## ABSTRACT

RUAS, Marina Calaza. **Far beyond Casa-Grande & Senzala: sociability and authoritarian political culture in Brazil in Gilberto Freyre's work**. 2014. 99 f. Master (Master of Social Sciences, Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences. Department of Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

This research aims to investigate in some works of Gilberto Freyre, namely: *Casa-grande & senzala* (1980 [1933]), *Sobrados & mucambos* (1961 [1936]) and *Ordem e Progresso* (1974 [1959]), and some articles *Quase política* (1966), *A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno* (1956) e *O processo revolucionário brasileiro* (1969), the author provides elements for understanding the origins and development of authoritarian patterns of sociability and political culture in our national bulding and how this model of sociability and political culture relates to a *passive revolution* project or *conservative revolution* gradually assumed by the author. We seek to combine with this an interpretation of the intellectual experience of Gilberto Freyre within a given context of theoretical and political discussion that will allow us to better understand its main ideas and concerns on the Brazilian modernization process and the effects of his intellectual production on the same.

**Keywords:** Sociability, political culture, authoritarianism

## **LISTA DE SIGLAS**

AI-5 - Ato Institucional de número 5  
Arena - Aliança Renovadora Nacional  
SN - Doutrina de Segurança Nacional  
ESG - Escola Superior de Guerra  
EUA - Estados Unidos da América  
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
PSD - Partido Social-Democrata  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
UDN - União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
-----------------	----

### **CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS DA CULTURA POLÍTICA E SOCIABILIDADE AUTORITÁRIAS NO BRASIL**

1.1. Contextualização histórica, política e intelectual da obra <i>Casa-grande &amp; senzala</i> .....	17
1.2. <i>Casa-grande &amp; senzala</i> : personalismo, miscigenação e patriarcalismo e a formação da sociabilidade e cultura política autoritárias no Brasil.....	30

### **CAPÍTULO II - O TEMA DA REVOLUÇÃO PASSIVA NA OBRA DE GILBERTO FREYRE**.....

2.1. <i>Sobrados &amp; mucambos</i> e <i>Ordem e progresso</i> : mudança e permanência.....	41
2.2. Os textos do pós-guerra e a defesa aberta da “ <i>revolução conservadora</i> ”.....	50

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
---------------------------------	----

### **ANEXOS**

Anexo 1: Forças Armadas e outras forças.....	70
--	----

Anexo 2: Revolucionário conservador.....	84
--	----

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendo abordar certos padrões de sociabilidade e cultura política que atravessam uma das mais fundamentais obras do pensamento social brasileiro, a trilogia sobre a formação social brasileira sob o regime patriarcal, produzida por Gilberto Freyre como interpretação da nação. Como veremos ao longo deste estudo, para Gilberto Freyre nossas raízes estariam assentadas sobre padrões sociais provenientes da ordem senhorial-colonial e seus traços essenciais teriam incidido na passagem para a ordem capitalista moderna. Herdadas dos domínios rurais, tais padrões de sociabilidade e comportamento político apresentam-se em nossa leitura como conservadores e, sobretudo autoritários.

O Brasil passou nos séculos XIX e XX por imensas transformações que vão, para citar algumas, desde o processo de abolição da escravidão em 1888 – depois de mais de três séculos de trabalho escravo, a uma progressiva expansão urbana e modernização que alterou de forma significativa a constituição da sociedade brasileira com o surgimento da classe operária, das classes médias, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais etc. O Brasil deixa de ser, ao longo do último século, um país de composição predominantemente rural para ter mais de 80% de sua população vivendo em áreas urbanas (OLIVEIRA, 2000; BASTOS, 2006). Apesar dessas mudanças sua face rural e autoritária ainda parece imperar nas diversas interpretações desse período acerca do que compõe a realidade nacional.

Inúmeros autores arriscaram-se a pensar essas mudanças e seus efeitos sob a perspectiva de indagar quem somos enquanto sociedade hoje. No que tange aos pressupostos interpretativos da formação do Brasil, existe uma forte corrente que defende, apesar de todas essas transformações pelas quais o país passou, a questão da permanência de traços estruturais do passado patriarcal e escravista que incidiram sobre o processo de construção da sociabilidade capitalista no país. A identificação do personalismo como marca idiossincrática das bases de nossa cultura política, por exemplo, constituiu uma das mais fortes correntes interpretativas na agenda do pensamento social brasileiro. Outra corrente contraria a essa noção de permanência e compreende que essa avaliação em nada esclarece o exame sociológico da construção da modernidade no País, além de conduzir à ideia de incapacidade do brasileiro de agir no mundo moderno, configurado por regras de caráter impessoal e igualitário (VILLAS-BÔAS, 2003).

Nascido em 1900, na cidade de Recife, onde veio a falecer em 1987, Gilberto Freyre vivenciou grande parte dos acontecimentos que marcaram o século XX e buscou expressar os problemas sociais colocados em seu tempo. Nas décadas de 1930 a 1950, período em que escreve as três obras que compoem o painel do processo de consolidação, decadência e desintegração da sociedade patriarcal no Brasil, ocorrem mudanças históricas significativas em um curto período de tempo, com o aparecimento de novas ideias e de novos atores sociais. Essas transformações em ritmo acelerado levaram os intelectuais brasileiros a buscar refletir sobre como todas essas mudanças e o advento da modernidade se refletiam em nosso país.

As indagações que permeiam esse estudo, apresentadas a seguir, surgiram primeiramente de questionamentos levantados quando residi por dois anos em São Luís do Maranhão e tomei conhecimento da prática comum de incorporação de trabalhadoras domésticas informais como “filhas de criação” no âmbito doméstico de famílias da cidade. Chamava atenção a ambiguidade da relação estabelecida com a família receptora entre o laço afetivo e a assunção de uma relação de trabalho que escapava aos estatutos legais. Tomei conhecimento posteriormente, ao me debruçar sobre o tema e iniciar o levantamento

bibliográfico, que tais situações não estavam circunscritas àquele estado ou região e eram bastante comuns em várias partes do Brasil, mesmo nas regiões mais desenvolvidas. O próprio estatuto legal das empregadas domésticas no Brasil, categoria tardiamente enquadrada em legislação trabalhista própria, remete a esse limite entre a intimidade e a exploração do trabalho, que pode ser subsumida na expressão corriqueira: “é como se fosse da família”.

Desenvolvi a partir destas questões um projeto de pesquisa com o qual participei da seleção de mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade no ano de 2011. Fazia parte de nossa bibliografia a obra *Casa-grande & senzala* que trazia interessantes subsídios para compreender as origens dessas relações íntimas e autoritárias ao mesmo tempo. Durante o primeiro ano cursando o mestrado nosso objeto de pesquisa sofreu uma série de mudanças até tomar o atual formato. As questões principais acerca da centralidade da pessoalidade nas relações sociais no Brasil e as origens e consequências autoritárias desse fenômeno, no entanto, permaneceram no cerne de nossas preocupações de pesquisa.

Ao decidir deslocar esse problema do universo empírico para o plano teórico, composto por alguns dos principais livros do pensamento social brasileiro produzidos pelo sociólogo pernambucano Gilberto de Mello Freyre, introduzi na pesquisa outra dimensão de análise que diz respeito a tradição teórica autoritária no Brasil. Pretendi com essa mudança pensar a sociedade brasileira, aspectos de nossa cultura política e sociabilidade de viés autoritário, a partir de uma história das ideias que toma a produção sociológica de Gilberto Freyre como objeto privilegiado para compreender as matrizes de interpretação sobre o Brasil. Esse se tornaria o eixo principal de nossa dissertação. Ressalto que uma história das ideias não se baliza a tecer considerações apenas sobre um círculo restrito de intelectuais e como se desenvolveu o debate entre as diversas interpretações do Brasil produzidas por estes, mas a pensar como essas ideias – nesse caso as que compõem o espectro do pensamento autoritário no Brasil – são apropriadas por diversas instâncias ganhando uma abrangência muito maior, contribuindo assim para pautar, ainda que de forma difusa, a realidade social, cultural e política de uma sociedade.

Assisti com espanto, há mais de uma década atrás, uma montagem da peça teatral *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, publicada em 1933, mesmo ano do lançamento de *Casa-grande & senzala*, livro este que será objeto dessa pesquisa. A peça expõe a saga de nossa modernização autoritária, feita a partir do acordo entre elites agrárias e burguesia industrial. Tal processo histórico é apresentado como fábula de tonalidades tragicômicas que capta com humor jocosos a conduta da classe dominante brasileira que irá impor seu modelo autocrático baseado em interesses particularistas na transição para o capitalismo moderno. Recordo aqui essa montagem teatral para explicar que já havia me chamado atenção o tema que se tornaria o segundo eixo da pesquisa: a *revolução passiva*<sup>1</sup> (GRAMSCI, 2002) ou conservadora (MOORE, 1987).

Proponho-me investigar em algumas obras de Gilberto Freyre, em especial, *Casa-grande & senzala* (1980), *Sobrados & mucambos* (1961) e *Ordem e Progresso* (1974), além dos artigos das décadas de 1940, 1950 e 1960 presentes nas obras *Quase política* (1966), *A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno* (1956) e *O processo revolucionário brasileiro* (1969), que elementos o autor fornece para a compreensão das origens e desenvolvimento de padrões autoritários de sociabilidade e de cultura política em nossa formação nacional e como

---

<sup>1</sup> O conceito de *revolução passiva* será desenvolvido no capítulo II.

esse modelo de sociabilidade e de cultura política se relaciona com um projeto de *revolução passiva* ou *revolução conservadora*<sup>2</sup> gradualmente assumido pelo autor.

A noção de cultura política está presente ao longo da história do pensamento político, desde o período clássico, sendo expressa por diversos autores, como Tocqueville e Max Weber. Parsons afirmava que a cultura política fazia referência aos sentimentos subjetivos e as atitudes e condutas que caracterizam as orientações políticas individuais e coletivas em um sistema político. Habermas, por sua vez compreendia a cultura política por um viés estrutural e histórico. O autor não trabalhou com o termo cultura política, mas utilizou em seu lugar o conceito de “esfera pública” para identificar o espaço social em que podia desenvolver-se a opinião pública democrática. O trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba se tornou uma importante referência contemporânea nesse debate (FAGUNDES, 2008).

Com a utilização desse conceito os cientistas políticos combinaram perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. Seu objetivo era incorporar nas análises políticas contemporâneas uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas presentes no interior da sociedade. Essa abordagem atribuiria grande importância aos processos de socialização na definição do comportamento político, considerando os diferentes espaços em que se forma e dissemina uma dada cultura política, como a família, a escola, Igreja, o trabalho etc. (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1994).

Serge Berstein destaca a confluência de importantes movimentos de renovação no campo historiográfico como sendo responsáveis pelo maior impacto que o conceito ganha a partir da década de 1960 com o desenvolvimento da história cultural e a renovação da história política operada por René Desmond. Os movimentos historiográficos fomentaram a utilização do conceito de cultura política como uma resposta que atenderia à multiplicidade dos comportamentos políticos escapando das teses deterministas e idealistas em voga no campo da política (BERSTEIN, 1998). Ainda que a perspectiva de Almond e Verba tenha sofrido inúmeras críticas posteriormente, por, dentre outras questões, hierarquizar diferentes culturas políticas enaltecendo a democrática, seu trabalho teve enorme influência ao desenvolver o conceito de cultura política expressando a possibilidade de este conjugar aspectos macro da política (estrutura e função do sistema político, as instituições e os efeitos das políticas públicas) e micro (enfocando o indivíduo e suas atitudes políticas e motivações que dizem respeito à cultura política cotidiana) e sobretudo as relações de ambos os níveis com o que denominaram “orientações políticas”. Se a cultura política conecta os níveis da política macro e micro, então ela pode ser compreendida como o resultado, por um lado, da história coletiva do sistema político e, por outro, das experiências pessoais dos próprios indivíduos. A análise das instituições políticas na experiência societal se acresce de uma dimensão cultural que não as reduz e que se liga aos processos com que atores sociais lhes atribuem verdade e legitimidade (MATEOS, S/D).

O conceito de *sociabilidade* também ganha novos usos a partir da década de 1960 com as contribuições de Maurice Agulhon, que o definiria como a aptidão geral de uma população para viver intensamente as relações públicas. Segundo Boudon, a sociabilidade apresenta uma série de conteúdos que o estudo dos caracteres nacionais, dos temperamentos regionais e das mentalidades sociais permite especificar (BOUDON, 1990).

O conceito de sociabilidade tem, na realidade, grande proximidade com o de cultura política por ambos terem sido desenvolvidos em um espaço de renovação da história política

---

<sup>2</sup> Barrington Moore Jr. (1987) em *As origens sociais da ditadura e da democracia – senhores e camponeses na construção do mundo moderno* desenvolve um conceito semelhante para tratar das revoluções feitas de “cima para baixo”, o conceito de *revolução conservadora*.

em diálogo com a história cultural. Ambos os conceitos são desenvolvidos no âmbito de uma história política que tem como norte “analisar não só os comportamentos coletivos e seus efeitos, mas também o que provém da percepção e das sensibilidades. O que a leva a interessar-se pelos fenômenos de transmissão de crenças, das normas e dos valores” (SIRINELLI, 1998, p.412). O trabalho do historiador Maurice Agulhon constituiu um marco essencial na transformação da noção de sociabilidade em um instrumento conceitual de grande alcance sendo utilizado posteriormente em outros campos disciplinares. Mais recentemente Jean-François Sirinelli também contribuiu para o desenvolvimento do conceito compreendendo que o espaço de sociabilidade é, ao mesmo tempo, “geográfico” e “afetivo”, pois, ao estabelecer relações de adesão e/ou rejeição, acaba por criar certa “sensibilidade ideológica” (BOUDON, 1990).

Além de investigar as origens de uma cultura política autoritária e personalista no Brasil, tendo como marca a tutela, o esvaziamento da sociedade civil e um projeto de *revolução passiva*, pretendo me debruçar também, de maneira integrada ao tema central dessa pesquisa, sobre uma interpretação da experiência intelectual de Gilberto Freyre no interior de um determinado contexto de discussão teórica e política, que nos permita compreender melhor suas principais ideias e preocupações diante do processo de modernização brasileiro. O que nos leva ao problema da articulação entre questões internas do texto do autor e o ambiente social em que se movia seu produtor.

No capítulo I do presente estudo procurei desenvolver uma contextualização histórica, política e intelectual do livro *Casa-grande & senzala*, principal obra do autor, que conteria os elementos seminais da tese freyriana retomados e desenvolvidos em seus trabalhos posteriores. Busquei compreender seus efeitos sobre a vida nacional e sobre a fundamentação de uma sociabilidade e cultura política de caráter autoritário utilizando-me do conceito de *estrutura de sentimentos* desenvolvido pelo historiador e crítico cultural galês Raymond Williams. *Casa-grande & senzala* (1980 [1933]) tinha uma orientação política nacionalista e tradicionalista e não se associou diretamente ao projeto de Estado então em curso no Brasil, uma vez que Freyre representava naquele momento histórico uma oligarquia passadista que fazia oposição a Getúlio Vargas e que foi derrotada pela Revolução de 1930 (ORTIZ, 2012). No entanto, não podemos perder de vista que o livro teve uma enorme importância política na construção ideológica da identidade nacional, uma vez que resolve o imbróglio que se constituía desde o século XIX em torno da questão racial, operando uma transformação simbólica do pensamento sobre como lidamos com nossa identidade. Concentro-me, na parte final do capítulo, sobre alguns dos principais temas presentes na obra como o patriarcalismo, o personalismo e a miscigenação, e sua relação com a formação de uma cultura política e sociabilidade autoritárias no Brasil.

No segundo capítulo me debrucei sobre as obras *Sobrados & mucambos* (1961[1936]) e *Ordem e progresso* (1974 [1959]) que trazem ao debate o tema da *revolução burguesa* (FERNANDES, 1976) que se configurou Brasil como uma *revolução conservadora* ou *revolução passiva*. Os artigos do pós-guerra e do período da ditadura de 1964 complementam o tema e trazem a defesa aberta da intervenção militar em momentos de instabilidade social. Estes trabalhos teriam um caráter mais normativo e publicista em relação às obras da trilogia, as quais se configuram como um estudo histórico e sociológico. Freyre apoiou o projeto político do Estado pós-1964 e como veremos seu discurso teórico e político já ecoava desde o final dos anos 1940 – no contexto do pós-guerra, que trouxe um acirramento de posições – a concepção de *revolução conservadora*. Dois dos artigos aqui utilizados, “Revolucionário conservador” e “Forças armadas e outras forças” foram anexados à dissertação, uma vez que se trata de textos raros do autor que explicitam abertamente seu posicionamento político como publicista.

Freyre afirmava, por exemplo, que o Exército seria a única instituição capaz de dar sustentação e unidade à nação em momentos conflituosos e perigosos de mobilização popular, intervindo na organização social nacional. Segundo o autor, essa sustentação seria transitória uma vez que o Brasil teria vocação democrática e pluralista, precisando apenas ser moldado por tal poder como forma de garantir sua ordem sem passar por perigos de uma mobilização política popular (FREYRE, 1965; 1966). Na década de 1960, quando ocorre uma maior radicalização do processo político e social, Freyre produz alguns artigos acerca da ameaça comunista no Brasil e afirma suas convicções na Aliança para o Progresso, um programa de ajuda norte-americano (MOTA, 1980). Transparece de forma mais evidente nos textos desse período um projeto político de organização do Estado.

Freyre teve grande proximidade com os militares que tomaram o poder em 1964 sendo indicado para mais de um cargo no governo e atuando na elaboração de uma identidade nacional que se adequasse ao novo Estado que se formou após o golpe. Ele participou da construção de um plano de cultura – integrando o Conselho Federal de Cultura na década de 1970 – que buscou valorizar e reinterpretar as categorias do *nacional-popular*<sup>3</sup> e estabelecer uma relação entre presente e passado, colocando o movimento pós-1964 como continuidade e não como ruptura, concretizando assim uma associação com as origens do pensamento sobre a cultura brasileira que ajustavam o discurso modernizador ao discurso tradicional (ORTIZ, 2012).

Os governos militares valeram-se da ideologia de um Brasil mestiço fabricada por Gilberto Freyre, procurando sublinhar o aspecto da diversidade, a imagem do Brasil como país da pluralidade de culturas. Para Renato Ortiz trata-se de uma fórmula ideológica de integração das diferenças regionais no interior de uma hegemonia estatal (ORTIZ, 2012). É importante ressaltar que Freyre não teve nesse período a mesma importância intelectual assumida na década de 1930, quando fabrica o mito do Brasil mestiço.

Sem pretender formular generalizações sobre o papel dos intelectuais na sociedade, tomaremos a trajetória de Gilberto Freyre como um interessante modelo para perceber a influência que exerce tal categoria na produção e transmissão de ideias, símbolos e visões de mundo. Marilena Chauí afirma que a vida intelectual e artística nacional foi sempre marcada pelo signo do autoritarismo, com intelectuais constantemente associados a um projeto de poder e de tutela das massas. As elites nacionais, temendo mobilizações populares, sempre buscaram construir projetos ideológicos que implicassem a indivisão e mantivessem sua hegemonia de classe (CHAUÍ, 1987).

Nesse sentido Gilberto Freyre pode ser considerado um autor paradigmático, pois sua obra condensa de forma mais acabada a ideologia de todo um grupo social e promove como nenhuma outra a unidade nacional a partir da ideia de mestiçagem.

Podemos apreender que nossa formação e processos de mudança social sempre remetem a circunstâncias fracas de sociabilidade, no que tange à emergência de organizações e associações da sociedade civil. Para alguns autores a esfera pública<sup>4</sup> não chega nem mesmo

---

<sup>3</sup> A problemática das relações entre a cultura popular e a identidade nacional aparece em diferentes épocas. Gramsci, porém, reorienta esse debate em torno do conceito de *nacional-popular*, um dos temas centrais de seus *Cadernos do Cárcere*. A questão emerge a partir da tentativa de compreensão das relações do moderno Estado italiano com uma possível hegemonia cultural e ideológica dos diferentes grupos sociais. O conceito busca apreender o movimento empreendido por esses grupos de definir uma identidade nacional que se adequasse ao novo Estado nacional (ORTIZ, 2012).

<sup>4</sup> Segundo Jürgen Habermas, a “esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente

a constituir-se como tal no contexto brasileiro (SOUZA, 2006; CHAUI, 1987), uma vez que esta está sempre à mercê das exigências do espaço privado. Desse modo, a sociedade civil brasileira remete a um organismo invertebrado que seria sempre inventado, vigiado e tutelado pelo Estado, tendo os intelectuais como mediadores simbólicos nesse processo. Acerca dessa identificação dos intelectuais brasileiros com o poder Chauí afirma:

Nessa sociedade não existem nem a ideia nem a prática da representação política. Os partidos políticos sempre tomam a forma clientelística (a relação entre superiores e inferiores sendo a do favor), populista (a relação sendo a da tutela) e, no caso das esquerdas vanguardistas (a relação sendo a de substituição pedagógica, a vanguarda “esclarecida” tomando o lugar da classe universal “atrasada”). [...]. Situação que marca profundamente a vida intelectual e artística, os intelectuais – na maioria oriundos das classes médias urbanas – oscilando entre a posição de Ilustrados (definindo pra si próprios o “direito ao uso público da razão”, isto é, a opinião pública) e de Vanguarda Revolucionária (definindo para si próprios o papel de educadores da classe trabalhadora), mas sempre fascinados pelo poder – identificados ao Estado – e pela tutela estatal, reduzindo-se a “funcionários do universal”, para usarmos a expressão de Hegel (isto é, à burocracia, como lembra Marx), embora desejassem a posição de funcionários da “Razão na História” (CHAUI, 1987, p. 55).

Pretendo identificar nos livros e artigos de Gilberto Freyre citados alguns elementos que o autor nos fornece para decifrar os fundamentos da vida social brasileira e o caráter autoritário de nossa cultura política. Freyre é um autor que trabalha com a noção de continuidade de traços essenciais da sociedade brasileira através do tempo, o que permitiria analisar, ao longo do período que sua trilogia sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira sob a influência do regime patriarcal engloba – Colônia, Império e República – quais elementos de transformação e de continuidade são apresentados pelo autor e como se sustentam na conformação singular de nossa forma de nação.

O patriarcalismo<sup>5</sup> é para o autor um padrão de domínio e de organização social que fundamenta a sociedade brasileira em seus primórdios. Gilberto Freyre aponta que a constituição de tal modelo durante o período de colonização brasileiro se deveu à ausência de instituições intermediárias acima da família. E defende que sob as condições inóspitas encontradas aqui pelo conquistador luso esse foi o modelo que melhor se adequou às necessidades do processo de colonização. Sob tal tradição a família reunia em si toda a sociedade, não apenas a família nuclear dos senhores, mas também agregados e escravos, além de uma extensa parentela. Todos esses elementos conviveriam combinando excesso de proximidade com excesso de despotismo (SOUZA, 2000).

As relações de cunho personalista advindas do sistema patriarcal teriam se desdobrado posteriormente em fenômenos como o clientelismo<sup>6</sup>, até hoje presentes, em maior ou menor

---

privada, mas publicamente relevante (...). O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública” (HABERMAS, 2003, p.42).

<sup>5</sup> O patriarcalismo é o tipo de organização familiar presente nos domínios rurais que se comporta segundo o modelo da Antiguidade, em que a própria palavra “família”, em sua etimologia (*famulus*), se achava estreitamente ligada à ideia de escravidão, formando o vasto corpo subordinado ao patriarca que se mantinha como base de toda a organização social. Esse modelo seria encontrado em nossa sociedade colonial, organizado em torno da figura dos proprietários de terras que exerciam sua autoridade sobre uma extensa, híbrida e poligâmica família, compreendendo o fenômeno que se convencionou chamar de patriarcalismo no Brasil.

<sup>6</sup> Em relação ao clientelismo, uma das derivações mais evidentes dessa cultura política no Brasil, Carl Landé, em seu estudo sobre o fenômeno, se refere ao peso das relações pessoais – que denomina relações diádicas – na

medida, no repertório de nossas práticas sociais, culturais e políticas. Mas esse sistema de organização social e política não parece ter ficado circunscrito, para o autor, apenas ao Período Colonial. Nos textos que analisaremos aqui, delineia-se a ideia de que a permanência da coesão social no Brasil através do tempo proviria, dentre outros fatores, do prolongamento de elementos da cultura patriarcal que atravessam nossa história. O personalismo<sup>7</sup>, o privatismo<sup>8</sup> e o familismo<sup>9</sup> são alguns atributos geralmente relacionados ao sistema patriarcal que comporiam uma gramática política do conservadorismo enraizado em nossa cultura política (NUNES, 1997 *apud* OLIVEIRA, 2000). Como não é possível nos aprofundar em todos esses elementos da gramática política brasileira nesse estudo, nos remeteremos especialmente ao personalismo e a sua relação com o autoritarismo, para compor esse quadro da cultura política e sociabilidade brasileiras e do processo de *revolução passiva* a partir da leitura dos textos de Gilberto Freyre supracitados. Desse modo, a identificação do personalismo, do autoritarismo e de um projeto de *revolução passiva* em seus escritos configura-se como um caminho escolhido para melhor compreendermos sua peculiar concepção de sociabilidade e para nos auxiliar a perceber a influência que essa interpretação do Brasil teria sobre a construção de uma cultura política autoritária.

---

organização da atividade política em sociedades “em desenvolvimento”. O autor enfatiza que em tais relações diádicas – isto é, aquelas realizadas diretamente entre dois indivíduos – as alianças estabelecidas não são especificadas previamente como em um contrato, mas materializam-se na certeza da troca e da ajuda mútua em casos de necessidade. Para o autor, uma das formas de clientelismo se define como uma aliança diádica entre indivíduos que possuem diferenças assimétricas permanentes, na qual há um padrão com recursos financeiros e poder, o qual se encontra em posição de superioridade ante seus clientes, e estes, aos quais só resta oferecer em troca sua força de trabalho e sua lealdade (LANDÉ, 1977).

<sup>7</sup> Diz respeito à cultura da personalidade que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, seria um dos traços mais marcantes advindos de nossa herança ibérica. O personalismo constituiria uma força oposta à coletividade e à prática da democracia participativa, uma vez que, sob sua égide, a solidariedade e os acordos coletivos só se dariam onde há laços pessoais e afetivos envolvidos (HOLANDA, 2004).

<sup>8</sup> Tendência político-econômica de forte valorização da iniciativa privada.

<sup>9</sup> Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, salienta que o quadro familiar centrado no patriarca torna-se tão poderoso que persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada acaba por preceder no Brasil sempre a entidade pública. Os moldes dessa organização fundada sobre bases afetivas, convivendo sob a luz da intimidade e da violência, deixam marcas em nossa sociedade, em nossa vida pública e em diversas atividades sob a influência do passado patriarcal. “Permanecem em nossa sociedade um tipo de mentalidade particularista e antipolítica tendo como consequência a invasão do público pelo privado, do Estado pela família, como traços que teriam origem nessa herança patriarcal” (HOLANDA, 2004, p. 83).

## CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS DA CULTURA POLÍTICA E DA SOCIABILIDADE AUTORITÁRIAS NO BRASIL

### 1.1. Contextualização histórica, política e intelectual da obra *Casa-grande & senzala*

A partir de uma análise mais pormenorizada da obra *Casa-grande & senzala* pretendemos adentrar nesse primeiro capítulo o tema da influência que a obra e o pensamento de Gilberto Freyre tiveram sobre a construção de uma sociabilidade e cultura política autoritária no Brasil. Freyre é um dos autores de maior destaque do pensamento social brasileiro, formando junto a Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda um cânone de intérpretes que, segundo a avaliação de Antonio Candido (MELLO E SOUZA, 2004 [1967]) marcaram a fundação de um pensamento histórico e sociológico sobre o país<sup>10</sup>. O autor é costumeiramente destacado por críticos e estudiosos por seu talento narrativo e olhar atento à sociabilidade existente no Brasil colonial, constituída nos meandros da casa-grande e da senzala, e posteriormente em sua extensão especular, o sobrado e o mucambo. A preocupação com a vida cotidiana e com uma dimensão de caráter subjetivo, da intimidade, na elaboração de um panorama da história brasileira – do Período Colonial até o início do século XX, conforme desenvolvido em *Casa-grande & Senzala*, *Sobrados & mucambos* e *Ordem e progresso*<sup>11</sup> – recupera com olhar etnográfico e uma ampla bagagem histórica os princípios que guiam o cotidiano, recriando sua atmosfera e compondo um quadro amplo do universo social. Destaca-se também sua perspicácia em identificar os atores sociais e grupos-chave envolvidos nos processos de mudança social.

O autor buscou compreender a realidade nacional a partir de dicotomias – como casa-grande/senzala e posteriormente sobrado/mucambo, que, se por um lado, são retratados pelo autor em termos de elementos de proximidade social entre desiguais, por outro destacam as hierarquias presentes na sociedade brasileira. Alguns críticos sublinham, entretanto, a habilidade de Freyre em esvaziar as contradições contidas nesses pares antagônicos ao matizar as relações sociais com uma série de mecanismos que tornam imprecisos os contornos sociais entre classes e raças, uma vez que predominam em sua leitura elementos de acomodação e conciliação – o que já nos dá pistas acerca de sua peculiar noção de sociabilidade (MOTA, 1980; SKIDMORE, 2000). Esta seria pautada, a nosso ver, pela ideia de harmonia social e complementaridade, próprias de um modo funcionalista de compreensão do social, conforme veremos mais adiante.

Dividida em cinco capítulos *Casa-grande & senzala* apresenta o processo de colonização portuguesa no Brasil e a sociedade agrária e escravocrata que se formou a partir deste processo, revelando aspectos do cotidiano do Brasil rural do século XIX. O historiador Peter Burke põe em relevo a absoluta curiosidade de Freyre em relação à vida social, mesmo os aspectos mais sutis do cotidiano, presentes na culinária, nos trajes, na linguagem, no

---

<sup>10</sup> Na concepção de Antonio Candido, “trata-se do início de uma tradição de saber, diferente de manifestações anteriores que constituem momentos em que não há continuidade de obras e autores, e quando os últimos não estão cientes de integrarem um processo de formação. Os autores desse período seriam considerados fundadores pelos que os sucedem, quando estão estabelecidas linhas contínuas de estilos, temas, formas ou preocupações” (MELLO E SOUZA, 1959 *apud* PEIRANO, 2000).

<sup>11</sup> Muitos intérpretes de sua obra acrescentam o livro *Nordeste* de 1937 a esse panorama histórico sobre a sociedade patriarcal no Brasil. Embora esse livro não pertença à trilogia, ele complementa sua temática. Neste estudo, no entanto, não trabalharemos com essa obra.

simbolismo e até mesmo na postura física. O autor compara-o aos pioneiros da história cultural da Europa, Huizinga e Burckhardt, e nota como ele prenuncia figuras posteriores tais como Braudel e Philippe Ariès, o historiador da família (BURKE, 1997).

É comum dizer-se, entre os que pesquisam a história cultural no Brasil, que Freyre e Sergio Buarque “faziam história das mentalidades sem saber”, fórmula bem humorada de reconhecer o pioneirismo de ambos no tratamento de certos temas de nossa história que só a custo, e graças à penetração da Nova História na universidade brasileira, passaram a ser valorizados pelos pesquisadores (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 160).

A interpretação do Brasil presente em *Casa-grande & senzala* produziu um deslocamento em relação aos trabalhos de autores de sua geração voltados para a análise dos fenômenos socioeconômicos, ao debruçar-se sobre temas da esfera privada. Freyre estava interessado sobretudo na sociedade, mas incorporava ao mesmo tempo dilemas postos pela cultura, pela identidade nacional e pelo Estado (BASTOS, 2006).

Convém atentarmos para a trajetória e formação intelectual do autor a fim de melhor compreendermos algumas circunstâncias sociais, políticas e intelectuais que engendrariam a obra. Nascido em 1900, filho de um advogado e professor de economia da Faculdade de Direito de Recife, sua cidade natal, Freyre fez seus estudos universitários nos EUA entre 1917 e 1923, passando pelas Universidades de Baylor no Texas e de Columbia em Nova York. Em 1922, defendeu em Columbia sua tese de mestrado *Social life in the middle of the 19th century* que versava sobre as condições de vida dos escravos que, no Brasil, seriam melhores que as do operariado europeu no mesmo período. A redação de *Casa-grande & senzala* começou também nos EUA, quando era professor visitante na Universidade de Stanford, onde fez pesquisa nas bibliotecas norte-americanas e teceu impressões sobre o *Deep-South*, acerca das semelhanças desse com o nordeste açucareiro. Seu retorno aos EUA nesse período deve-se principalmente à explosão da Revolução de 1930, que o impele para a “aventura do exílio”. Nessa aventura percorre França, Inglaterra e Portugal, com breve passagem pela África. No regresso ao Brasil em 1931, Freyre recolheu mais material para o livro, conversando com ex-escravos e ex-senhores e fazendo observação participante com grupos folclóricos de pastores e de bumba meu boi (RIBEIRO, 2011).

Suas influências intelectuais são formadas por uma colcha de retalhos e demonstram uma enorme curiosidade intelectual, porém sem grande capacidade de discriminação. Pallares-Burke questiona se muitos autores que Freyre menciona como influência não seriam utilizados mais como forma de distinção intelectual e autorização de seu discurso do que influências efetivas que teriam afetado sua análise e abordagem. Outras possíveis influências são identificadas pela autora numa tentativa de tecer uma “história intelectual menos excludente” na qual, sem minimizar o papel de suas influências intelectuais mais acadêmicas e de maior destaque, como Franz Boas ou Giddings, destaca outras leituras aparentemente mais secundárias que foram, no entanto, decisivas para a sua formação como autor. A autora sublinha, por exemplo, suas leituras de autores britânicos e vitorianos que despertaram seu gosto pelo ensaio e sua preocupação com o estilo literário, além da leitura de Spencer que lhe despertou uma “postura conciliatória” valorizando a harmonização de antagonismos como chave para a evolução das sociedades (PALLARES-BURKE, 2006).

Outros estudiosos de sua obra destacam ainda seu estilo interdisciplinar e salientam que a ideia de que a história da intimidade poderia revelar mais a história social de um tempo do que a descrição de fatos políticos vinha de Balzac (CARVALHO, 2000). Poder-se-ia perceber ainda em sua obra tantas outras influências literárias, como a de Marcel Proust e os irmãos Goncourt, no que tange à ideia de memória pessoal e história íntima (BURKE, 1997).

No campo da antropologia, Bastos e Carvalho enfatizam a influência do que se estava produzindo na antropologia americana das décadas de 1910 e 1920 no sentido de uma história do cotidiano que teve como marco os cinco volumes de *The Polish Peasant in Europe and America* de Florian Znaniecki e Williams Thomas, publicados entre 1918 e 1920 (BASTOS, 1998 *apud* CARVALHO, 2000).

Perscrutar as leituras que formaram a “imaginação” e “estrutura de pensamento” de Gilberto Freyre (PALLARES-BURKE, 2000) não é objetivo dessa pesquisa, no entanto, será importante compreender algumas das circunstâncias culturais e históricas específicas que permeavam o uso das ideias mobilizadas pelo autor, isto é, o campo complexo de relações em que estas estavam inseridas. Mesmo operando uma desconstrução da noção raciológica arraigada no pensamento social desse período – o que causaria um enorme impacto progressista nas mentalidades daquele início de século – Freyre estava inserido em um cenário político conservador de fortes críticas à democracia liberal e seria por ele marcado. Além, é claro, de pertencer a um universo aristocrático e conservador relacionado à suas origens familiares.

Karl Mannheim em seu estudo sobre o pensamento conservador afirma que os indivíduos não criam padrões de pensamento, mas o absorvem de seus grupos. O conservadorismo é um exemplo de um modelo de pensamento historicamente desenvolvido possuindo uma determinada estrutura. Seus princípios atuam sobre os indivíduos moldando suas experiências e sua forma de refletir sobre as mesmas. Diferenciando as perspectivas conservadora e progressista, Mannheim esclarece que a primeira “não encara apenas o real em termos de suas possibilidades, mas também em termos de um modelo”. A segunda, “por outro lado, tenta encarar o real como produto de fatores reais; também tenta compreender o modelo em termos do real” (MANNHEIM, 1981, p. 121).

Ainda segundo Mannheim, o sistema de ideias e valores conservadores tem como uma de suas marcas a busca de elementos que levem ao controle de toda e qualquer possibilidade. Isso deve ser compreendido tendo em vista que o controle das possibilidades só tem sentido quando se concebe a existência de grupos com “diferentes funções em relação ao processo social.” No caso do ideário conservador presente no projeto intelectual de Gilberto Freyre essa percepção leva a sua insistente pregação acerca do “equilíbrio de antagonismos” e de que nossas diferenças seriam conciliáveis no plano social a partir do processo de miscigenação que gerou uma “sociedade equilibrada em seus contrários”.

Em seus textos do pós-guerra pode-se perceber de maneira mais nítida que mesmo quando advoga por causas populares e reformas sociais como por uma melhor distribuição de renda e pela reforma agrária, Freyre não põe em questão a gestão do poder pelas elites. Quando menciona o saldo positivo da colonização brasileira deixa de responsabilizar os efeitos danosos da herança escravocrata, do latifúndio, da monocultura e do coronelismo patriarcal – e de seus mecanismos de perpetuação – no que tange às desigualdades sociais no país (LEHMANN, 2007). Um “revolucionário conservador” é como mais tarde Freyre enquadraria seu próprio perfil (ver Anexo 2).

A principal tese apresentada no livro é a de que a casa-grande colonial foi o centro de coesão da sociedade e que esta, completada pela senzala, representava todo um sistema econômico, social, político, religioso e sexual. A miscigenação existente teria corrigido a distância social entre negros e brancos no Brasil e amenizado os males do sistema.

Na construção de suas teses sobre a formação da sociedade brasileira Freyre dialoga com os intelectuais de décadas anteriores, como Vicente Licínio Cardoso, Ronald de Carvalho, Paulo Prado e Oliveira Vianna, tentando encontrar respostas para alguns dilemas que já vinham sendo levantados por eles, especialmente em torno do tema da cultura e da

identidade nacional (BASTOS, 2000). Oliveira Vianna é talvez um dos principais interlocutores com quem o autor dialoga ao redigir *Casa-grande & senzala*. Vianna defendia a tese do branqueamento como solução progressiva para o problema racial no Brasil. A discussão sobre esse tema foi das mais importantes dos anos 1920, uma vez que estava em jogo a definição do povo e das instituições que seriam mais adequadas àquela coletividade. Freyre redefiniria esse debate ao ressignificar a noção de raça endossando uma posição *neo-lamarckiana*<sup>12</sup> (ARAÚJO, 1994) que se opunha ao racismo científico. O autor lança luz sobre valores culturais responsáveis por equilibrar a vida social que para ele vinham sendo menosprezados pelos intelectuais de seu tempo ao tratar da questão nacional. Opondo-se às teses racistas, Freyre percebeu a fusão de raças como um elemento que conformaria nossa identidade singular em nada inferior a sociedades predominantemente formadas pela raça branca. O colonizador português, por seu caráter híbrido de “povo indefinido entre a Europa e a África” (FREYRE, 1933), possibilita as condições de fusão, acomodação e assimilação de raças.

Dessa forma, a obra tem como alguns dos seus principais temas a análise da relação entre as três raças (índios, brancos e negros) em nossa formação sociocultural, a compreensão do papel do negro na trama íntima da vida familiar e na formação do caráter brasileiro e a busca da solução para o problema da mestiçagem desenvolvida por Freyre ao dar-lhe nova significação. Além disso, Freyre tratava com franqueza perturbadora para a época aspectos da vida sexual, da vida familiar, da condição da mulher e da contribuição dos escravos negros na formação da cultura brasileira, fazendo uso de uma linguagem coloquial e pouco comum à literatura sociológica de sua época. Como comenta Antonio Candido:

O jovem leitor de hoje não poderá talvez compreender, sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente pelo autor, a força revolucionária, o impacto libertador que teve esse grande livro [...] que coordenava os dados conforme pontos de vista totalmente novos no Brasil de então (MELLO E SOUZA, 2004 [1967], p. 9).

Os anos 1930 são marcados pelas ideias e propostas modernistas que vinham já desde a década anterior influenciando artistas e intelectuais. Freyre se afirmava um modernista, mas sua posição foi bastante controversa uma vez que o autor participou do movimento regionalista, tomado como antítese do modernismo. As modernizações na fisionomia urbana promovidas no começo do século XX desencadearam reações tradicionalistas de proteção aos monumentos arquitetônicos, ao casario antigo e à remodelação das ruas, que a abertura de grandes avenidas acabava por botar abaixo. Os regionalistas vão contra a administração pública e a esse modelo de urbanização moderna. É, a princípio, sob essa perspectiva que Freyre desenvolve sua postura regionalista, temendo que o processo de modernização apagasse as diferenças culturais e a cultura tradicional (OLIVEIRA, 2011). Não se tratava, no entanto, de uma repulsa pura e simples às mudanças arquitetônicas, mas àquilo que era tomado como imitação ou “macaqueação” do estrangeiro. Freyre e outros intelectuais regionalistas queriam evitar que se fizesse em Recife, por exemplo, o que Pereira Passos

---

<sup>12</sup> Ricardo Benzaquen de Araújo contesta a interpretação proposta por Luiz Costa Lima na obra *O aguarrás do tempo* em que o autor afirmava que Gilberto Freyre não teria se libertado do paradigma raciológico na construção de *Casa-grande & senzala*, mas apenas acrescentado a esse a variável cultural. Araújo afirma, no entanto, que Freyre utilizaria uma noção *neo-lamarckiana* de raça, na qual o meio físico age como elemento adaptador e a noção de raça seria antes o efeito de uma combinação entre o meio e a cultura. Freyre supera, dessa forma, a visão de hierarquia racial do “racismo científico”, afirmando o papel dominante da cultura (ARAÚJO, 1994).

havia realizado no Rio de Janeiro algumas décadas antes: o afrancesamento do traçado urbano (DIMAS, 2003).

Em 1926, ocorre em Pernambuco o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, tendo em Freyre seu principal articulador. Desde que retornara ao Brasil, em 1923, Gilberto Freyre vinha amadurecendo uma crítica ao modelo de modernização em curso no país que lhe parecia pura imitação europeia ou americana. Assume assim o projeto de restaurar uma região do país abandonada pela mudança do eixo econômico, valorizando seu passado rural e colonial, suas raízes longínquas e os valores regionais e tradicionais da cultura nordestina. Mais do que um projeto estético, delineavam-se aí ideias de abrangência declaradamente cultural (DIMAS, 2003). Para Freyre, ser regionalista não implicava uma crítica à unidade nacional uma vez que o autor defendia a unidade na diversidade e a busca das raízes regionais como forma de compreender a própria identidade nacional. Freyre buscou na literatura exemplos de revolucionários conservadores, que, como ele, com sua postura regionalista, defenderam a valorização do passado das tradições como forma de olhar o futuro, e toma como modelos autores como Joaquim Nabuco, José de Alencar e Sílvio Romero (Ver Anexo 2).

A geração modernista brasileira, por sua vez, tratou o processo de modernização com entusiasmo, repudiando o movimento regionalista e tomando-o como tradicionalista e a antítese do progresso. Apesar dessa polêmica, numa análise mais pormenorizada das ideias em jogo, percebemos que a postura e a produção de Freyre desse período não se distanciariam tanto das atitudes culturais modernistas que lograram encontrar a essência da brasilidade e experiências culturais autênticas fora dos limites determinados pelo *status quo* da sociedade moderna (ARAÚJO, 1994). Alguns autores falam da complementaridade entre as propostas de Gilberto Freyre, (enquanto representante do movimento regionalista) e de Mario de Andrade (à frente do movimento modernista) como projetos de renovação cultural do país e o que havia de mais fecundo no pensamento nacional dessa época (MELLO E SOUZA, 1995 *apud* DIMAS, 2003).

*Casa-grande & senzala* resulta de um esforço empreendido por Freyre de trocar uma perspectiva puramente local pela nacional – mesmo que tome o Nordeste, como apontam alguns críticos, como o Brasil e que a obra seja considerada por alguns como um dos pontos altos de seu regionalismo. Segundo Ricardo Benzaquen, Freyre procura constituir uma proposta diferenciada de modernidade que, diferente do modernismo paulista, não se assenta na ideia de progresso. Ainda segundo esse autor, atento às ambiguidades e paradoxos do pensamento freyriano – visto nos idos da década de 1920 por tradicionalistas da província como perigoso e moderno e pelos modernistas do Rio de Janeiro e São Paulo como tradicionalista – a produção intelectual de Freyre pode ser interpretada como um outro modernismo a partir do qual se funda em *Casa-grande & senzala* uma teoria de Brasil marcada pelo excesso, que caracterizará o que Araújo chama de *hybris*, conforme veremos a seguir (ARAÚJO, 1994).

A semântica popular apropriada por Freyre na confecção de *Casa-grande & senzala*, marcada pela oralidade da fala cotidiana, causa estranhamento no momento de seu lançamento ao romper com uma retórica bacharelesca e cientificista comum às produções ensaísticas do gênero. Esse é outro elemento que aproxima Gilberto da literatura moderna. Segundo o autor seu estilo literário foi marcado pela "revolução sócio-lingüística" representada pelo imagismo dos países de língua inglesa<sup>13</sup> (VELHO, 1985).

---

<sup>13</sup> Acerca da menção ao “imagismo da língua inglesa”, Pallares-Burke, que possui um renomado estudo sobre as influências intelectuais de Gilberto Freyre, sublinha que o autor afirmava ter olhado Portugal com “olhos de inglês” e o próprio Brasil “impregnado de literatura inglesa”. No que sugere que sua anglofilia é um dado

Desde suas primeiras idas ao Rio e a São Paulo nos anos 1920, Freyre criou afinidades profundas com personalidades modernistas interessados no folclore luso, nas tradições culturais dos caboclos, negros e mestiços, tendo se aproximado de Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes Neto, Rodrigo Melo e Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Couto de Barros, Rubens Borba de Moraes, Afonso Arinos de Mello e Franco, Jayme Ovalle, dentre outros (OLIVEIRA, 2011). Os modernistas, apesar da complexidade apresentada pelo Movimento de 1922 e da diferenciação ideológica de seus participantes, que não representaram um grupo homogêneo, se envolveram de várias formas com o destino da nação que estaria sendo engendrada. Os artistas e intelectuais envolvidos no movimento queriam participar dessa construção identitária, ajudar a discutir e compreender o que era o Brasil. Eles produziram narrativas que compõem, até hoje, imagens sobre o Brasil. Essas demandas permaneceram e foram captadas posteriormente pelo Estado Novo que se institui em fins dos anos 1930. Esteve nas mãos desses intelectuais, na década de 1930, a tarefa de construir uma política cultural para o país.

A geração de 1930 foi em diversos aspectos a vanguarda de um movimento sociocultural que mudaria em profundidade a fisionomia nacional. Freyre não só está inserido nesse contexto como acaba por se tornar um dos artífices dessas mudanças com sua síntese do nacional produzida a partir da positivação da mestiçagem desenvolvida em *Casa-grande & senzala*. Como coloca Cury:

A sociedade dos anos trinta, no Brasil, vislumbrou um cenário político-econômico, social e cultural cujo projeto político-ideológico daqueles que assumiram o poder na esfera estatal pretendeu romper com o período anterior, liderado pelas velhas oligarquias sob o comando de Minas e São Paulo, como também investiu ideologicamente na construção de uma “nova” nação ou na criação da “nação verdadeiramente”, configurando ações públicas de construção de projetos de *brasilidade*. Esse conjunto de pressupostos, visando a transformação do país, aliado ao projeto de “industrialização” e de “modernização” do modelo econômico vigente, agro-exportador, contribuiu com o debate político, econômico e cultural daquele período. Em nome desses ideais, se fez o movimento de 30, sob a liderança do estadista capaz de colocar o Brasil *nos trilhos da modernidade*, conforme afirmavam os correligionários de Vargas (CURY, 2002, p. 72, *grifos do autor*).

O Estado Novo (1937-1945) vai afirmar-se como único interlocutor legítimo dessas questões levantadas pelos artistas e intelectuais das décadas anteriores, marcando presença em todos os domínios da vida social. Ele ascende na luta contra a fragmentação do poder encarnado nas oligarquias regionais da “política dos governadores” e buscou conformar uma unidade entre Estado e Nação. A positivação de uma brasilidade calcada na mestiçagem e no popular seria apropriada pelo governo Vargas que patrocinou um programa de valorização da cultura autenticamente nacional que passa, dentre outras ações, a subsidiar os desfiles de carnaval, determinando que as escolas de samba deveriam adotar temas nacionais.

Lilia Moritz Schwarcz ressalta a influencia exercida por Gilberto Freyre sobre o Estado Novo na implementação de projetos oficiais nos quais a mestiçagem era reconhecida como o verdadeiro emblema da nacionalidade. Getúlio Vargas viria a “nacionalizar” alguns emblemas dessa identidade mestiça e popular como a capoeira, o candomblé, o samba e o futebol. Chegou mesmo a definir a feijoada como símbolo do Brasil. Vargas cria uma

---

importante para compreendermos a estrutura de seu pensamento e o caráter de sua sensibilidade (PALLARES-BURKE, 2000).

interessante representação desse modelo de Brasil no qual o branco do arroz significava a população branca, o feijão preto representava os africanos, o vermelho da pimenta correspondia aos povos indígenas, o amarelo da mandioca simbolizava os japoneses e chineses que aportaram no país no início do século XX e o verde dos vegetais era a floresta (SCHWARCZ, 2006, p. 314). Esse constructo de um Brasil mestiço vinha da posituação da mestiçagem empreendida por Freyre, mas que foi legitimada e prolongada por seu governo na promoção desses símbolos nacionais que permitiam compreender o Brasil como um país de cultura única, muito embora subsistissem inúmeras subculturas diferentes.

As doutrinas ideológicas do Estado Novo se aproximam em parte do movimento modernista, estabelecendo com este uma relação de continuidade ao apropriarem-se de um projeto cultural centrado na ideia de brasilidade, e do movimento regionalista no que tange a seus aspectos de valorização da cultura tradicional brasileira. No entanto, os ideólogos do Estado Novo vão afirmar a inferioridade desses movimentos diante da produção cultural estadonovista, essa sim, autenticamente nacional, uma vez que fruto da Revolução de 1930 que refletiria as aspirações genuínas de nossa sociedade (VELLOSO, 1988).

Independente dessa afirmação de superioridade e legitimidade do projeto cultural do governo Vargas, existem claros paralelos entre a construção do projeto estatal com ações públicas voltadas para a construção de uma concepção de brasilidade que dê unidade à Nação, com a contribuição de *Casa-grande & senzala* no mesmo sentido. O peso da tradição nas reformas viabilizadas pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que visavam reconstruir a sociedade, mas conservando-lhe determinados valores culturais, é um dos exemplos mais evidentes. O ponto de contato básico entre os dois projetos – o de Vargas e o de Freyre – era o interesse na conservação do patriarcalismo nas relações sociais rurais e, por extensão, de alguns valores da tradição patriarcal nas cidades em desenvolvimento como forma de equilibrar ou neutralizar os excessos causados pela modernização autoritária. Essa é uma das evidências da “negociação de interesses que foi processada sob a égide da conciliação, ou do equilíbrio entre blocos de poder” (MESQUITA, 2012).

Dessa forma, compreende-se que as implicações da produção freyriana sobre a constituição da identidade nacional, especialmente no que tange à ideologia da democracia racial – presente no uso que Freyre faz do conceito de mestiçagem – e de um projeto de mudança social autoritária e sem grandes rupturas, se fizeram presentes a partir dos anos 1930, modelando uma imagem de nação. Essas influências são até hoje sentidas, em maior ou menor medida, como tese que se capilarizou de maneira profunda na sociedade brasileira desde então.

Sob essa perspectiva, pode-se evocar o conceito desenvolvido por Raymond Williams (1979) denominado *estrutura de sentimentos*, que busca apreender a relação entre a experiência reflexiva e as estruturas institucionais. O conceito é empregado para mostrar o sentido da literatura e de outras produções culturais na articulação de alternativas para visões dominantes de mundo e, conseqüentemente, nos processos de mudança social. Nesse sentido, *Casa-grande & senzala* é um marco na história brasileira, visto que poucos livros tiveram impacto tão grande de mudança e renovação das categorias do pensamento como ele.

Como indica Cevalco, o conceito de *estruturas de sentimentos*, formulado pelo professor e crítico cultural galês Raymond Williams<sup>14</sup>, expressaria uma interessante chave-interpretativa para compreendermos a articulação de respostas, no campo artístico e intelectual, a mudanças sociais em gestação. As *estruturas de sentimento* emergentes seriam

---

<sup>14</sup> O autor e crítico cultural marxista desenvolveu estudos sobre as interações entre linguagem, literatura e sociedade, foi um dos precursores dos estudos culturais e expoente intelectual do movimento britânico que ficou conhecido como Nova Esquerda.

evidências de que as reflexões produzidas em um dado momento histórico no campo das artes e/ou das ciências estão caminhando em paralelo a mudanças sociais e expressam a possibilidade de se desenvolverem condições para conferir legitimidade e significado às alterações de ordem estabelecidas (CEVASCO, 2001).

Com esse conceito Raymond Williams tentou captar como se expressariam as novas experiências e as mudanças nas mentalidades de uma época que escapavam as formas fixas já existentes. As mudanças nas crenças, práticas, estilos de pensar e de agir de cada geração tendem a se articular compondo um conjunto amplo de modificações de tal forma que se pode identificar com a passagem do tempo tipos semelhantes de transformação que marcam os estilos de uma dada época. Williams compreende esse conjunto de mudanças a partir do conceito de *estruturas de sentimentos*: “uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferente de outras qualidades particulares, que dá o senso de uma geração ou de um período” (WILLIAMS, 1979, p.133).

Para construção do conceito de *estruturas de sentimentos*, Raymond Williams parte do pressuposto da centralidade da dimensão cultural nas relações políticas, o que acarreta a revisão de postulados que tomam a cultura ou como mero reflexo da estrutura dada pela base econômica ou como esfera isolada das práticas de poder. O autor aponta que a cultura deve ser interpretada do ponto de vista dos modos de produção, porém acrescentando que ela mesma é uma força produtiva, não apenas reproduz a realidade. Segundo Maria Eliza Cevasco, o conceito de *estrutura de sentimentos* utilizado por Williams demonstra como as “práticas sociais e hábitos mentais se coordenam com os modos de produção e de organização socioeconômica que a estruturam em termos do sentido que consignamos à experiência do vivido” (CEVASCO, 2001, p. 118).

Maia observa que o autor busca não reduzir a relação entre experiências sociais e narrativas ao conceito de ideologia, e explica que a emergência de novas percepções na estrutura de obras culturais acompanha de maneira dialética mudanças no sentido das categorias do pensamento bem como na experiência ordinária do vivido. A cristalização posterior de novas instituições e categorias de pensamento não necessariamente reflete um mundo determinado, mas antes o resignifica e leva a mudanças na consciência coletiva (MAIA, 2008).

Para Filmer, as *estruturas de sentimentos* remetem a experiências emergentes que estão sendo vividas e não adquiriram ainda reconhecimento coletivo que as marcará como formações sociais institucionalizadas. Nesse sentido, a articulação entre a subjetividade do autor e a linguagem como experiência coletiva formam o caráter reflexivo da literatura. A literatura é o agente de descoberta e análise da linguagem – o teste da adequação da linguagem à experiência. É a forma como o escritor reflete sobre a experiência e como a comunidade social, objeto de reflexão, é testada. Para Williams o significado da literatura para os processos de mudança social estaria em propiciar um ambiente analítico e exploratório em que as *estruturas de sentimento* vividas coletivamente possam descobrir como articular a sua emergência (FILMER, 2009). Em sentido semelhante, Benedict Anderson, aponta o protagonismo da literatura e das disciplinas históricas e sociais que participam ativamente da definição da comunidade nacional e dos parâmetros para imaginá-la. O autor sugere que as comunidades nacionais não podem realizar-se sem o “capitalismo editorial”. Assim, as línguas nacionais são antes de mais nada línguas nacionais impressas e identificadas por línguas literárias (ANDERSON, 1993).

O artista/intelectual possuiria a capacidade de encontrar e organizar novas descrições da experiência e transmiti-las. Nesse sentido as *estruturas de sentimentos* podem ser compreendidas como uma “hipótese cultural”, uma tentativa de compreender uma experiência social em processo e sua ligação com uma geração ou período.

O conceito de *estruturas de sentimentos* nos serve aqui como chave teórica para melhor compreendermos o papel do intelectual nas transformações sociais de seu tempo. *Casa-grande & senzala* pode ser percebido como fruto de uma *estrutura de sentimentos* emergente, uma vez que a obra é produzida em um momento de transformações nas mentalidades acerca da ideia de mestiçagem que permitiria a construção de uma identidade nacional *sui generis* para a constituição do Brasil moderno. *Casa-grande & senzala* participa, dessa forma, de modo decisivo na renovação do pensamento e da cultura no Brasil.

Freyre opera uma aproximação entre antropologia e história de forma pioneira no Brasil, com imenso talento narrativo e atenção dedicada à vida cotidiana, revelando em sua narrativa sobre o Período Colonial brasileiro uma face original da constituição da sociedade nacional. Sem desconsiderar os valores intrínsecos à produção intelectual do autor na análise da força e do destaque que sua obra adquiriu na história do pensamento social brasileiro e na consolidação de uma identidade nacional moderna, preferimos compreender o processo que permite a emergência de Gilberto Freyre como um dos principais intérpretes da sociedade brasileira. Sublinhamos que, como propõe Renato Ortiz, a obra de Gilberto Freyre vai responder a uma “demanda social” criada pelo novo momento histórico que se configura com a Revolução de 1930. As mudanças que já vinham ocorrendo são orientadas politicamente pelo advento da revolução e do Estado Novo que daí se constitui. As antigas teorias raciológicas não respondem mais às necessidades de interpretação do Brasil. Trata-se de um período de profundas transformações culturais em que as mentalidades precisam se adequar a um emergente Brasil moderno (ORTIZ, 2012). Sobre esse ponto, Elide Rugai Bastos, ao tratar da produção intelectual dos ensaístas dos anos 1920 e 1930, afirma que:

[...] os autores que buscam resposta à indagação: afinal, o que é o Brasil, que país é este? São marcados pela necessidade de discutir o problema da formação, característico da produção intelectual dos países periféricos [...] esses trabalhos assumem, no contexto em que foram produzidos, um contexto imaginário: procuram “inventar” a cultura para legitimar a invenção da legitimidade nacional. O autor que conseguir articular esses dois elementos terá decifrado o problema de todos, e dará o salto para uma nova etapa dos estudos sociais. Tal proeza será realizada por Gilberto Freyre. (BASTOS, 1986, p.75)

A fama alcançada por Gilberto Freyre, a partir do desenvolvimento do mito do Brasil mestiço, como procedimento de invenção da nação, nos leva a crer que suas formulações teóricas e o talento individual do autor foram os únicos responsáveis para que este forjasse uma produção intelectual tornada clássica no campo das ciências sociais e uma resposta exemplar às demandas sociais de seu tempo, sem levar em conta as disputas sociais que condicionaram tais efeitos. Freyre não estava trazendo questões propriamente inovadoras se considerarmos os trabalhos de outros autores da mesma época com quem dialoga, mas as equaciona de uma forma original. Nesse sentido é importante analisar as condições históricas e sociais que lançaram Gilberto Freyre como intelectual que captura essas demandas, tornando-se responsável por formular o mito unificador do nacional.

Ainda segundo Bastos, a abolição da escravidão em 1888 não veio acompanhada de mudanças sociais e políticas que dessem conta de incorporar os ex-escravos, então sob nova condição juridicopolítica, à sociedade nacional. O impasse de sua condição ambígua, igual/desigual era mantido pelo domínio no meio intelectual do “racismo científico” que se ancorava em prerrogativas hierárquicas entre as raças, defendendo a inferioridade das raças não brancas. O pensamento social da década de 1920 via-se, portanto, em uma encruzilhada para pensar a questão do nacional em um país com enorme contingente negro e mestiço, o que

explica as perspectivas pessimistas acerca dos rumos da sociedade nacional produzidas por muitos ensaístas do período. Freyre teve nesse sentido o mérito de equacionar a questão da miscigenação sob nova perspectiva, superando o “problema” que estava colocado até então para a representação homogênea da nação, criando a possibilidade de unidade na diversidade para a identidade nacional (BASTOS, 2012).

Thomas Skidmore salienta que uma série de mudanças no ambiente cultural e intelectual da virada do século ajudaram a criar as condições de sucesso para que *Casa-grande & senzala* despontasse como uma das obras mais influentes de seu tempo e com tão profunda influência na produção cultural brasileira a partir de então. Tomemos como exemplo o movimento sanitaria que na Primeira República começa a adentrar os rincões mais isolados do país no combate a doenças infecciosas e demonstra que essas pandemias não se deviam ao meio, a raça ou ao clima tropical, mas que eram passíveis de se disseminar em qualquer canto do mundo em que não houvessem condições sanitárias adequadas e o acesso a medicina moderna para tratar das enfermidades. A atuação desses médicos e sanitaristas começava a mudar a mentalidade determinista e raciológica em voga até então. (SKIDMORE, 2000). No meio intelectual, o combate ao racismo científico já vinha sendo esboçado por outros autores como Silvio Romero, Manuel Bonfim e Alberto Torres, mesmo que suas críticas não escapassem de todo a esse paradigma.

Na esfera sociocultural havia um enorme fascínio pelas manifestações artísticas e culturais afro-brasileiras, vide o sucesso que jongos, cateretês e maxixes faziam, já no século XIX, chegando até à cena teatral – local de divertimento da burguesia e de uma classe média em ascensão e um dos núcleos da vida pública urbana. O teatro de revista do fim do século XIX e início do século XX trazia inúmeros tipos populares de origem afro-brasileira como capadócios, mulatas, baianas, capoeiras e malandros. Com o advento da abolição e a proclamação da República este canal de comunicação entre a cultura popular e as camadas médias e altas da sociedade tornar-se-á gradualmente mais frutífero quebrando barreiras de classe e étnicas que pareciam intransponíveis em uma sociedade escravocrata.

Essas mudanças possibilitaram uma maior penetração de elementos da cultura negra em uma sociedade que agora os incluía, ao menos juridicamente, como cidadãos. A linguagem das ruas, de origem africana, corporificava em gestos, sintaxes, músicas e danças um repertório que ganhava cada vez mais a identidade do popular e que, com a síntese promovida por Freyre nos anos 1930 das ideias progressistas latentes em seu tempo, seriam também alçados ao patamar da identidade nacional brasileira.

No entanto, esta penetração não se dá sem que haja fortes reações e pressões contrárias das classes dominantes que pretendiam lançar as bases da construção de um Brasil moderno por outras vias. Se a ilusão inicial da elite intelectual era a de diluir e eliminar o elemento negro construindo uma nação tropical à imagem e semelhança da civilização europeia, o que se processava como nação moderna era fruto de uma síntese bem diversa desse projeto nacional. E é nesse ponto que *Casa-grande & senzala* captura e sintetiza as demandas de seu tempo, tendo um enorme impacto e eco em toda produção cultural brasileira posterior, ao revolucionar a visão então predominante e complementar a noção de raça com a de cultura.

É preciso levar em conta também que o ambiente intelectual dos anos 1920 e 1930 foi marcado pelo credo nacionalista que leva a busca das raízes da brasilidade e à constituição no campo artístico do movimento modernista. Sob esse período, Antonio Cândido afirma que:

Quem viveu nos anos 30 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano da cultura, sem falar de outros. O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na história não há dessas coisas. Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira,

catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Neste sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um "antes" diferente de um "depois". Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e "normalizar" uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças [...] Com efeito, os fermentos de transformação estavam claros nos anos 20, quando muitos deles se definiram e manifestaram. (MELLO E SOUZA, 1984, p. 27).

Cândido sublinha ainda a “tomada de consciência ideológica de intelectuais e artistas, numa radicalização que antes era quase inexistente” (MELLO E SOUZA, 1984, p. 27). Foi um período marcado por um crescente engajamento político e social no campo da cultura, mesmo entre os intelectuais que não tinham preferências ou consciência política clara. Essa radicalização fica ainda mais evidente em face de uma atitude de análise e crítica bastante comum ao período diante do que se chamava a “realidade brasileira”, um dos conceitos-chave daquele momento. Seria, portanto, uma das marcas do período o culto à veracidade, de forte viés positivista, que acabaria por elevar particularmente o status da sociologia que ganha o estatuto de cientificidade e de método mais “realista” para se compreender a realidade.

Os ensaios produzidos nesse período mesclavam conhecimentos de áreas distintas como a história, a economia, a arte, a política, a literatura etc.<sup>15</sup>, buscando conhecer o Brasil e refletir sobre nossas raízes civilizatórias. No entanto, a preocupação sociológica e a tentativa de utilização de um aparato instrumental próprio das ciências sociais em recente formação parecem bastante comuns entre intelectuais em busca de diagnosticar os problemas brasileiros e suas possíveis soluções. Esse mito que se cria em torno da cientificidade da disciplina sociológica é comentado de forma bem humorada por Mário de Andrade que a denomina “a arte de salvar rapidamente o Brasil” (ANDRADE, 1978 *apud* VELLOSO, 1988).

Nesse contexto, observa Peirano, as ciências sociais brasileira teriam desenvolvimento extraordinário, passando a ser reconhecidas como saber legítimo. Elas combinavam, então, um projeto educativo e um projeto político, propondo concepções alternativas de *nation-building*. Empenhavam-se na missão de criar uma consciência coletiva e erigir uma mística nacional, em evidente diálogo com as ideias dominantes de seu tempo. As ciências sociais no Brasil são alçadas, portanto, ao posto de uma tradição de saber legítimo e valorizado quando o país passa a se considerar parte do mundo moderno (PEIRANO, 2000). É nesse contexto de tentativa de compreensão da realidade brasileira e concomitantemente de construção identitária que o mito das três raças, constituído na virada do século, entra novamente em debate, sob novas significações sendo positivado por Gilberto Freyre e tornando-se alicerce dessa construção de uma identidade nacional e moderna para o Brasil (BASTOS, 2012).

O professor e estadista português Adriano Moreira, em artigo denominado “Gilberto Freyre: o teórico da sociedade civil” (MOREIRA, 1988), nos fornece um ponto de partida para se pensar o trabalho de Gilberto Freyre do ponto de vista da relação entre o intelectual e o Estado<sup>16</sup>. Moreira afirma que, diferente do que se deu nos países que passaram por revoluções

---

<sup>15</sup> Sobre esse tema Peirano afirma que “determinado saber não é desenvolvido apenas por especialistas da área [...] As linhas disciplinares no Brasil são frequentemente transpostas e os cientistas sociais sentem-se aptos para avaliar os trabalhos dos colegas de outras disciplinas”. (PEIRANO, 2000, p. 223).

<sup>16</sup> É importante ressaltar que o sociólogo Adriano Moreira teve um percurso que se aproxima em alguns pontos a trajetória de Gilberto Freyre, uma vez que este conjugou a carreira de sociólogo e a atividade política, tendo sido

burguesas, como as revoluções francesa e americana que instituíram uma ordem social inteiramente nova, na qual a sociedade e a política foram recriadas e redefinidas coletivamente, na maioria dos países ocidentais a sociedade civil envolvida ativamente no processo político é restrita e a liberdade de participação na gestão política se alargou lentamente. A grande maioria das sociedades civis foi moldada pelos projetos ideológicos do Estado nacional que as sustenta.

Desse modo, na maior parte das sociedades, em paralelo aos processos de imposição de soberanias nacionais, ocorreu a construção de uma sociedade civil nova, e essa era gerada “à margem das contingências do poder político”, cujas disputas e transformações não afetavam integralmente a gestão da nova comunidade.

E, entretanto, a sociedade civil, não participante do processo político, tem que nascer porque sem ela os indivíduos não vivem nem se perpetuam, e enfrentam o desafio sem o patrimônio do passado comum, sem definições de horizonte de futuro possível, assumindo exclusivamente o presente em que vivem e a tarefa de sobrevivência: aglomerado heterogêneo de homens sem regras, vazios de organização, desprovidos de conceito social, salvo o constrangimento exógeno que os obrigava a ser um grupo informe (MOREIRA, 1988, p. 35).

Segundo Moreira, Gilberto Freyre foi um autor que olhou para a sociedade civil formada em tal situação e captou como ela se apresentava já constituída, racionalizando os conceitos operacionais necessários a compreendê-la. Para o autor, Freyre refaz o processo de formação dessa sociedade:

A grande novidade da perspectiva, do método, e dos resultados obtidos pela intervenção científica ímpar de Gilberto Freyre, foi ter olhado para a sociedade civil que se formou em tais circunstâncias [...] por uma recolha harmonizante das lembranças de todas as memórias destroçadas e forçadamente reunidas. [...] A nova soma de restos de memórias que, utilizando os consumos disponíveis, reinventava a maneira de alimentar o grupo criando uma cozinha, reinventava as formas de resistir às agressões da natureza criando uma agricultura e um vestuário e uma higiene, reinventava a perpetuação biológica criando novos modelos de filiação e de família, reinventava a economia criando novas formas de produzir coisas, consolidava os resultados inventando novas autoridades religiosas, morais e sociais, organizava o caos sem o poder do verbo, apenas com o apoio nos desafios da necessidade à imaginação (MOREIRA, 1988, p. 37).

Em *Os intelectuais e a política no Brasil*, Daniel Pécaut apresenta outra perspectiva acerca das relações entre os intelectuais e o Estado. O autor salienta como, ao longo do século XX o campo político e o campo intelectual no Brasil estiveram entrelaçados, uma vez que os intelectuais brasileiros vão formando tanto uma ideia de nação (no sentido de uma identidade comum) quanto de cultura política a partir de ideias e projetos de desenvolvimento nacional, determinando assim os caminhos do país a partir de suas produções ideológicas. A justificativa empregada para a intervenção na “realidade brasileira” era a de que esta seria constituída por uma sociedade ignorante de seu destino, com classes sociais ainda em formação, o que colocaria os intelectuais como uma camada social à frente de seus

---

Ministro de Ultramar do governo de Salazar entre 1961 e 1963. Moreira coordenou um conjunto de reformas nos territórios ultramarinos, as antigas colônias de Portugal, no período em que se iniciavam as revoltas em Angola e os movimentos de descolonização. Foi amigo de Freyre, que também serviu ao governo de Salazar.

contemporâneos. Esses se posicionavam em momentos determinados ao lado de certos “políticos excepcionais a conduzir a nação ao encontro de si mesma”. Pécaut afirma ainda que esses intelectuais estavam convencidos que expressavam o que era de fato a sociedade brasileira daquele momento histórico.

Desde os pensadores de 1930 que delineararam em detalhes o esquema da boa organização social aos de 1955, que imaginaram o desenvolvimento correto, todos se achavam igualmente persuadidos de que expressavam apenas o que é, de fato o social e o que é de fato o desenvolvimento – estavam convencidos de que as ideias comandam diretamente o devir histórico. Nenhuma contradição entre essas duas certezas. Se abriu caminho à ideologia é porque essa brota sempre da recusa em admitir que a representação introduz por si só, uma indeterminação no social. No caso, a prioridade para os intelectuais que pretendiam falar em nome da nação era convencer de que esta já existia, subjacente. Tudo servia para prová-lo: as maneiras de ser, a cultura, o povo, o desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, não há melhor modo de assegurar-se desse fato do que inventar “mitos unificadores”, um após o outro, tarefa facilitada pelo fato de que a precariedade atribuída às classes e, de modo geral, aos atores sociais deixa o campo livre à imaginação (PÉCAUT, 1990, p.8).

Freyre encarna de forma singular esse papel como pode ser percebido no Prefácio de *Casa-grande & senzala*, lançado em 1933:

[...] nenhum estudante russo, dos românticos do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração (FREYRE, 1978, p. XXIII).

A tese esboçada por Moreira no artigo supracitado aponta Freyre como um “teórico da sociedade civil” por excelência, que compreende “a realidade” traduzindo o processo de formação de uma sociedade nova nascida “à revelia dos projetos” e, em certa medida, reforça e recria com sua interpretação o mito do intelectual como ser iluminado que carrega a responsabilidade histórica de traduzir seu tempo e tomar a dianteira dos processos de mudança social.

O problema das funções e deveres do homem de cultura na sociedade, isso é, das relações entre cultura e política, é bastante polêmico e debatido por diversos autores. No famoso texto de Julien Benda, “A traição dos clérigos”, o autor defende que: “os intelectuais têm a missão de defender e promover os valores supremos da civilização, que são desinteressados e racionais; na medida em que subordinam sua atividade aos interesses contingentes, às paixões irracionais da política, traem sua missão” (BENDA, 1927, *apud* BOBBIO, 1997, p. 32). A defesa do intelectual Gilberto Freyre empreendida por Moreira aproxima-se mais, no entanto, do pensamento político de Ortega y Gasset à qual compreende a existência de uma elite intelectual clarividente nas sociedades a qual caberia a condução das massas gregárias (BOBBIO, 1997). As interpretações de Benda e Ortega y Gasset, assim como a de Moreira, parecem compreender a categoria dos intelectuais como um grupo autônomo, iluminado, acima das classes e desenraizado da sociedade. Pretendemos nesta altura sublinhar por um lado o lugar de onde fala Gilberto Freyre ao definir com tintas autoritárias a sociedade nacional e por outro não tanto o seu protagonismo na constituição da identidade nacional com a produção de *Casa-grande & senzala*, mas antes a compreensão de que sua obra foi peça de um feixe complexo de mudanças na experiência social de uma dada

época a partir das quais emergiriam uma nova ideia de brasilidade e uma nova compreensão do social.

Os elementos ora apresentados nos auxiliam a compreender como essa emergente *estrutura de sentimentos* que comporia uma nova ideia de brasilidade fundamentada na concepção de democracia racial se configura a partir do lançamento de *Casa-grande & senzala* e ganha posteriormente novos significados em outro momento histórico. Chama atenção a mudança que a recepção da obra de Gilberto Freyre sofre na segunda metade da década dos anos 60, período em que Freyre vincula-se ao governo militar e participa de seu projeto de modernização autoritária, sendo bastante hostilizada e identificada como produto de um ideário conservador.

## **1.2. *Casa-grande & senzala*: personalismo, miscigenação, patriarcalismo e a formação da sociabilidade e cultura política autoritárias no Brasil**

Em *Casa-grande & senzala* (1933), Gilberto Freyre destaca a importância da casa-grande e da senzala de maneira complementar em nossa formação sociocultural, desvelando o processo de miscigenação que ocorreu entre os elementos branco, negro e indígena. O autor busca capturar e interpretar o *ethos* do brasileiro a partir de uma análise aprofundada da vida cotidiana e da intimidade doméstica da família patriarcal brasileira. O autor afirma que o caráter de um povo deveria ser apreendido em sua rotina de vida. Percebemos em sua obra a tentativa de abrangência de uma dimensão subjetiva que o autor irá denominar “caráter brasileiro” ou “experiência brasileira” (VILLAS-BÔAS, 2006). Essa perspectiva era influenciada pela antropologia cultural norte-americana em sua tentativa de investigação dos padrões ou caracteres da cultura, em geral centrados na unidade nacional como foco analítico.

Para Freyre, no Período Colonial forma-se no Brasil um estilo de sociedade baseado no patriarcalismo, tendo como atributos essenciais o personalismo, o familismo e o privatismo. Esses elementos, que atravessam sua interpretação do Brasil, estando presente nas obras subsequentes da sua trilogia sobre a sociedade brasileira, teriam uma natureza ambígua para o autor, sendo despóticos e segregadores, por um lado, mas democráticos e inclusivos, por outro (OLIVEIRA, 2000). *Casa-grande & senzala* condensa o gérmen do projeto intelectual de Gilberto Freyre, que compreende o país a partir da ideia de permanência de traços estruturais advindos de nossas raízes patriarcais.

A família patriarcal, simbolizada pela casa-grande, enquanto complexo sociocultural que abriga um conjunto extenso de relações sociais, integra raças e culturas distintas, ordenadas segundo um jogo de dominação com posições determinadas de mando e de obediência (VILLAS-BÔAS, 2000). Ao lado da família patriarcal, a miscigenação é tomada como um elemento chave para a compreensão do tipo singular de formação social que aqui vicejou. O autor afirma que haveria no Brasil uma fusão harmoniosa de tradições que nos faria um povo democrático, plástico e flexível. Tal formação se devia a um processo de “equilíbrio de antagonismos”.

O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista, encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a

colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos (FREYRE, 1964, p.10).

Desse modo, a miscigenação foi o sustentáculo que permitiu o sucesso desse sistema de dominação estabelecido no Período Colonial entre senhores e escravos. Isto é, a habilidade de equilibrar antagonismos através de relações de intimidade que promoviam um amplo sistema de trocas interétnicas foi capaz, segundo Gilberto Freyre, de assegurar a permanência e a harmonia desse sistema que teve na miscigenação o veículo por excelência da troca entre dominadores e dominados.

Ao tratar dessas relações de intimidade, Freyre aponta ainda que as relações pessoalizadas terão um valor sobretudo estratégico ao permitir a expansão e a durabilidade da conquista colonial. O autor ressalta que o português conseguiu assegurar sua dominação em terras longínquas graças a sua plasticidade e ao tipo singular de colonização empreendida, baseada no contato íntimo com as terras e os povos conquistados (ARAÚJO, 1994).

Em *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*, Peter Fry fala sobre as diferenças entre a política colonial portuguesa e a inglesa, baseadas respectivamente na ideia de assimilação, no primeiro caso, e de segregação, no segundo. Fry busca compreender as especificidades desses empreendimentos coloniais que teriam como derivação modelos de universalidade da experiência humana em um caso e de celebração das diferenças no outro, isto é, aí estava o confronto entre os dogmas universalistas e particularistas. O modelo colonial português trazia em seu bojo as noções de miscigenação e assimilação e a ideia de uma missão civilizadora, mas não racista, tendo como lema: “Um Estado, uma raça e uma civilização” (FRY, 2005 *apud* SCHWARCZ, 2006). É recorrente, portanto, a noção de que houve um diferencial na colonização empreendida pelos portugueses que caminhou no sentido de aproximação e assimilação nesse encontro entre culturas.

Em *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930*, Ricardo Benzaquen tenta compreender os motivos que permitiram a manutenção dessa proximidade e confraternização de elementos tão antagônicos tendo por base relações de violência “sado-masoquistas” como as indicadas por Freyre em diversas passagens de *Casa-grande & senzala*. Porque este equilíbrio nunca chega a se romper, indaga Araújo? O caminho tomado por Araújo para responder a essa questão passará pela utilização do conceito de *hybris*, que caracterizaria o “excesso”, uma espécie de “império das paixões” que permeava as relações sociais no Período Colonial brasileiro. As diferenças que dão base a nossa sociedade foram todas experimentadas em uma atmosfera intoxicada pelas mais violentas emoções, sobretudo aquelas associadas à vida sexual. O autor recorre à obra *A cultura popular na Idade média: o contexto de François Rabelais* (1978), de Mikhail Bakhtin, para compreender como “aquilo que degrada pode servir também pra regenerar”. Nesse sentido a degradação presente naquela convivência marcada pela desmedida entre senhores e escravos teria criado também elementos de familiaridade, festividade e abundância, dando origem a uma zona de confraternização entre dominadores e dominados. A noção de *hybris* será marcada, portanto, pela ambigüidade e pelo duplo sentido, tanto negativo quanto positivo dessa desmedida. É apontado nessa análise o confronto com a cultura aristocrática europeia que cultivava a distância, a virtude e o comedimento como hábitos civilizados, elementos totalmente subvertidos em *Casa-grande & senzala*, conformando um *ethos* absolutamente particular à experiência social da época das casas-grandes brasileiras (ARAÚJO, 1994).

Freyre parece tentar cristalizar uma visão positiva do saldo da colonização portuguesa, pois, segundo o autor, foi graças à plasticidade e à porosidade deste colonizador de origem lusitana que se pôde operar a miscigenação. Essa característica permitiu, em sua leitura, que

os escravos pudessem também influenciar a cultura do colonizador luso, particularidade essa ligada à própria caracterização da escravidão no Brasil por Freyre, que teria como especificidade a semelhança com a escravidão moura (GARCIA & PALMEIRA, 2001).

Segundo Freyre, a escravidão no Brasil “foi uma extensão do sistema português, assim como este, a seu turno, era uma extensão do sistema árabe, mouro ou maometano, de uma escravidão mais doméstica do que industrial” (FREYRE, 1955, p. 42). Jessé de Souza analisa em maior profundidade a presença da influência moura na interpretação de Freyre. Este afirma que Freyre faz uso do modelo da escravidão muçulmana na análise da colonização brasileira para explicar sua especificidade e consequentemente a originalidade de nossa formação social. Haveria, segundo Freyre, uma enorme distância entre o modelo de escravidão árabe e o modelo europeu: “Numa, o escravo é simples máquina de trabalho. Na outra, é pessoa quase da família” (FREYRE, 1969, p. 180 *apud* SOUZA, 2003, p. 113.).

Sob esse sistema, os filhos ilegítimos provenientes de relações entre senhores e escravas poderiam ser considerados socialmente iguais, o que permite explicar, segundo o autor, a ascensão social de alguns mestiços, sob a proteção do patriarca: “Isto é, filhos naturais e ilegítimos poderiam ser escolhidos por ele, para serem socialmente iguais ou quase iguais a seus filhos legítimos, para serem educados na casa-grande pelo mesmo padre ou capelão que educava os legítimos” (FREYRE, 1956, p. 48).

Souza aponta que a peculiaridade de tal instituição implementada pelo colonizador português como estratégia de povoamento seria a semente da forma singular que a dependência pessoal assumiu entre nós. Além disso, o autor ressalta que o modelo da escravidão muçulmana teria uma sofisticada estratégia de domínio ao conseguir promover a identificação do dominado com os valores do opressor (SOUZA, 2006).

Em trabalhos posteriores a *Casa-grande & senzala*, Freyre comenta ter encontrado outros autores que confirmaram suas convicções acerca do fato de existir um parentesco sociológico dos sistemas de escravidão português e maometano, o que explica características do sistema brasileiro que não são encontrados em outros lugares da América, dentre as quais ressalta a forma mais “suave”, mais “humana” e mais “doméstica” que se empregou na escravidão no Brasil.

A concepção maometana de escravidão como sistema doméstico (ligada a um tipo de organização da família que incluía atividade econômica sem ser integralmente dominada por propósitos econômicos) foi um dos valores mouros que portugueses aplicaram durante sua colonização do Brasil. [...] uma forma suave de escravidão que, como parte de um todo social, incluía a poligamia, afim de aumentar a população. Alguns dizem que era para aumentar o número de trabalhadores, mas deve-se lembrar que desde o século XV os portugueses usaram a escravidão para a seleção eugênica de bons elementos humanos. Uma vez convertidos ao cristianismo e domesticados, no sentido de que se tenham tornado parte do sistema doméstico e patriarcais da família, eram libertados e era-lhes dada a oportunidade de serem socialmente iguais aos brancos europeus (FREYRE, 1956, p. 43).

Essa prática, de incorporação de homens negros e mulatos livres em posições sociais destinadas aos brancos já era comum em Portugal desde o século XV, segundo o autor, quando através da seleção eugênica dava-se a alguns jovens africanos a oportunidade de ascenderem na escala social e tornarem-se padres. Essa possibilidade era ainda maior quando esses jovens eram filhos de portugueses com escravas africanas. No Brasil, ressalta o autor,

esse tipo de prática foi útil em vários aspectos, inclusive no que diz respeito à promoção da unidade nacional e da disciplina social (FREYRE, 1956).

Em diversas passagens, Freyre recorre ao elogio a essa peculiar intimidade entre senhores brancos e escravos negros, responsável pela construção de uma experiência social capaz de aproximar influências culturais antagônicas e permitir uma ampla troca de experiências que dão base a uma cultura nacional heterogênea, sincrética e democrática. Não há, é importante mencionar, uma síntese dessas influências que modela uma cultura homogênea. Essas diversas heranças culturais se aproximam, dialogam, mas nunca se combinaram completamente e com isso não perdem suas características específicas. O que faz do Brasil, em sua interpretação, um país de natureza instável, já que essas diferenças permanecem vivas. O autor afirma ainda a esse respeito que no português e, posteriormente no brasileiro, essas várias contribuições operam de maneira simultânea – daí a permanência do que chama de “riqueza de antagonismos” (ARAÚJO, 1994).

Dessa forma, as noções de harmonia e continuidade serão centrais na obra freyriana e podem ser utilizadas como um fio condutor para atravessarmos os textos analisados aqui e seu projeto de (re)invenção da história social brasileira, visto que os temas desenvolvidos em *Casa-grande & senzala* são retomados nas obras posteriores e sustentados como pilares de sua leitura do Brasil.

Conforme vimos, ao caracterizar o Período Colonial brasileiro tendo como principais atores sociais os proprietários de terra e os escravos, Freyre apresenta como particularidade de nossa experiência o fato de que a distância característica de uma relação despótica é aqui reduzida e dominadores e dominados criam vínculos de intimidade. Segundo Ricardo Benzaquen de Araújo, essa proximidade, entretanto, não irá diminuir a violência dessa relação. Da mesma forma como encontramos em *Casa-grande & senzala* o elogio dessa confraternização, também é possível encontrar na obra diversas passagens que acentuam a presença marcante da violência inerente ao sistema escravista. Benzaquen assinala que não podemos deixar de nos perguntar sobre o efetivo significado de uma sociedade com essas características, dividida entre o despotismo e a confraternização, entre a exploração e a intimidade (ARAÚJO, 1994).

Freyre afirma que no Período Colonial a incorporação de escravos às famílias dos senhores para a realização de tarefas no interior da casa influenciou a moral e o caráter do brasileiro. O autor aponta para a presença de uma “doçura” nas relações entre senhores e escravos domésticos, os quais sofriam uma espécie de ascensão social e mudança de *status* ao passar das senzalas para a cozinha e as salas íntimas de seus senhores. Assinala as “circunstâncias especialíssimas que entre nós modificaram ou atenuaram os males do sistema” escravocrata, ao tratar dessas relações íntimas e adocicadas entre senhores e escravos. A formação brasileira teria se dado a partir desse processo de “equilíbrio de antagonismos” – especialmente o antagonismo entre senhor e escravo – a partir do qual as relações são amortecidas e harmonizadas, permitindo condições de confraternização e mobilidade social peculiares ao Brasil (FREYRE, 1980).

Será central na caracterização desse encontro entre culturas, entretanto, o despotismo, o gosto pelo mando violento que parece contaminar toda a vida social durante o Período Colonial:

Transformava-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários – tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem-feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro

gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho [...] Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica; têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político (FREYRE, 1980, p. 51).

Esse gosto pelo mando como característica do brasileiro, segundo Freyre, aparece de diversas formas: de modo mais refinado num senso de autoridade e dever ou como autoritarismo bruto. Prevaleceria tradicionalmente no Brasil, para o autor, a primeira forma, elemento que ajudaria a formar nossa sociabilidade e cultura política. Freyre faz, dessa forma uma distinção entre autoridade/dever e autoridade/autoritarismo, o que nos ajuda a definir uma certa compreensão do autor sobre o tema da democracia (REZENDE, 1996).

Sua concepção de democracia está associada principalmente à ideia de pluralidade e de diversidade da cultura brasileira, donde o autor valoriza os aspectos positivos do sincretismo cultural, as contribuições de cada cultura em nossa formação. Desse modo sua concepção da diversidade elimina, a priori, o aspecto dos antagonismos sociais e esses são encobertos por uma ideologia da harmonia na diversidade (ORTIZ, 2012). A mestiçagem teria sedimentado em nossa formação um tipo de formação social democrática e o patriarcalismo, por sua vez, como forma de domínio, sedimentou o caráter conciliador de diferenças e antagonismos (REZENDE, 2001).

Segundo Villas-Bôas, com a ideia de “balanceamento de antagonismos”, Freyre trará uma representação positiva da cultura brasileira, dando corpo a um modelo interpretativo a que a autora denominará modelo do *Brasil da harmonia autoritária*, a partir do qual “os conflitos são superados pela força de um convívio social harmônico que o *ethos* brasileiro se encarrega de restaurar a cada dia, equilibrando antagonismos e diferenças” (VILLAS-BÔAS, 2003, p. 131). A miscigenação que aqui se operou teria trazido esse equilíbrio, diminuindo distâncias étnicas e entre posições antagônicas como a de senhor e escravo e amenizado o caráter aristocratizante da monocultura latifundiária e escravocrata.

Freyre aponta ainda que foi a família, sob o modelo de organização patriarcal, que permitiu a sustentação de tal sociedade nacional.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil.[...] Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. [...] Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelo jesuíta (FREYRE, 1961, p. 19-23).

Freyre atribui dessa forma ao sistema de dominação patriarcal a habilidade de equilibrar antagonismos dando condições para que se estabelecessem um amplo campo de trocas entre diferentes classes e culturas. Isto é, a questão da democracia só pode ser entendida no autor tendo em vista uma relação de domínio (REZENDE, 1996). A mestiçagem amenizava os males de uma organização social aristocrática, dando-lhe contornos mais democráticos no âmbito dos costumes, e o patriarcalismo, como forma de domínio, teria um caráter conciliador de interesses e diferenças. Esses dois elementos teriam atuado de forma a

garantir “um processo de transição sem rupturas” tanto no período de Independência quanto na transição para a República no Brasil. Dessa forma, Freyre afirmava que a democracia, enraizada na formação social brasileira, estaria evidente à medida que o sistema de dominação patriarcal harmonizava os contrastes e estabelecia as condições de “uma sociedade democrática na sua estrutura” (FREYRE, 1974, p. 298).

Ressalta-se que Freyre é um pensador holista, concebendo a sociedade como um todo orgânico composto por partes que se complementam. Sob esse ponto de vista a hierarquia é um dado central em sua obra e a igualdade em termos políticos ou econômicos não participam da sua perspectiva de análise (SOUZA, 2000).

A preocupação em identificar os elementos que mantém a organicidade e unidade da sociedade brasileira em meio a um processo de mudança social nos remete a um modo funcionalista de compreensão do social. Para Émile Durkheim a “função” de uma instituição social seria a relação entre ela e as necessidades da organização social de um dado grupo. Como homem de seu tempo, Durkheim possuía ideias de orientação evolucionista compreendendo a sociedade como um todo harmônico, em que não deveria haver contradições. As transformações aconteceriam de forma linear (indo de formas inferiores à superiores) acompanhando a adaptação e evolução das sociedades, já que qualquer forma de ruptura era vista como um estado doente ou patológico dos fatos sociais (ARON, 2007).

A interação causada pelas instituições ao buscar evitar o estado de anomia gera na sociedade uma solidariedade tal que pode ser classificada como orgânica, que seria baseada na divisão específica de funções para garantir o funcionamento da sociedade; ou mecânica, que seria baseada no compartilhamento de valores morais por todos, sendo a divisão do trabalho igual entre os membros da sociedade (ARON, 2007).

O funcionalismo trazia ainda em sua concepção uma analogia com a vida orgânica ao compreender que cada instituição exerceria uma determinada função no interior da sociedade como os órgãos de um organismo vivo. A vida, tanto de um organismo, quanto de uma sociedade, é concebida como o funcionamento de sua estrutura. Então é mediante a continuidade do funcionamento que a continuidade da estrutura se mantém. Da mesma forma que a estrutura do organismo, que não é destruída pelas mudanças nas unidades que o constituem, os indivíduos nascem, crescem e morrem e esta estrutura permanece através do tempo.

Apesar de se filiar, a partir de seus estudos nos EUA, à escola antropológica culturalista, especialmente no que tange a separação entre biologia e cultura, Gilberto Freyre dirige em diversas ocasiões um olhar funcionalista para a sociedade ao tentar identificar traços estruturais permanentes que definem o caráter de um povo. Diante das mudanças sociais operadas pela passagem do tempo haveria em sua perspectiva elementos *sui generis* que definiriam o *ethos* do povo brasileiro. O senso de equilíbrio de antagonismos é diversas vezes referido como um traço singular que atravessou o tempo. A compreensão hierárquica da sociedade dividida entre posições de mando e de obediência, configurada como forma social harmônica devido a elementos que a equilibram (patriarcalismo, miscigenação, etc.) tal como apresentada em *Casa-grande & senzala* também pode ser compreendida como imbuída de alguns pressupostos comuns ao funcionalismo.

Freyre parece ter sido um dos primeiros autores a desenvolver o tema do personalismo. Sérgio Buarque de Holanda sistematizaria posteriormente o conceito de personalismo em *Raízes do Brasil* fazendo a ligação deste com o de patrimonialismo. O autor demonstra que essa categoria é construída como contraposição especular à figura do pioneiro protestante “ascético norte-americano” que personificaria o que Weber chama de “racionalismo ocidental”. Enquanto este é movido por interesses racionais que estão na base

da construção de instituições modernas como o mercado capitalista competitivo e o Estado racional centralizado, o “homem cordial”, tipo ideal construído por Holanda, seria dominado por emoções que não controla. Uma das consequências desse descontrole seria uma visão quase exclusiva do interesse próprio em detrimento dos interesses coletivos. Para Buarque de Holanda, o personalismo seria representado pela prática social do homem cordial na esfera privada e pública. Ele seria um atributo das relações intersubjetivas comuns entre nós, ao passo que o patrimonialismo seria a sua manifestação institucional (HOLANDA, 2004).

Em *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930*, Ricardo Benzaquen Araújo também aponta que a “excessiva proximidade” que Freyre identifica em nossa formação seria o exato avesso do modelo puritano norte-americano. Araújo sublinha a formação de cunho protestante de Freyre e compreende que as concepções ascéticas do puritanismo da América do Norte estarão presentes na construção de *Casa-grande & senzala* como uma imagem em negativo daquela tradição, de forma a dar corpo à concepção freyriana acerca da sociedade original que se produziu nos trópicos (ARAÚJO, 1994). Aqui já fica clara a diferença entre as concepções de Freyre e de Holanda acerca da noção de personalismo. Enquanto Holanda julga ser um problema a ausência da impessoalidade do ideal republicano burguês, as ideias de Freyre acerca das relações de proximidade que se estabeleceram entre senhores e escravos no Brasil colonial apontam para uma defesa nostálgica e conservadora de uma sociedade agrária e patriarcal e para o elogio da singularidade de nossa formação nacional, apoiada, dentre outros fatores, no personalismo, que permitiu o aparecimento de uma nova sociedade nos trópicos.

Ainda acerca da ideia de permanência de traços estruturais da sociedade patriarcal, em *Ordem e progresso*, por exemplo, Freyre, mesmo reconhecendo certos exageros, valoriza a permanência do poder pessoal no Brasil republicano (REZENDE, 1996). A monarquia, no entanto, seria apontada posteriormente por Gilberto como a forma mais adequada de governo para o Brasil, uma vez que corrigia os possíveis excessos do poder patriarcal, funcionando como uma espécie de super-paternalismo, representado pelo poder da família real, acima dos poderes e disputas locais:

[...] o patriarcalismo no Brasil foi, sob alguns aspectos danoso ao desenvolvimento nacional e para o caráter brasileiro geral. Tornou os brasileiros demasiadamente dependentes do paternalismo e do governo paternalista. Tornou difícil considerar-se o trabalho manual como uma ocupação decente para homens livres. Deu exagerado valor a algumas carreiras, como o sacerdócio, ainda quando não se tinha vocação para carreira tão nobre, para as honras acadêmicas e militares, com desinteresse ou desdém para as atividades industriais, técnicas e comerciais – defeito que somente hoje está sendo superado pelos brasileiros. Contribuiu para tornar alguns brasileiros sádicos no exercício do poder (FREYRE, 1956, p. 44).

Dessa forma, a extinção da Monarquia, corretiva de todos esses excessos do poder dos senhores patriarcais, teria sido feita de forma precoce na visão do autor, mas isso não significou o fim efetivo do poder paternalista uma vez que esse se mantém através de uma transição negociada no qual os antigos agentes políticos permanecem na conformação da nova ordem social. Além disso, o Exército assumiria sob o regime republicano esse poder protetor do qual os brasileiros acabaram por tornar-se dependentes depois de séculos de patriarcalismo e monarquismo (FREYRE, 1956).

Para Jessé Souza (SOUZA, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2000), o valor de Gilberto Freyre em sua análise da singularidade da formação social brasileira estaria exatamente em não fazer uso de conceitos que implicassem necessariamente seu contrário. “O conceito de

patrimonialismo implica seu contraponto, a sociedade racional-legal; o homem cordial pressupõe o protestante asceta e seu controle emocional como pré-requisito para o mercado competitivo e a democracia; o capitalismo dependente e a cidadania regulada se confrontam com o capitalismo e a cidadania autônomos”. Em sentido semelhante Araújo sublinha que Gilberto se afasta, na construção de um modelo teórico de Brasil, tanto do que Richard Morse chama de “Grande desígnio Ocidental”, referindo-se ao modelo das modernas democracias europeias e anglo-saxãs, quanto da alternativa ibérica *ipsis litteris*, calcada na hierarquia, na tradição e no ideal de comunidade (ARAÚJO, 1994).

O elogio ao poder patriarcal e posteriormente ao poder monárquico como modelos adequados à manutenção da harmonia social no país aparece em obras posteriores de Gilberto Freyre, conforme veremos no capítulo II, o que leva uma série de intérpretes de sua obra a destacarem o modelo autoritário de fundamentação da sociedade brasileira consagrado pela leitura freyriana (OLIVEIRA, 2000).

Uma larga produção sociológica se empenhou em compreender as singularidades de nossa formação sob a perspectiva do atraso, tendo grande influência sobre a sociologia da modernização aplicada ao Brasil. A partir da leitura de Freyre, sob a perspectiva de investigar as raízes de nossa formação sociocultural, consagra-se uma visão da incapacidade do brasileiro de agir segundo as regras da sociedade moderna assentadas sobre noções de impessoalidade e igualdade. Sob esse ponto de vista haveria uma tensão no Brasil entre a constituição de práticas e instituições modernas, racionais e anti-particularistas, com as práticas histórico-culturais brasileiras baseadas nos contatos primários e nos laços pessoais (FERREIRA, 2008). Como expressa Marilena Chauí:

O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo. [...] a sociedade brasileira estrutura-se de modo hierárquico, e nela não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados e, desta, ao arbítrio dos dominantes) (CHAUÍ, 1987, p. 48).

Dentre os intérpretes que postulam essa leitura, destacamos Jessé de Souza (1999) que compreende, a partir da análise dos clássicos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que o personalismo e o iberismo que emergem de suas interpretações do Brasil permaneceriam na contemporaneidade como nossa herança mais profunda<sup>17</sup>. Jessé adentra, portanto, o debate clássico sobre os limites decorrentes do lastro escravocrata sobre o desenvolvimento de uma sociedade democrática e igualitária no Brasil. Foi a escravidão, lembra o autor, que determinou inclusive o modo de vida peculiar do homem livre no Brasil (SOUZA, 2000).

No artigo *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*, Teresa Sales afirma que as raízes da desigualdade social brasileira se assentariam em nossa cultura política e na forma peculiar que a cidadania assumiu no Brasil, visto que vários traços de nossa cultura política tradicional como o personalismo e o clientelismo – sendo este uma das derivações mais evidentes da cultura política personalista – permaneceriam vivos e atuantes. A autora compreende o personalismo apresentado por Freyre como traço singular de nossa formação sociocultural que não se restringiu às relações de intimidade entre senhores e escravos e ao Período Colonial. Essa herança da escravidão marcou outra categoria social do campo

---

<sup>17</sup> Sobre esse debate nas ciências sociais no Brasil ver SOUZA (1999).

presente no Brasil colonial que se ampliou posteriormente com o crescimento da população brasileira para muito além desse período histórico: o dependente formalmente livre, ou “agregado”, isto é, os homens livres, nem senhores nem escravos, que dependiam e dependem do favor para garantir sua sobrevivência (SALES, 1994).

Essa questão remete a um debate clássico nas ciências sociais brasileiras, sendo marcado pelo diálogo entre Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwarz sobre a importância do “favor” em nossa cultura política. Franco, em estudo sobre o lugar dos homens livres na ordem escravocrata (FRANCO, 1974), percebe que a prática do “favor” nas relações entre fazendeiros e sitiantes ou tropeiros no período escravista funcionou como uma ideologia, uma vez que partia da falsa premissa de uma relação de igualdade. A partir dessa conclusão Franco questiona a penetração das ideias liberais no Brasil afirmando que as mesmas foram absorvidas como ideologia, uma vez que as noções de igualdade e liberdade obscureciam relações de dominação. Schwarz contra-argumenta que as ideias de liberdade e igualdade foram na verdade traduzidas para o Brasil sob a forma do favor. Para o autor as ideias de favor e de privilégios se sobreporiam no Brasil ao conceito de cidadania em uma sociedade altamente hierarquizada que ressignifica esses termos. Por isso o autor afirma que no Brasil as ideias estariam “fora do lugar”, uma vez que, transportadas de outro contexto histórico e social ganham aqui novos sentidos (SCHWARCZ, 2006).

As relações de proximidade identificadas por Freyre em nossa sociedade ajudaram a dar fundamentação à ideia de democracia racial tornada posteriormente mito essencial para se compreender o Brasil. O que contribuiu, segundo Teresa Sales, para reforçar a aparência de encurtamento das distâncias sociais no Brasil, amortecendo tensões e impedindo, com frequência, que situações de tensão social resultem em conflito efetivo (SALES, 1994). Acerca do mito da democracia racial é preciso ressaltar que Gilberto evidentemente não o formulou como mito nem o termo aparece de forma exata em *Casa-grande & senzala*. Essa ideia, no entanto, está implícita em diversas passagens dessa e de outras obras do autor:

O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadradona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil (FREYRE, 1980, p. lx).

A ideia de que no Brasil os conflitos se harmonizam adentraria nossa cultura política tornando-se um lugar-comum. Marilena Chauí também aponta que a posituação desse fetiche da harmonia e igualdade, visto como marca de nossa brasilidade viria a obscurecer a violência simbólica contida no mesmo:

É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). Os indivíduos se distribuem imediatamente entre superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outra, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma de dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por

vezes, exaltados como qualidades positivas do “caráter nacional” (CHAUI, 1987, p. 54).

Outros autores se opõem a essa leitura que postula a permanência do personalismo no Brasil como um fator que explicaria o atraso das instituições e as desigualdades sociais presentes no país, por conta de seu viés culturalista e pela criação de um problema de natureza teórica de indistinção entre método e objeto no que Villas-Bôas (2000) denomina “política da interpretação das interpretações do Brasil”. Segundo a autora essas interpretações das interpretações clássicas sobre o Brasil criam uma indistinção entre nação e sociedade, ao discutirem a formação da identidade cultural da nação com a finalidade de avaliar a capacidade dos brasileiros de construir uma sociedade moderna, industrial e democrática. Isto é, confunde-se a formação de um *ethos* brasileiro, assentado sobre a lógica da cultura e dos mitos que formam a ideia de brasilidade com a forma societária, assentada, por sua vez, em padrões de organização sociopolíticos. Para Villas-Bôas, Freyre opera sua interpretação pelo paradigma da construção da nação e não pela construção da sociedade moderna.

Se a argumentação da autora faz sentido em relação ao conteúdo de *Casa-grande & senzala*, por outro lado há uma correlação desta formulação de nação com o projeto político conservador, que parece se explicitar posteriormente na obra de Freyre e em sua defesa e atuação no regime político que se instala em 1964. Fica desse modo evidente a contradição entre a existência desses dois elementos que podem ser identificados na obra do autor (personalismo e *revolução passiva*) e o discurso de Freyre que enfatiza a democracia. A construção ideológica de que o Brasil seria uma sociedade democrática em sua estrutura é contraditória com relação à cultura política autoritária aqui existente e os projetos políticos conservadores ao qual Freyre serviu em sua trajetória. Nossa análise desloca-se, nesse ponto, do nível das relações sociais para o nível da política num sentido macro, tentando demonstrar a hipótese de que essas formulações se complementam num projeto conservador de sociedade para o Brasil.

A família será, para o autor, não só nossa unidade básica de fundação como também de desenvolvimento num período histórico posterior, uma vez que ao longo de sua obra Freyre pretende demonstrar os traços de continuidade desse sistema social fundado no patriarcalismo familiar. No Capítulo II, ao analisar as duas próximas obras da trilogia, *Sobrados & mucambos* e *Ordem e progresso*, veremos como, para Gilberto Freyre, o “patriarcalismo vai se urbanizando dentro da própria família”.

## CAPÍTULO II – O TEMA DA REVOLUÇÃO PASSIVA NA OBRA DE GILBERTO FREYRE

*Sobrados & Mucambos*, obra escrita em 1936 e *Ordem e Progresso*, de 1959, se aproximam por representarem na visão de Gilberto Freyre a entrada do país na modernidade, uma espécie de *revolução burguesa* no Brasil<sup>18</sup> vista pelo prisma da decadência e da desintegração do sistema patriarcal. Há na tese de Gilberto Freyre – como já viemos indicando e é sugerido por diversos intérpretes – uma recusa em compreender tanto a formação da sociedade nacional quanto seu processo de entrada na modernidade pelo modelo ocidental (BASTOS, 2000; ARAÚJO, 1994). Por isso, elementos que no processo de modernização dos países europeus tornaram-se fundamentos de separações intransponíveis, no Brasil acabam por ganhar harmonização. Isso porque a capacidade de harmonizar contradições estaria presente como uma marca indelével na estrutura social brasileira que atravessa épocas. Desse modo a decadência da sociedade patriarcal e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da Monarquia para a República retratados nessas obras trazem sempre fatores de acomodação e conciliação, com elementos do passado combinando-se às novidades do presente (BASTOS, 2000).

*Sobrados & mucambos*, apontada pelo próprio autor como continuação de *Casa-grande & senzala* traz a transição da atividade açucareira para a mineradora, das fazendas para os sobrados e da aristocracia para a burguesia, da tradição colonial para a modernidade. Mas uma modernidade que, como veremos, traria em seu interior a semente da tradição.

Na terceira obra da trilogia de Gilberto Freyre, *Ordem e progresso*, reforça-se a ideia de mudança social sem rupturas e ao lado da valorização da Monarquia o Exército é destacado como força moderadora e comparado ao poder exercido pelo patriarcalismo no Período Colonial. Nos textos do Pós-guerra e dos anos 1960, *Quase política*, *A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno*, *O processo revolucionário brasileiro* e *Forças armadas e outras forças*, é possível perceber como esses temas evoluem para uma defesa aberta da intervenção do Exército em momentos de ameaça às instituições (Ver Anexo 1).

Na parte final deste capítulo analisamos os textos supracitados, dentre eles dois artigos posteriores à instalação do regime militar que representam essa apologia à intervenção militar, um de 1965, que comemora um ano da “Revolução”, em que Freyre defende que o Brasil vive um regime democrático e que não há “militarismo”, uma vez que o Exército nunca se impôs de maneira autocrática, mas apenas como poder moderador a intervir em momentos de crise. E outro texto, de 1969, que novamente celebra a “Revolução” de 1964 ressaltando a maior dignidade das revoluções “brancas” que reordenam a ordem social sem o recurso da violência. Segundo Freyre, esse tipo de revolução estaria em acordo com a índole pacífica do povo

---

<sup>18</sup> Segundo Florestan Fernandes a independência ao romper com o estatuto colonial criou condições para a expansão da burguesia no Brasil. Fernandes buscou analisar as singularidades da entrada do Brasil no capitalismo demonstrando que essa se dá de forma bastante diferenciada em relação ao fenômeno europeu. A ausência de uma sucessão de acontecimentos, de uma revolução propriamente dita, não impediu o desenvolvimento do capitalismo no país, mas concedeu-lhe um ritmo próprio e uma condição particular. O conceito de revolução burguesa presta-se assim para determinar as etapas do processo e a modalidade de capitalismo predominante no país. A revolução burguesa no Brasil, que se fundamenta no desenvolvimento do capitalismo na economia, na divisão da sociedade em classes, no desenvolvimento das instituições políticas burguesas etc. é analisada a partir de seus componentes estruturais que assentaram suas bases desde o período colonial. Fernandes buscou compreender as contradições sociais e políticas geradas no interior da nova ordem e o impasse histórico proveniente da dominação burguesa no Brasil (FERNANDES, 1976).

brasileiro, uma vez que esse possui em si o senso de equilíbrio de antagonismos como marca, isto é, esse seria uma constante de seu caráter desde os remotos tempos coloniais.

Desse modo, apontamos para a continuidade dos temas presentes em sua obra na caracterização de um *ethos* do povo brasileiro e para a projeção de um projeto político conservador. Suas raízes estão presentes desde *Casa-grande & senzala*, na ideia de equilíbrio de antagonismos, onde o autor valoriza o papel moderador do patriarcalismo como sustentáculo de dominação que assegurou um sistema social harmônico responsável por manter os antagonismos em equilíbrio.

Com a crise do sistema patriarcal retratada em *Sobrados & mucambos*, a Monarquia Imperial assumiria esse papel de poder moderador, por possuir características paternalísticas semelhantes. Ela seria, segundo o autor, um tipo de “super-paternalismo” que agiu de forma a equilibrar antagonismos, estando acima do poder das famílias e por isso combatendo possíveis abusos de poder por parte delas. Posteriormente, com a República, esse poder seria assumido pelo Exército como força nacional acima dos partidos, que evitaria possíveis abusos de poder desempenhando papel “conciliador e pacificador dos brasileiros divididos por ódios de partido ou antagonismos de interesses subnacionais” (FREYRE, 1974, p. 300). Patriarcalismo, Monarquia e Exército são identificados ao longo dessas obras como poderes moderadores, paternalistas, estando acima de interesses particulares e a favor da nação ao manter o equilíbrio de antagonismos e transições políticas sem grandes rupturas.

Em *Ordem e Progresso* e nos demais artigos das décadas de 1940, 1950 e 1960, as ideias defendidas por Gilberto Freyre evoluem para um projeto de *revolução passiva*, uma vez que darão sustentação ao golpe de 1964 e ao projeto de Estado subsequente, defendendo a intervenção militar como democrática, a manter o equilíbrio social, e o projeto de modernização autoritária empreendido pelo governo golpista. Percebemos, dessa forma, linhas de continuidade em sua obra que carregam uma concepção autoritária de sociedade e que viriam a evoluir no sentido de um projeto de *revolução passiva*. Fica também mais evidente na análise desta fase de sua produção o abismo entre seu discurso acerca da democracia presente na sociedade brasileira e a composição de um projeto de sociedade autoritário que se delineia em sua obra e em seu apoio ao regime autoritário instalado no pós-1964.

## **2.1. *Sobrados & mucambos* e *Ordem e progresso*: mudança e permanência**

Para Jessé Souza (2002), *Sobrados & mucambos* (1961) é um retrato da construção da modernidade brasileira sob a forma peculiar denominada por Freyre de *reeuropeização*, que atinge o país a partir de 1808 com a chegada das duas instituições modernas por excelência:

[...] 1808 é um ano prenhe de acontecimentos de larga repercussão, como a vinda da família real portuguesa, que fugia das guerras napoleônicas, e a abertura dos portos, no mesmo ano, eliminando o monopólio comercial da metrópole. [...] Esses dois acontecimentos como que ilustram, aos meus olhos, a entrada, no contexto de uma sociedade até então extremamente primitiva material e simbolicamente, das duas práticas institucionais mais fundamentais e importantes do mundo moderno: Estado e mercado (SOUZA, 2003).

A construção das sociedades modernas define-se por um processo de secularização, de “desencantamento do mundo”, conforme é explicado por Max Weber, que descreve tal

fenômeno como um movimento de racionalização característico do Ocidente, que altera o domínio das concepções religiosas do mundo (HABERMAS, 2003). A constituição do Estado é parte fundamental desse movimento de mudança.

As modernas ciências empíricas, a autonomização das artes e as teorias da moral e do direito fundamentadas a partir de princípios levavam aí à formação de esferas culturais e de valores que possibilitam processos de aprendizagem segundo leis internas dos problemas teóricos, estéticos ou prático-morais, respectivamente. [...] Mas não foi somente a profanação da cultura ocidental que Max Weber descreveu do ponto de vista da racionalização, foi sobretudo o desenvolvimento das sociedades modernas. As novas estruturas sociais estão marcadas pela diferenciação desses dois sistemas, interligados de modo funcional, que se cristalizaram em volta do cerne organizatório da empresa capitalista e do aparelho burocrático do Estado (HABERMAS, 2003, p. 42).

Weber afirma que o Estado racional, moderno e impessoal pode ser definido como uma estrutura ou agrupamento político que reivindica o monopólio da coerção física legítima. Sua formação irá comportar uma racionalização da sociedade política apoiando-se em regulamentos explícitos (FREUND, 1987).

A emergência dos Estados modernos é um fenômeno que ocorre diante da crise do Antigo Regime e que diz respeito à história da ampliação do espaço público com a consequente expropriação dos instrumentos privados de força de seus possuidores individuais, o combate aos meios privados de justiça e o controle das gerências privadas sobre bens comuns (DREIFUSS, 1993). É uma história de expropriações acumulativas e de ampliação de uma unidade política moderna que, em seu processo histórico de estruturação toma a forma de uma instituição rígida que se impõe sob a égide do capitalismo como instância máxima de domínio político, concentrando meios gerenciais, militares e legais. Todos os indivíduos que habitam dado território governado por tal modelo de Estado ficam sujeitos às suas normas inclusivas e impessoais (FREUND, 1987).

Em *Sobrados & mucambos*, Gilberto Freyre traz uma leitura acerca das mudanças que se operam no Brasil a partir da primeira metade do século XIX acompanhando o processo de construção de uma nova ordem social assentada nos pilares do Estado e mercado modernos. Tal qual em *O processo civilizador* de Norbert Elias (2011), Freyre parece tentar captar os mecanismos que vão formar a nova sociabilidade emergente dessa ordem, compreendendo que as experiências de transformação trazem consigo novos códigos. Freyre delineia um cenário de declínio senhorial no qual a nova experiência social urbana erige-se do interior da experiência social rural.

[...] as cidades tomaram das fazendas e dos engenhos esses filhos mais ilustres – e também os padres e os que se dedicavam à carreira das armas. Os inferiores em inteligência, ou os sem saúde para emigrar ou seguir carreira militar é que foram sucedendo os avós na administração dos domínios rurais; e estes se reduzindo em tamanho e extensão; dividindo-se entre herdeiros distantes indiferentes à agricultura, fixados nas cidades (FREYRE, 1961, p. 354).

Apresentada como continuação do estudo empreendido em *Casa-grande & senzala* pelo autor, *Sobrados & mucambos* traz, entretanto, uma ideia distinta em relação ao caráter de proximidade identificado entre escravo e patriarca presente no primeiro ensaio, apreendendo mudanças operadas pela passagem do tempo. Freyre afirma aqui que a distância se torna um elemento central na passagem do Brasil rural para a ordem capitalista moderna. Segundo o

autor, à medida que a elite branca vai se convertendo a uma vida urbana, grande parte dos escravos será afastada para mucambos bem distantes dos olhos da aristocracia. Nesse processo, as paixões do Período Colonial que são apresentadas por Freyre especialmente em sua versão afetivo-sexual serão progressivamente substituídas por um excesso de ordem e contenção que caracterizará a elite brasileira do século XIX (SOUZA, 2000). Uma ordem profundamente excludente e marginalizadora na qual a sociedade brasileira busca se europeizar, lidando com enorme dificuldade com elementos do popular.

Freyre indica que o personalismo, antes dominante, seria gradualmente abandonado com a decadência da cultura patriarcal rural brasileira. A partir da primeira metade do século XIX, o país passa por um processo que o autor denominará de *reeuropeização*<sup>19</sup>. Com o processo de urbanização crescente, o poder pessoal e familiar entraria em decadência e a hierarquia social passaria a ser marcada por um conflito entre os valores europeus burgueses da cidade e valores anti-europeus do interior. A cidade tende a se afirmar contra os domínios rurais e o Estado ganha maior peso a partir da chegada da família real no Brasil, apresentando-se paulatinamente como contraposição ao poder difuso das famílias patriarcais. Há uma expressiva mudança nos costumes, nos modos de se vestir, de se comportar, etc. que levam nossa modernização a ser percebida como inautêntica, ligada a uma imitação do comportamento e da cultura europeia, por conta da convivência antitética com a instituição escravista (SOUZA, 2000). Essa colocação não se dá, no entanto, sem certa reprovação por parte do autor quanto à inadequação da assimilação dos costumes europeus em um ambiente de clima tropical.

Suas críticas a esse processo também vinham associadas à denúncia elaborada desde os anos 1920 da perda das tradições, que deu fundamentação a uma posição regionalista, como vimos no primeiro capítulo. Freyre reagia à força da universalização que acompanhava a impessoalidade presente nas novas formas de relacionamento social. Ambas agiriam contra a harmonia social que imperava à sombra do domínio patriarcal. Reagia também à destruição das culturas regionais que significaram no passado um modo próprio de organização social. A implosão desses elementos de nossa cultura e organização social tradicional significou a quebra da continuidade entre o público e o privado, tema central em *Sobrados & mucambos* (BASTOS, 2000). No entanto, apesar de Freyre defender que a partir de 1808 se opera no Brasil um processo de mudanças estruturais profundas que levarão a uma gradual decadência do patriarcalismo rural, é possível também apreender de sua interpretação certas persistências. Acerca desse ponto é importante frisar que Freyre é um ideólogo do tradicionalismo e do regionalismo, representando a oligarquia agrária em crise. Vê, porém, o processo modernizador como inevitável. Seu discurso procura resgatar o tradicional, o *nacional-popular* em meio a esse processo modernizador, e não freá-lo (MOTA, 1980).

Alfredo César Mello aponta que o elemento de continuidade que dará nexo à engenharia freyriana de construção de uma sociedade brasileira coesa ao longo da passagem do tempo será o mulato. Se para o ensaísta a família patriarcal foi nos primeiros tempos esse elemento de coesão social que permitiu a formação de uma cultura brasileira original, no momento posterior em que a mesma entra em franco processo de decadência, a permanência de uma unidade nacional será dada pelo fruto da miscigenação, o elemento híbrido por excelência, o mulato, que opera como um agente de intermediação e de equilíbrio de antagonismos. Desse modo, o autor volta a defender em *Sobrados & mucambos* a tese da

---

<sup>19</sup> Reeeuropeização no sentido de que a experiência colonial não havia feito penetrar aqui uma cultura de matriz europeia propriamente, visto que conviveram nesse período numerosas influências culturais, mesmo no que diz respeito à influência do colonizador português que já carregava em si esse “luxo de antagonismos”. O declínio da sociedade patriarcal e o processo de modernização que se operou a partir de 1808 substituem esses padrões pelo modelo europeu de civilização tido como superior (PECHMAN, 1999).

mestiçagem como peculiaridade social brasileira, introduzindo um elemento de continuidade narrativa (MELLO, 2006).

Em sua análise sobre *Sobrados & mucambos*, Ricardo Benzaquen de Araújo relativiza a ruptura com o universo composto pelo autor em *Casa-grande & senzala*. Benzaquen afirma que se, por um lado, a decadência patriarcal fica evidente com a chegada da monarquia lusa que, aliando-se com os novos setores urbanos, consegue minar o poder regional dos senhores, por outro, os sobrados trarão pontos de contato com as casas-grandes partilhando com essas um mesmo ideal autárquico. O apontamento dessa convergência implica em compreender a interpretação do autor quanto à existência comum de um germe de continuidade dentro de todo movimento de mudança, mesmo que sob novas significações. Boa parte da narrativa de *Sobrados & mucambos* caminha no sentido de qualificar as expressivas mudanças que se realizam no Brasil desse período, demonstrando como essas alteram desde os laços mais íntimos da sociabilidade nacional. Dentre elas, a libertação dos escravos terá papel expressivo no que diz respeito ao abrandamento das paixões e impulsos sexuais e na conformação de uma nova família burguesa e monogâmica assentada sobre bases românticas (ARAÚJO, 1994).

Araújo destaca ainda que apesar do entusiasmo e satisfação que Freyre demonstra em alguns trechos em relação a esse processo modernizador, ele também deixa claro de forma crítica que o declínio da ordem patriarcal e de todo sistema social apresentado em *Casa-grande & senzala* irá acentuar as distâncias sociais que separam brancos e negros, ricos e pobres, transformando sobremaneira os modos de dominação e subordinação. Esse distanciamento entre classes produzido pelo processo modernizador em curso no período diz respeito à ocorrência do já mencionado movimento de reeuropeização da aristocracia que convergirá com um processo de reafricanização dos negros<sup>20</sup>, agora isolados nos distantes mucambos.

Na parte final de *Sobrados & mucambos* a mestiçagem aparecerá de forma mais destacada como elemento de reaproximação desses antagonismos, agindo por duas vias: a ascensão do mulato na vida pública e a influência das mulatas no interior dos sobrados, transmitindo valores, modos de falar, temperos africanos etc., reequilibrando e reaproximando os antagonismos.

Podemos perceber uma retomada de linhas argumentativas semelhantes às de *Casa-grande & senzala*. No entanto, diferente do que Freyre afirma em boa parte de *Sobrados & mucambos*, o personalismo não parece ter se esgotado com o fim da escravidão e início da modernização brasileira. Assentada sobre novas bases, essa convivência próxima e mesmo afetiva entre desiguais parece ter sido ressignificada nos novos contextos sociais subjacentes no país. Essa tese é defendida por Holanda (2004) e por outros autores como Araújo (1994) e Melo (2006) e nós estamos de acordo com tal ponto de vista, que se constitui num dos pressupostos presentes na pesquisa.

Acerca dessa ideia de permanência de elementos do passado colonial Freyre faz a seguinte observação no Prefácio da 10ª edição de *Sobrados & mucambos*:

Nestas páginas, procura-se principalmente estudar os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, os de acomodação, de uma raça à outra, de uma classe à outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural e, a partir dos fins do século XVIII, o seu declínio ou o seu prolongamento no patriarcado menos

---

<sup>20</sup> Segundo Freyre, à medida que os mocambos são expulsos para zonas cada vez mais longínquas da cidade os ex-escravos vão criando uma cultura isolada em que predominavam elementos africanos. A reafricanização e a reeuropeização seriam efeitos do distanciamento social que se opera a partir da decadência do patriarcalismo retratada em *Sobrados & mucambos* (ARAÚJO, 1994).

severo dos senhores dos sobrados urbanos e semi-urbanos; o desenvolvimento das cidades; a formação do Império; íamos quase dizendo, a formação do povo brasileiro (FREYRE, 1961, p. XXI).

Dessa forma, o patriarcalismo agrário foi posto em crise com a urbanização e com a Abolição, um ano antes da República, mas de fato não teria sucumbido. As intensas mudanças em curso no país ocorriam sob a permanência de forças que resistiam aos novos tempos, gerando uma modernidade híbrida. Preocupado em retratar as continuidades na mudança, Freyre apresenta elementos de constância e conservação que definiriam um *ethos* brasileiro em meio ao processo de transição para a modernidade sem grandes rupturas. Dentre os princípios estruturantes da sociedade brasileira, estariam o personalismo, o familismo e o privatismo que agiam como agentes de acomodação e manutenção do equilíbrio entre passado e futuro, entre a sociedade tradicional e a moderna (OLIVEIRA, 2000).

É importante ressaltar que permanece aqui a ideia de importância de um poder forte e autoritário que aja de forma a equilibrar interesses e antagonismos e de forma a impedir mudanças drásticas e radicalizações. No passado, esse papel cabia ao patriarca. Seu sucedâneo natural seria, para o autor, a Monarquia.

Elide Rugai Bastos resalta que Gilberto Freyre compreende o processo de entrada no Brasil na modernidade pelo prisma da decadência. O tema da decadência inscreve-se no debate intelectual dos anos 1920 e 1930 sobre a sociedade ocidental marcado pelas teses de Spengler<sup>21</sup>. Freyre se aproxima desse debate em *Sobrados & mucambos*, percebendo as mudanças sociais em curso no país como uma ameaça às tradições e um perigo de desagregação da ordem social. Mas sua análise toma um caminho original, uma vez que o autor afirmava desde *Casa-grande & senzala* a especificidade da sociedade brasileira calcada na ideia de harmonização de contrastes. Diferente dos processos de modernização dos países ocidentais, o Brasil lidaria com a crise da perda das tradições de forma distinta (BASTOS, 2003).

Freyre analisa ao longo de *Sobrados & mucambos* a decadência do patriarcalismo agrário brasileiro como um processo espiral no qual a sociedade passa por ciclos de origem, consolidação, decadência, renovação, consolidação e decadência, em um movimento infinito. O momento da decadência é transitório, resultado de mudanças que abalam a ordem social. Entretanto, no interior da própria sociedade subsistem elementos de renovação que reestabelecem o equilíbrio social. O que remete à ideia de tempo tríplice, neologismo criado por Freyre para indicar a interpenetração do presente com o passado e o futuro (BASTOS, 2003).

Contrapondo-nos à interpretação feita por Jessé de Souza em *Gilberto Freyre e a singularidade da cultura brasileira*, que parece perceber o processo retratado por Freyre em *Sobrados & mucambos* como o advento de uma autêntica *revolução burguesa* no Brasil (SOUZA, 2000), buscamos ressaltar seu caráter de *revolução conservadora*, uma vez que, como veremos, se trata de um processo de mudança social e modernização dirigido pelas classes dominantes e esvaziado de sociedade civil, um modelo de *revolução burguesa* que Gramsci denominou *revolução passiva*.

Para compreendermos esse modelo é preciso antes explicar o contexto em que Gramsci cunhou a noção de *revolução passiva*, que se refere ao processo político e social vivido pela Itália no século XIX. Gramsci utiliza esse conceito como principal categoria para compreender o processo conhecido como *Risorgimento* que levou a unificação do estado

---

<sup>21</sup> Oswald Spengler foi um filósofo e historiador alemão cuja principal obra foi a *Decadência do Ocidente* (em dois volumes publicados em 1918 e 1920). Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Oswald\\_Spengler](https://pt.wikipedia.org/wiki/Oswald_Spengler)>. Acesso em: 02/08/2014.

italiano no século XIX e a transformação, mesmo por um processo de “revolução abortada”, sem a radicalidade das revoluções burguesas propriamente ditas (sobre o caso de países como Inglaterra, França e EUA, ver MOORE JR., 1987).

O conceito de *revolução passiva* ou *transformismo* foi utilizado por Antonio Gramsci para compreender o processo de formação do Estado burguês moderno na Itália. Foi apropriado posteriormente por autores brasileiros que queriam compreender o processo de modernização capitalista no Brasil, como Carlos Nelson Coutinho (1999) e Luis Werneck Vianna (1976), os quais percebiam que no Brasil os processos de mudança social haviam se dado de maneira semelhante em diversos momentos de nossa história, como no processo de Independência, na transição para a República e após o golpe de 1964. No conceito de *revolução passiva* trabalhado por Gramsci, diferente de uma revolução de tipo jacobina – como a que se deu na França do século XVII –, caracterizada como uma revolução popular feita “de baixo para cima”, há a ausência da participação das massas e as transformações sociais se dão graças a acordos entre frações das classes dominantes, a partir de dois movimentos: a “restauração” e a “renovação”. O primeiro configura-se como uma reação à possibilidade efetiva de transformação social “de baixo para cima” e o segundo diz respeito às demandas populares parcialmente atendidas pelas camadas dominantes como forma de manter a ordem (COUTINHO, 1999).

O Estado brasileiro teve historicamente papel semelhante ao que Gramsci atribuiu ao Estado italiano que se forma após o processo de unificação: o de substituto das classes sociais em sua função de conduzir a transformação e assumir a tarefa de “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes. As transformações sempre resultaram do deslocamento da função hegemônica<sup>22</sup> de uma para outra fração das classes dominantes, sendo que estas classes, em seu conjunto, nunca desempenharam uma função hegemônica diante das massas populares. Sempre delegaram ao Estado – aos militares ou aos burocratas –, ao qual coube a função de “controlar” e, de acordo com as necessidades, reprimir as massas subalternas. Essa foi a forma encontrada pela burguesia brasileira para fazer a transição para o capitalismo, o modelo de “*revolução passiva*” (COUTINHO, 1999).

Freyre, como um autor de viés conservador traz interessantes subsídios para se compreender a gestão cuidadosa das mudanças operadas pela classe dominante no Brasil. Sobre o pensamento conservador Karl Mannheim afirma que

A peculiaridade do modo conservador de enquadrar as coisas em um contexto mais amplo é que ele se aproxima delas por trás, a partir de seu passado. Para o pensamento progressista, o significado das coisas deriva em última análise de algo acima ou além delas mesmas, de uma utopia futura ou de sua relação com uma forma transcendente. Os conservadores, no entanto, veem todo o significado de uma coisa no que está por trás dela, ou seu passado temporal ou sua origem evolutiva. Enquanto o progressista utiliza o futuro para interpretar as coisas, o conservador utiliza o passado; o

---

<sup>22</sup> Gramsci amplia o sentido restrito de Estado marxiano compreendendo que o Estado é formado pela “sociedade política” e pela “sociedade civil”. A “sociedade política” materializa-se nos “aparelhos coercitivos do Estado” e a “sociedade civil” nos ditos “aparelhos privados de hegemonia”(sistema escolar, Igrejas, partidos políticos, meios de comunicação, instituições científicas, artísticas etc.). Dessa forma, a sociedade civil, mesmo representando interesses de grupos sociais distintos e independentes do poder político, auxilia na manutenção de uma determinada ordem, legitimando e auxiliando a reprodução da lógica estatal. A aceitação do poder político constrói-se através de ideias e valores hegemônicos que são difundidos em dada sociedade e que são amparados paralelamente pelo poder de coerção do Estado. A construção da hegemonia depende, portanto, da conjugação da coerção e do consenso (COUTINHO, 1999).

progressista pensa em termos de modelos, o conservador pensa em termos de origens (MANNHEIM, 1981, p. 121).

É possível perceber em diversas passagens de *Sobrados & mucambos*, sua preocupação em desvelar os elementos de conservação e continuidade de “valores originais” brasileiros que foram responsáveis por dar sustentação à sociedade a despeito das transformações pelas quais essa atravessa. Para o autor, os brasileiros se manteriam coesos, através do tempo, por trazerem a marca da interpenetração de culturas e do senso de equilíbrio de seus antagonismos. Freyre insiste que são esses fatores que mantêm a harmonia e o equilíbrio de nossa sociedade ao longo do tempo histórico, encarnando, dessa forma, o caráter conciliador de nossas elites num eterno combate aos antagonismos e no controle da ordem social. Nossa hipótese é, portanto, que essa perspectiva de um projeto político de modernização conservadora está presente, ora de forma latente, ora de forma manifesta, nas obras de Gilberto Freyre, aqui selecionadas, relacionando-se com sua caracterização da sociabilidade e da cultura política nacional marcadas por seu ideário conservador. *Sobrados & mucambos*, conforme vimos, e *Ordem & progresso* já trazem o tema da *revolução passiva* ao defenderem as transições políticas realizadas sem desordem social e rupturas drásticas. Nos textos do Pós-guerra e nos artigos posteriores produzidos nas décadas de 1950 e 1960, que analisaremos mais adiante, fica ainda mais evidente a defesa do autor de um projeto de *revolução passiva*.

Publicado em 1959, *Ordem e progresso* traz uma análise da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da Monarquia para a República e tenta demonstrar como, na mudança de regime, se mantém a organicidade da sociedade e a unidade nacional. O eixo central da obra consiste em analisar permanências e desagregações de cânones culturais de funcionamento da sociedade brasileira.

O estudo foi precursor na utilização da história oral no Brasil, e reuniu por meio de questionários aplicados por trinta anos dados autobiográficos de quase mil brasileiros nascidos entre 1850 e 1900. Reunindo essas amostras de ‘biografias’, Freyre esperava “compreender o que fora mais significativo no período, o que impressionava aqueles homens como grupo — chegando assim a uma abstração sobre a verdade” (SKIDMORE, 1994, p. 15 *apud* OLIVEIRA, 2000).

Lina Rodrigues de Faria acrescenta que foram utilizados também como fontes documentos pessoais guardados em arquivos de família: correspondências, cartões postais, diários, escrituras, inventários, testamentos, álbuns de família, cadernos escolares, livros de cozinha, porcelanas, cristais e peças de vestuário que ilustravam aspectos importantes da vida nacional. O autor lançou mão de arquivos de família, entre eles os da Família Imperial e da Família Joaquim Nabuco. Foram pesquisados também coleções de rótulos de cigarros, de leques, de caixas de rapé, de camafeus, além de jornais e revistas de época, caricaturas e crônicas, literatura nacional e estrangeira. Outra importante fonte documental utilizada por Freyre foram as fotografias de época que retratam o viver patriarcal (FARIA, 1986 *apud* OLIVEIRA, 2000).

Com esse processo metodológico, que incorpora procedimentos da história e da antropologia, Freyre parece tentar superar as críticas recebidas quanto à falta de exposição de métodos científicos em *Casa-grande & senzala*. Inúmeros críticos o acusavam de basear suas afirmações em intuições da realidade e apontavam limitações teóricas e metodológicas como causa da falta de comprovação objetiva para suas afirmações.

Freyre tenta demonstrar que faz parte da nossa tradição a convivência de métodos aristocráticos com costumes democráticos. Essa convivência harmônica se deveria à tradição

inscrita em nosso DNA de equilibrar antagonismos e bloquear conflitos, cunhada a partir da interpenetração de culturas que funda nossa identidade nacional.

Se a mestiçagem amenizou o peso de uma organização social aristocrática, o patriarcalismo, enquanto forma de domínio, sedimentou no país um caráter conciliador de interesses e diferenças. Esses dois elementos agiriam juntos de forma a produzir um padrão de mudança social sem rupturas que atravessa nossa história (REZENDE, 1996; FREYRE, 1974). Haveria, portanto, um ambiente social permissivo que amenizou a forma de domínio patriarcal e possibilitou a coexistência de ordens diferentes, os costumes democráticos abrandando os métodos políticos autoritários (REZENDE, 2001).

O fato é que a República de 89, desde os seus primeiros dias esforçou-se por sociologicamente continuar o *regimen* monárquico de ordem, dando-lhe quanto possível – é certo – nova substância; mas conservando-lhe a forma – isto é a forma social; a configuração até certo ponto paternalista; o processo social de ser governo autoritário dentro de uma sociedade democrática na estrutura: inclusive na mobilidade entre raças, classes, culturas e populações de regiões diversas; na interpenetração das relações entre esses elementos na aparência e às vezes na realidade antagonicos; e devido a tais antagonismos, necessitados de um poder político bastante vigoroso para lhe regular ou dirigir as relações (FREYRE, 1974, p. 298).

Na interpretação de Bastos (1986), a decadência do patriarcalismo pode ser compreendida como um processo de perda do poder privado enquanto fator político básico. A possibilidade de transição para Freyre reside no fato de que aparecem como forças sociais, indivíduos híbridos, isto é, por sua situação racial, social e cultural, nem senhores nem escravos. E é exatamente na esfera cultural que se encontram as explicações para as transformações sociais e políticas. Alguns exemplos dessa continuidade são oferecidos pelo autor ao longo do livro ao demonstrar aspectos de permanência da Monarquia no regime republicano sob a presença de barões, viscondes, conselheiros etc. que reatam as tradições de ordem ou unidade nacionais vindas do Império. Outro exemplo dado pelo autor é de que os líderes republicanos eram mestiços que não baniram os métodos aristocráticos do cenário político (REZENDE, 1996, p. 25).

Esses elementos híbridos permitem ajustes entre tempos e formas sociais distintas, que se moldam sob as constantes psicossocioculturais do povo brasileiro apresentadas pelo autor. Eles serão elementos de intermediação que mantêm o equilíbrio entre as formas sociais do passado e os elementos modernizadores que entram em cena. Para Freyre, o papel democratizante/modernizador do Estado se fará presente pela atuação desses diversos agentes sociais, os mestiços, os bacharéis e os reformadores sociais, aristocráticos como Joaquim Nabuco, que atuaram como construtores da mudança (OLIVEIRA, 2000).

Pois o ballet político que então se dançou no Brasil foi, sobretudo um ballet em que se destacaram por seus passos, seus avanços, seus recuos, suas contemporizações, suas transigências, o paternalismo da Coroa e o paternalismo das casas-grandes. Este, com a Abolição, perdeu o seu nervo principal; aquele, desaparecido o Império, tornou-se apenas um fantasma político. Sociologicamente, porém – isto é, como formas – tanto um como o outro paternalismo sobreviveram na República de 89: no Presidente da República, que teve que conformar-se em continuar sob vários aspectos a ser o que o Imperador fôra durante a Monarquia; no Exército Nacional, que passou a desempenhar funções supra-partidárias e superiormente nacionais [...] nos chamados “coronéis” cujas mãos de chefes mais que políticos do interior reuniram parte considerável da herança dos antigos barões do

Império: alguns quase feudais em seu modo de ser patriarcas (FREYRE, 1974, 299-300).

Desse modo, antigos padrões de domínio não eram banidos, uma vez que não havia o enfrentamento entre os diferentes agentes sociais, e sim acordos e ajustes entre elites que neutralizavam as possibilidades conflitivas e promoviam um processo de transição sem rupturas. É importante lembrar que esse ideário de transição feito “pelo alto”, sem a explosão de conflitos sociais abertos, sem radicalizações de posições políticas divergentes, tem seus fundamentos nos elementos apresentados em *Casa-grande & senzala*, na marca conciliatória presente em nossa brasilidade advinda da plasticidade, adaptabilidade, miscibilidade e flexibilidade do caráter português que permitia essa combinação de contrastes e de ordens culturais, políticas e sociais distintas.

Como já foi mencionado, as noções de permanência e mudança são centrais nesse terceiro livro (OLIVEIRA, 2000; BASTOS, 1986, 2003; REZENDE, 1996), sendo elementos recorrentes na obra de Gilberto Freyre. Buscamos analisar, a partir de tais elementos, os fundamentos dessa perspectiva de mudança social controlada apresentada pelo autor, percebendo como se configura em sua obra, a partir dessa perspectiva, um esvaziamento da sociedade civil e a projeção de um projeto político conservador que se consolida no apoio de Freyre, na segunda metade dos anos 1960, a um plano de *revolução passiva* conduzido pelos militares.

Podemos perceber que, na construção de um modelo interpretativo da modernidade no Brasil, a questão das mudanças em Freyre gira sempre em torno de elementos de continuidade e não de ruptura. Sobre este ponto, Freyre comenta:

Creio que venho contribuindo [...] para que o brasileiro de hoje sinta sob seus pés alguma coisa de resistente – essencial, além de essencialmente resistente – sobre o que se apoie não só seu presente como futuro, através da identificação de continuidades que corrijam até certo ponto inevitáveis excessos de descontinuidades no espaço e no tempo sociais (FREYRE, 1968, p. 75).

Seus escritos trazem como marca a idealização do passado e um olhar conservador diante da modernização e do progresso irrefreável que ameaçavam o que o autor parece compreender como a tradicional e autêntica cultura brasileira. A ideia de preservar a cultura tradicional era recorrente entre intelectuais do período como pudemos perceber ao analisar o movimento regionalista do qual Freyre fez parte na década de 1930.

Como já foi referido, Karl Mannheim salienta que o pensamento conservador compreende a realidade a partir de modelos e do controle das possibilidades (MANNHEIM, 1981). Ao compreender que existem elementos em nossa cultura definidores da sociedade nacional e preexistentes a uma dada organização política que atravessaram o tempo, Gilberto Freyre demonstra as raízes conservadoras de seu pensamento assentadas na tradição funcionalista do estilo de ciência praticado pelo autor. Assim, na análise dos processos de mudança social, Freyre vai estabelecer critérios para detectar esses elementos de constância. Esse processo é bastante nítido na obra *Ordem e progresso*, na qual o autor registra que a resistência de traços constantes não inviabilizava a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ou da Monarquia para a República, mas marcava sua singularidade. Rezende ressalta que para Freyre as mudanças sociais e transições políticas deveriam levar em conta as constantes psicossocioculturais do povo brasileiro (REZENDE, 2001).

Segundo Villas-Bôas, não podemos perder de vista que a construção desses modelos não se efetiva apenas em uma operação cognitiva, uma tentativa de compreensão do

desenvolvimento da sociedade, mas também em um desejo de intervir nos rumos deste, em um projeto de reinvenção do social que pauta normas de conduta e projetos de alcance político. A disputa simbólica em torno de nossa formação histórica diz respeito aos valores que pautaram a construção da nacionalidade e a noção de brasilidade. As ideias de Freyre darão corpo a um modelo de *Brasil da harmonia autoritária* (VILLAS-BÔAS, 2000). Nos artigos analisados a seguir, como já afirmamos, os escritos do autor estão mais evidentemente associados a um projeto de alcance político, uma vez que o autor participa diretamente do projeto de Estado pós-1964.

## 2.2. Os textos do pós-guerra e a defesa aberta da “revolução conservadora”

Como afirma Daniel Pecáut, é simplista falar da interferência de um “campo intelectual” em um “campo político”, visto que a realidade é desde sempre política. No entanto, existem uma série de especificidades quanto à postura dos intelectuais diante do político em diferentes contextos, configurando-se, em determinados momentos e ambientes intelectuais, uma recusa do político. No contexto brasileiro, entretanto, “os intelectuais parecem ter se empenhado na ação política sem preocupações e hesitações, como se estivessem de fato incumbidos de fazê-lo” (PECÁUT, 1990). Conforme já viemos apresentando, a produção intelectual de Gilberto Freyre teve desde seu início um forte apelo político, tanto no que tange à construção da nação quanto por sua associação direta a programas políticos e a atividade política institucional. Nos anos 1930, Freyre foi assessor do governador de Pernambuco, Estácio de Coimbra, durante a República Velha. A Revolução de 1930, com o assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba, levou o autor a fugir do Brasil junto ao ex-governador Coimbra, acusado do assassinato. Os membros da revolução, encabeçada por Vargas, combatiam naquele momento o poder das oligarquias regionais.

É nesse ínterim, exilado em Lisboa e em seguida como professor visitante nos EUA, que Gilberto dará início à gestação de *Casa-grande & senzala*. A obra teria repercussão nacional e internacional extremamente favorável, projetando o nome de Gilberto Freyre e, como veremos, uma postura mais crítica no meio intelectual só viria a se conformar de maneira mais sólida na década de 1960, com uma onda de reações que passaram a classificá-lo como um reacionário político e um apologista da sociedade agrária patriarcal.

Na década de 1940, durante o Estado Novo getulista, Freyre assumiu posições de forte oposição, elegendo-se mais tarde – com o fim da ditadura estado-novista e a democratização do país após a Segunda Guerra Mundial – como deputado na Constituinte pós-democratização pela União Democrática Nacional (UDN), com o apoio de intelectuais e estudantes.

A UDN surgiu em 1945 constituída de uma grande frente que aglutinava oligarquias derrotadas pela revolução de 1930, dissidentes da esquerda, setores médios e liberais que se manifestavam contra o regime ditatorial e outros opositores de Vargas. Formada durante o Estado Novo (assim como o PSD e o PTB), a UDN tinha, portanto, uma constituição heterogênea que foi capaz de reunir teses liberais, autoritárias, progressistas e conservadoras, tendo como principal bandeira a redemocratização por eleições e uma plataforma liberal e moralizante. O partido tinha na realidade, como principal motivo de sua atuação política fazer oposição a Getúlio Vargas, o que o levou à crise política após o suicídio do mesmo e a posterior diluição durante o regime militar (MENDONÇA; FONTES, 1988). Freyre integrou a ala estudantil da UDN, pertencendo a uma facção chamada “Esquerda Democrática”, composta por militantes de posição socialista, o que demonstra a trajetória política *sui generis*

do autor, que durante o governo que se instala no pós-1964 denunciaria intelectuais com tendências comunistas aos militares (CARVALHO, 2000).

Eleito em 1946, Freyre elaborou dois anos depois um projeto de lei que criava uma instituição de pesquisa social em Pernambuco. Aproveitando a comemoração do primeiro centenário de nascimento de Joaquim Nabuco consegue aprovação do Congresso Nacional para a criação do Instituto Joaquim Nabuco vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (MAIO, 1999).

Declarando-se em diversos momentos um “revolucionário conservador” (Anexo 2), Freyre, em discurso na Câmara dos Deputados em 1947 em homenagem ao “reformador social” e “pioneiro do trabalhismo no Brasil”, Joaquim Nabuco, demonstra grande identificação com o homenageado não só por se tratar de um “legítimo senhor-moço de casa-grande, nascido em sobrado também fidalgo do Recife, por um neto de morgado dos canaviais do sul de Pernambuco” (FREYRE, 1947), mas também por ter sido partidário, tal como Freyre, de uma política de organização nacional que fosse ao mesmo tempo revolucionária e conservadora. O autor agrega ainda a esse grupo de personagens históricos partidários de mudanças conservadoras da ordem, José Bonifácio e José Alencar. Nabuco será, no entanto, seu modelo por excelência de homem público com tais características, harmonizador de antagonismos, agregando o espírito revolucionário abolicionista – para Freyre a Abolição foi na verdade a mais importante reforma social de sua época, no que opunha a mudança da Monarquia para a República frequentemente criticada pelo autor – com o caráter conservador conferido por seu monarquismo, regime que teve, segundo Freyre, a potencialidade de equilibrar a ordem social brasileira.

Nabuco defendia que a escravidão se extinguiu deixando um lastro de “instituições auxiliares a escravidão” que só poderiam ser extirpadas a partir de reformas sociais profundas, essas sendo, portanto muito mais urgente do que as reformas político-jurídicas adotadas pela República. Freyre criticava igualmente as soluções político-jurídicas da República e afirmava que ele, tal como Nabuco percebia nas reformas sociais o real caminho do desenvolvimento nacional.

“Reformador social” foi o que ele desejou ser de preferência a político, uma vez convencido de que os problemas brasileiros de mais urgente solução eram, na base, sociais e não apenas políticos. Os representados pela escravidão mais do que os representados pela Monarquia. [...] Por essa atitude antecipou-se Joaquim Nabuco aos homens públicos do Brasil do seu tempo na compreensão da realidade não apenas brasileira, mas humana, que é fundamental e complexamente social; e não principalmente política [...] E na compreensão exata e profunda dessa realidade parece que só o antecedeu entre nós o primeiro José Bonifácio, também pensador alongado em homem de ação, com olhos de revolucionário e pés de conservador (FREYRE, 1949, p. 82).

Em “Mudança social no Brasil: a construção do ideário conservador”, Maria José de Rezende em estudo sobre as obras de Perdigão Malheiros, Tavares Bastos e Joaquim Nabuco – três pensadores de uma primeira fase da reflexão sociológica no Brasil – identifica a partir da leitura desses autores a formação de um ideário conservador sobre a (im)possibilidade de mudança social e política no país. A singularidade do pensamento e posição política de Joaquim Nabuco deriva do fato de ter associado a defesa da forma monárquica de governo com a causa da Abolição. Para Rezende, no entanto, não houve rompimento de Nabuco com o ideário conservador. Ao compreender os problemas sociais e políticos brasileiros representados pela escravidão, o autor teria reinventado de forma singular o modo

conservador de se pensar a sociedade em sua época. A tentativa de conciliar o passado com o presente foi na verdade uma ideia central na perspectiva de mudança social tal como compreendida pelo autor. Nabuco compreendia a possibilidade de Abolição como um processo “regido pela harmonização, pela reconciliação e o entendimento de opressores e oprimidos, no quadro de uma sociedade finalmente integrada” (MELLO e SOUZA, 1990, p. 8, *apud* REZENDE, 1998). O autor pode ser pensado, segundo Rezende, como representante do reformismo conservador por buscar formas de melhoramentos dentro da mesma estrutura de poder vigente. Ou seja, as modificações que ele defendia não tinham como base a redefinição do sistema de poder, mas sim o estabelecimento de inúmeras reformas econômicas e políticas que culminariam na implementação de melhorias na sociedade como um todo (REZENDE, 1998).

Em *A escravidão, a monarquia e o Brasil* moderno Gilberto Freyre parece tentar seguir os passos de Nabuco advogando por um reformismo conservador e pela defesa da monarquia como forma ideal de governo. O Exército é também mencionado como poder moderador a manter a ordem nacional (FREYRE, 1956).

O Brasil difere de todos os outros países da América Latina. A diferença resulta principalmente, do impacto da escravidão, que o levou a formar uma organização patriarcal e aristocrática da sociedade, marcada pelos excessos românticos de individualismo e por forte inclinação para a retórica. Essa força foi moderada, todavia, pela influência da monarquia [...] instituição que era, a um tempo, complementar à escravidão patriarcal e corretivo para ela: a monarquia patriarcal, de tipo mais clássico do que romântico (FREYRE, 1956, p. 39).

Freyre ressaltava o olhar antecipador de ideias e atitudes assumido por Joaquim Nabuco ao defender já em fins do século XIX que, na ausência da Monarquia, teria que ser oferecido à Nação algum elemento que substituísse tal poder no equilíbrio dos antagonismos e lutas de partido e facções. Esse componente seria o Exército, um elemento, segundo Freyre, neutro, suprapartidário e suprarregional, como o fora a monarquia. (FREYRE, 1950).

Freyre considerava a Monarquia o regime ideal para se adequar a índole dos brasileiros e as suas necessidades de um poder paternalista. O que faltava a República, segundo o autor, era a condição de ser “mãe ou madrinha dos brasileiros desprotegidos”. A monarquia, por sua vez, teria sido uma espécie de super-paternalismo, uma vez que estaria acima do paternalismo regional e das disputas entre famílias rivais.

[...] alguns dos excessos da escravidão foram corrigidos por outra poderosa instituição que os portugueses trouxeram para o Brasil e que os brasileiros foram bastante sensatos para manter, ainda quando se separaram politicamente de Portugal, o sistema monárquico de governo [...] A monarquia era por natureza bastante nacional para tomar partido dos autocratas locais ou provinciais [...] Agia também em defesa da lei, da justiça e da moralidade, contra abusos paternalísticos de poder (FREYRE, 1956, pp. 44-45).

Freyre ressalta que o fim da escravidão e, quase concomitantemente da monarquia, pôs a população de ex-escravos à deriva, sendo tomada por um profundo sentimento de insegurança e desamparo. Isso porque, se os brasileiros de forma geral, depois de anos vivendo sob o regime patriarcal, tornaram-se demasiadamente dependentes de governos paternalistas, e a situação entre ex-escravos era ainda pior.

Foram necessários anos para que os líderes políticos entendessem a situação psicológica e sociológica real destes antigos escravos, disfarçados de trabalhadores livres e privados de assistência social patriarcal que lhes era dada na velhice ou na doença pela casa-grande ou, quando esta deixava de fazer-lhe justiça, pelo Imperador, pela Imperatriz ou Princesa imperial (FREYRE, 1956, p. 46).

Segundo o autor, essa situação explicaria a expressiva popularidade do governo de Getúlio Vargas que foi tomado como o “Pai dos Pobres” ao criar uma legislação social que deu amparo à população trabalhadora na velhice, na doença e na exploração pelas empresas empregadoras.

Ainda no artigo de 1956, Gilberto Freyre compara a organização governamental do Brasil com a das Repúblicas da América espanhola e com os EUA. A partir de um ensaio escrito por Woodrow Wilson, no qual esse percebia que a América do Norte estaria em desvantagem em relação às nações transatlânticas no que se referia às adaptações administrativas, Freyre defende que o que era mais eficiente nos sistemas administrativos dessas nações tinha sido elaborado por iniciativa régia. Segundo o autor as organizações governamentais de tipo régio e paternalista teriam sido responsáveis em diversas nações pelo progresso e por medidas de proteção do povo contra grupos privilegiados. Salienta ainda que diferente das nações da América espanhola que passaram por revoluções e governos ditatoriais republicanos, o Brasil, com sua tradição de monarquismo e paternalismo, não conheceu tais intempéries. A longa tradição monárquica e paternalista faria do Brasil um caso *sui generis* e em lugar de dar margem ao arcaísmo havia agido como um contínuo estimulante de soluções civis e pacíficas aos problemas nacionais. Ao final do artigo, Freyre defende o lugar de destacada importância assumido pelo Exército com o estabelecimento da República como força nacional corretiva que desde o período monárquico vinha agindo para evitar possíveis abusos de poder por indivíduos ou grupos. Argumenta ainda que quando Getúlio Vargas se tornou um “semi-ditador” foi tolerado, porém, “supervisionado por um exército socialmente democrático, embora politicamente protetor” (FREYRE, 1956, p. 47).

Ambos, Monarquia e Exército teriam papel semelhante ao atribuído pelo autor ao patriarcalismo como formas de domínio de caráter autoritário, porém ponderador a equilibrar antagonismos e neutralizar possíveis surtos ou revoltas entre grupos opostos. É interessante perceber como algumas dessas ideias defendidas pelo autor que ajudaram a sustentar o golpe de Estado de 1964 e o governo de exceção que se instala a partir daí já estão postas na década de 1950 na obra de Gilberto Freyre.

No âmbito acadêmico, há um início de críticas à obra freyriana na década de 1950. Segundo Marcos Chor Maio: “Há uma reação nítida ao enfoque cultural de Freyre e ao seu estilo literário em detrimento do rigor na utilização da linguagem da sociologia inserida no mundo universitário” (MAIO, 1999).

Lehmann ressalta que, Florestan Fernandes, por exemplo, compreendia que a obra de Gilberto Freyre só teria importância na primeira fase da Sociologia, enquanto investigação positiva, perdendo relevância no período da investigação de campo, do adestramento sistemático, que indicariam uma nova etapa do trabalho sociológico e que seria representado especialmente pela Sociologia de São Paulo e sua geração de sociólogos profissionais. Freyre tornou-se objeto de inúmeras críticas no meio acadêmico nesse período, no entanto, especialmente por continuar reiterando de maneira otimista o mito da democracia racial brasileira. Enquanto Freyre percebia a existência de uma herança positiva da escravidão, visão consolidada na tese de que os negros acabaram influenciando a cultura dos brancos, Florestan frisou em suas teses o legado perverso dessa herança escravista: as desigualdades sociais,

políticas e econômicas. Apesar de suas inúmeras críticas às teses do autor, a Escola paulista de sociologia tentou em diversos momentos aproximar-se de Freyre, através de convites para bancas examinadoras de teses, feitos por Roger Bastide, e posteriormente por Florestan Fernandes. Freyre recusou todos esses convites, escapando inúmeras vezes da arena intelectual e preferindo tecer críticas aos teóricos com quem divergia por meio dos prefácios de suas obras (LEHMANN, 2008).

A criação do Instituto Joaquim Nabuco inscreve-se nesse contexto, uma vez que Freyre parece se esforçar para preservar seu legado em meio a um processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil que toma sua obra como uma produção que estava fora dos moldes científicos de argumentos histórico-sociológicos. Freyre cria um instituto de pesquisa autônomo do sistema universitário em um momento de intensas mudanças no campo intelectual com a profissionalização e institucionalização das ciências sociais brasileiras (MAIO, 1999) e mantém-se, em certa medida, encastelado no mesmo.

Os movimentos de Gilberto Freyre no campo político do pós-guerra são bastante relevantes para analisarmos sua posição diante do golpe civil-militar brasileiro que se daria em 1964. No início dos anos 1950, no contexto da Guerra Fria, o autor aceitou um convite do Ministro das colônias de Portugal e viajou pela África visitando as colônias lusas no continente em assumido apoio à política salazarista. É em meio a um período de fermentação de movimentos de libertação das colônias europeias na África e na Ásia que Freyre cria o luso-tropicalismo como legitimação do Império colonial português e justificativa ideológica para a permanência da política colonialista de Salazar (BASTOS, 2006). De modo concomitante, no que tange ao contexto brasileiro, o Exército, como já anotamos, aparece nos escritos desse período produzidos pelo autor como um ente capaz de resolver a crise de autoridade que assolava o país antes do golpe.

Em 1964, articulou-se uma *contra-revolução preventiva* que implementou um processo de modernização conservadora associado ao capital internacional e ao estabelecimento de um Estado autoritário. Dessa forma a *revolução burguesa* no Brasil estabelece-se como um processo autoritário, articulado pelas classes dominantes e esvaziado de participação popular (FERNANDES, 1976).

Fontes e Mendonça ressaltam que, no início da década de 1960, configurava-se no Brasil um quadro político que contava com intensa mobilização popular, tendo como uma das principais bandeiras de luta as reformas de base, especialmente a reforma agrária. No campo econômico havia uma forte disputa entre tendências favoráveis à monopolização e à internacionalização da economia brasileira. Nesse contexto, alguns setores udenistas uniram-se a setores militares visando direcionar a política externa para um alinhamento automático com os Estados Unidos, contrapondo-se às restrições previstas pelo Executivo quanto à participação de capitais estrangeiros. Os militares, através da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), enfatizavam uma proposta própria de desenvolvimento econômico e buscaram apoio do empresariado. Em 1961, esses setores viriam a criar juntos o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) com apoio de recursos internacionais que se configuraria quase como um partido da burguesia. O IPES/IBAD teriam um importante papel na conformação do golpe lançando verdadeiras campanhas contra o perigo comunista e tendo como lema o tema da segurança nacional e da construção do desenvolvimento no país. Além disso, defendiam a suspensão das restrições ao capital internacional. O desfecho militar em 1964 significou uma repressão violenta aos movimentos populares que vinham ascendendo na cena política dos últimos anos além da hegemonia do capital monopolista (MENDONÇA, FONTES, 1988).

O governo ditatorial instalado no pós-1964 utiliza-se da ideologia do Brasil mestiço e tem em Freyre um dos intelectuais que postulam a legitimação de suas políticas. Sua adesão

ao projeto golpista trouxe uma significativa mudança na percepção acerca do intelectual Gilberto Freyre, alterando também a receptividade de sua obra. O autor passa a ser identificado de forma mais ferrenha como conservador, sofrendo inúmeras críticas e repúdio por seu apoio ao regime. No meio acadêmico é abertamente recusado pelos cientistas sociais da Universidade de São Paulo, Florestan, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni.

Freyre participa diretamente da política cultural de Estado integrando o Conselho Federal de Cultura a partir de 1969. No Documento Base do Conselho Federal de Cultura, “Política Nacional de Cultura”, de 1976, a ideia de “integração” aparece como um conceito-chave. Nesse documento, elaborado durante a vigência do AI-5, a questão cultural é compreendida como problema de segurança nacional. A noção de “integração” aparece como um elemento de harmonização das diferenças e eliminação dos conflitos sociais em nome da formação de uma cultura nacional (MOTA, 2011).

Em 1965, no primeiro aniversário do golpe militar Freyre publica *Forças armadas e outras forças*, reunião de duas conferências proferidas naquele mesmo ano. Nesse ensaio, o autor comenta as críticas que escutara da parte de alguns liberais norte-americanos quanto ao militarismo presente na política brasileira. Sobretudo, ressalta o autor, “dos mais inocentes dentre eles” que teriam sido alvo da propaganda comunista. Freyre defende a falta de fundamentos da crítica a um suposto militarismo brasileiro afirmando que aqui as Forças Armadas nunca se impuseram como força autocrática, intervindo na vida política nacional; apenas em momentos excepcionais de crise, insegurança ou de efetivo perigo para as instituições democráticas. Partindo dessa crítica defende a importância de se divulgar dentro e fora do país o papel das Forças Armadas no desenvolvimento do país e a “liberdade de palavra” e a “liberdade cultural” que vigoravam no governo que então administrava o Brasil (FREYRE, 1965).

A ameaça de um militarismo opressor e violento não condizia, além de tudo, com a singularidade nacional de possuir uma estrutura social democrática, elemento que viria regulando as relações das Forças Armadas com as demais forças nacionais em sua opinião. A passagem de militares pelo poder no Brasil vinha demonstrando que longe de imperar um “cesarismo de capote” em suas administrações, o que se via era o espírito civil e paisano, exemplos éticos de comportamento político e um vasto conhecimento dos problemas nacionais. Segundo o autor, a experiência dos militares com posições de liderança conjugada a virtudes civis no modo de serem chefes de nação vinha marcando positivamente a história brasileira nesse sentido.

Freyre traz nesse mesmo artigo uma série de questionamentos acerca da passagem da Monarquia para a República. Levanta questões sobre se a República teria correspondido a aspirações verdadeiramente nacionais e se resultou em benefícios efetivos para o país. Para o autor a mudança de regime teria representado o sacrifício do princípio da ordem em nome do progresso. Além disso, não teria havido, segundo Freyre, um efetivo repúdio dos brasileiros à Monarquia, mas em realidade apenas a alguns pontos do regime como a abusiva centralização do poder. Problemas que poderiam ter sido corrigidos dentro do próprio regime. Freyre afirma que não haveria motivos radicais postos para uma revolução republicana em 1889 e que o grupo de partidários da República estava em número restrito:

Parece demonstrado, por uma série de fatos expressivos, que aquela proclamação – a da República em 89 – foi expressão não só unilateral como deficiente de um processo complexamente revolucionário que continuaria a exigir dos brasileiros o ajustamento de suas relações intranacionais [...] (FREYRE, 1965, p. 269).

Freyre sublinha a presença no novo regime político de indivíduos vindos da Monarquia, uns do Exército Imperial e outros do Parlamento monárquico, o que garantiria um “modo brasileiro conciliador, comunicando ao experimento republicano alguma coisa da experiência monárquica que eles representavam de maneira notável”. Dessa forma a transição teria se dado sem a presença do radicalismo de alguns positivistas mais sectários que pretendiam erigir um regime mais doutrinário em desacordo com os valores nacionais. Freyre destaca, por exemplo, a intenção radicalíssima de separação entre Igreja e Estado, uma ideia arbitrária e “cientificóide” para uma nação que tem no catolicismo um de seus elementos de brasilidade.

O que é preciso é que nessa busca não se sacrifiquem valores de sempre a miragens messiânicas, mas se concilie o respeito por esses valores com o gosto por inovações e pelos experimentos. De onde os grandes líderes de um povo serem antes revolucionários conservadores que os conservadores absolutos ou os revolucionários radicais (FREYRE, 1965, p. 272).

Freyre irá destacar mais uma vez o papel do Exército nessa transição para o regime republicano como elemento conciliador de antagonismos, situando-se num plano supra-regional e suprapartidário. As Forças Armadas no Brasil teriam assim um papel “superiormente político”, pondo-se acima de partidos e ideologias. Elas se fariam presentes na história brasileira em diversos momentos como forma de conter os excessos de faccionismo, de ideologias, de economicismos etc. Desse modo o poder militar seria um poder constante, diferente da transitoriedade do poder dos partidos ou dos grupos economicamente dominantes. Lembrando ideias de Joaquim Nabuco, Freyre afirma que o poder militar teria sido o único substituto nacional a altura do prestígio monárquico durante a República. O autor acrescenta ainda que proviria do Exército uma importantíssima inspiração: o caxiismo.

Em resumo: aquela consciência de dever, aquele senso de responsabilidade, aquela dedicação ao serviço público, aquela sensibilidade à causa nacional que constituem, no Brasil, um conjunto ético de nítida origem militar: vindo de Caxias, entretanto foi também homem público; e na vida pública tão dedicado ao serviço do Brasil quanto na militar. [...] O caxiismo deveria ser aprendido tanto nas escolas civis quanto nas militares. É o Brasil inteiro que precisa dele para ajustar-se a solicitações de desenvolvimento, sem prejuízo das de segurança (FREYRE, 1965, pp. 273-274).

Em sua defesa apaixonada do caxiismo afirma ainda que tal inspiração carregava o conjunto de virtudes essenciais para o Brasil não cair nas armadilhas dos interesses particularistas promovendo um desenvolvimento nacional saudável e equilibrado de acordo com a dinâmica psicológica, moral e ética de nosso povo.

Dessa forma, para o autor a passagem da Monarquia a República não teria constituído, efetivamente um processo revolucionário em si. Seria mais adequado falar em um processo revolucionário brasileiro que caminhava desde o Período Colonial e que vinha se exprimindo em constantes psicossociais características do modo de ser brasileiro, donde o autor destaca a tendência para soluções de equilíbrio. Essas transpareceram na transição republicana na presença de elementos provenientes do regime monárquico e de seu Exército imperial que ajudaram a manter a ordem combinando valores novos aos antigos.

Em trabalho posterior, datado de 1969, onde celebrava a “revolução” de 1964, Gilberto Freyre traz um discurso em vários pontos semelhante a respeito do que chama de “processo revolucionário brasileiro”. Haveria pouca disposição para se produzir no Brasil revoluções violentas, uma vez que essas não condiziam com a índole pacífica de nosso povo.

O autor percebe essa especificidade nacional de forma positiva exaltando a maior dignidade das chamadas “revoluções brancas” que promovem reajustamentos da ordem social sem o recurso da violência e das formas clássicas de revolução sanguinária. O movimento de Independência, a transição do trabalho escravo para o livre e a substituição do regime monárquico pelo regime republicano seriam expressões desse modelo de processos revolucionários de transformação social no Brasil (FREYRE, 1969).

O Brasil estaria vivendo esse processo revolucionário de mudança social há mais de um século. O que ocorria naquele momento era uma aceleração da mudança social que a tornara mais generalizada e mais visível. Esse processo de mudança vinha se dando como “reajustamento, democraticamente social, de uns grupos a outros”. Freyre ressalta que esse processo teria corrido sérios riscos na história recente brasileira de ser desviado por revolucionários sectários e afoitos que queria alterar seu curso natural e autenticamente brasileiro baseando-se nos modelos revolucionários de outros países, demonstrando, portanto, pouco conhecimento de situações psicossociais brasileiras.

Ainda nesse artigo Freyre recorre ao conceito de *rurbano*, já utilizado em algumas obras como em *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios* (1945), para pensar uma política brasileira que pudesse integrar naquele momento de mudanças, atividades e valores urbanos com atividades e valores rurais. Segundo o autor, essa seria uma política revolucionariamente social para o desenvolvimento brasileiro em moderna civilização no trópico. Essa proposta estaria em acordo com o complexo psicossocial brasileiro e respeitaria, sobretudo, sua realidade ecológica. A *rurbanização* é, dessa forma, uma proposta de complementação entre os dois mundos, o rural e o urbano, com vias ao desenvolvimento nacional. Santos afirma que sua proposta política tinha como norte um tipo de desenvolvimento que adentrava uma paisagem de equilíbrio composta pelos extremos do atraso e do moderno. Essa concepção estava em total acordo com suas ideias de equilíbrio de antagonismos que regia o nacional (SANTOS, 2006).

Suas ideias e propostas reformistas vinham desde os anos 1950 marcando presença em seus artigos e conferências e encontrariam no regime instalado em 1964 um campo profícuo para a conciliação de dois elementos supostamente contrários, a modernização e o conservadorismo. Freyre ressalta que o “método revolucionário de mudança social” possuía uma grande quantidade de variantes, dentre elas as soluções de caráter misto e aparentemente contraditório que poderiam trazer soluções surpreendentes para os problemas sociais (FREYRE, 1969).

A proposta de *rurbanização* levaria em conta, segundo Freyre as especificidades regionais e trazia críticas à monocultura que dominava vastas áreas brasileiras pervertendo a sua vocação ecológica:

Sendo assim, a política social a ser seguida num país quase todo tropical e em desenvolvimento que precisa ser acelerado – revolucionariamente acelerado – em certas regiões retardadas, como é o Brasil, parece ser a que reduza ao mínimo [...] as sub-áreas, puramente rurais, de monocultura, estendendo-se sobre elas atividades e populações que, de rurais passem a *rurbanas* e de ligadas exclusivamente a esta ou aquela lavoura imperial passem a ser, tanto quanto ecologicamente possível, áreas menos de uma só produção que de produção diversificada, aproveitando-se ao máximo a chamada vocação dos solos tropicais para se exprimirem antes em vegetação diversificada do que em culturas exclusivas, estendidas sobre grandes áreas. Essa aceleração de desenvolvimentos regionais [...] em benefício de um desenvolvimento brasileiro geral, ou total, é decerto uma das tarefas que maior inteligência e maior energia estão a exigir dos atuais líderes revolucionários do Brasil. A Superintendência do Desenvolvimento do

Nordeste, depois de ter sofrido com o brilhante economista Celso Furtado do mal de um pan-economismo e este mais abstrato ou lógico que sensível a situações concretas, é a orientação que agora revolucionariamente segue: a de considerar o complexo regional na sua totalidade e em ligação com outros complexos regionais [...] (FREYRE, 1969, p. 32).

Dessa forma, na perspectiva do autor, as mudanças sociais no Brasil tinham que levar em conta as características psicossociológica dos indivíduos, pensados regionalmente e sendo respeitadas as especificidades do *ethos* nacional.

Freyre afirmava ter esperanças de que o Brasil conseguisse orientar seu plano de desenvolvimento nos próximos anos por vias ao mesmo tempo inter-regionais e pan-brasileiras pondo em prática ideias presentes em seu conceito de desenvolvimento urbano, conjugando tendências de desenvolvimento e diversificando a produção. Dessa forma o atual governo justificaria seu movimento afirmando seu papel “corajosamente revolucionário” (FREYRE, 1969).

Em 1972, o autor foi solicitado pelo Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido oficial do regime militar, a desenvolver seu programa político. No documento, encomendado pelo então deputado Marco Maciel, transparecem seus receios em relação ao regime democrático e sua pregação de que o país precisa de “soluções brasileiras para situações brasileiras”. Freyre fala no mesmo documento em melhor distribuição de renda e em reforma agrária (CARVALHO, 2000).

Ao passo em que Freyre progressivamente explicitava sua defesa aberta à intervenção militar e à *revolução conservadora*, no campo intelectual a recepção à sua obra ganhava novos contornos. Dante Moreira Leite em *O caráter nacional brasileiro – História de uma ideologia*, de 1968 é o primeiro autor a formular críticas ao viés conservador da obra de Freyre (GAHYVA, 2010). O autor questiona os métodos de explicação de Gilberto Freyre, carentes de comprovações objetivas que reduzem suas hipóteses a intuições pessoais. E denuncia que a interpretação do Brasil de Freyre era incapaz de ultrapassar a perspectiva de seu meio social ao atribuir importância exagerada ao papel da família patriarcal. Ressalta ainda que somente um olhar conservador e vindo de um indivíduo da classe dominante seria capaz de perceber “doçura” nas relações entre senhores e escravos no Período Colonial.

Carlos Guilherme Mota (1977) em *Ideologia da cultura brasileira* populariza uma leitura semelhante, ressaltando o caráter ideológico da obra. O autor escreve em 1977 e observa que já era o momento de se fazer um balanço da obra de Gilberto Freyre que não se restringisse a celebrar o autor e que considerasse suas atitudes intelectuais enquanto elementos atrelados a suas posições políticas e a suas raízes sociais e econômicas.

Mota ressalta que a obra de Gilberto Freyre traz como marca o apego aos padrões tradicionais de organização social, em estamentos, que entra em crise diante da emergência da moderna sociedade de classes. *Casa-grande & senzala* revalorizava o papel das oligarquias agrárias em um momento de crise, ressaltando o valor da tradição e das antigas classes dirigentes diante do novo capitalismo em ascensão. Freyre “sente, registra, mascara a crise, a lenta perda do poder do grupo oligárquico a que pertence, identificando-a como uma crise nacional” (MOTA, 1977, p. 73).

O uso que o autor faz das noções de regionalismo e miscigenação como matrizes da nação são centrais e criam, segundo o autor, um sistema ideológico que perpetua a noção de cultura brasileira. O estilo ensaístico de Freyre é tomado pelo autor como um estilo de discurso que empresta ares modernos a uma perspectiva conservadora de “mandonismo de senhor de engenho”. Seu “pretensão modernismo” viria ainda da valorização da mestiçagem que rompe com o quadro ideológico anterior que contava com uma clara separação da

sociedade entre raças e estamentos. Essa característica mais progressista de seu pensamento, no entanto, teria se esvanecido com o tempo e o que prevaleceria em sua obra seriam noções ideológicas, como a de *caráter brasileiro* que serviriam para desfigurar seu objeto de análise e encobrir as relações de dominação presentes na sociedade, uma vez que, apesar de considerar os antagonismos, esvazia as contradições sociais (MOTTA, 1977).

A interpretação de Carlos Guilherme Mota situa-se no auge da ditadura militar, na década de 1970, e teve grande importância nos debates posteriores por representar uma crítica radical ao viés conservador do pensador pernambucano que ainda não havia sido feita até então. A ambiguidade que envolve o pensamento freyriano hoje, após inúmeras interpretações de sua obra, relaciona-se à recepção que ela teve nesses diferentes contextos históricos, sendo caracterizada em alguns momentos por sua feição inovadora e modernista e em outros por seu viés aristocrático e conservador, como podemos perceber ao ler as interpretações de Antonio Cândido, no célebre prefácio de *Raízes do Brasil* de 1967, e no artigo de Carlos Guilherme Mota escrito em 1977.

Seu livro de maior repercussão e importância, *Casa-grande & senzala*, inscreve-se, à época de seu lançamento, como obra de valor revolucionário, que rompe uma velha consciência raciológica<sup>23</sup>, mas seria interpretado, em um momento posterior – sob as novas tensões sociais e políticas surgidas na década de 1960, com a prefiguração de um golpe de Estado – como uma das justificativas ideológicas mais bem elaboradas da modernidade gerida pela classe dominante brasileira. Segundo Gahyva, no contexto de radicalização comandado por forças políticas de direita, na década de 1960, a crítica à obra de Gilberto Freyre, como um dos pilares autoritários da construção da identidade nacional, foi fundamental, especialmente por este manter estreita relação com os militares de 1964. As críticas mais severas à obra de Gilberto Freyre já vinham se delineando, como apontamos, mesmo antes do golpe de 1964, como na obra de Dante Moreira Leite produzida nos anos 1950. Em décadas posteriores Florestan Fernandes, com *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), Otávio Ianni, com *Escravidão e racismo na sociedade de classes* (1977) e Carlos Guilherme Mota, com *Ideologia da cultura brasileira* (1977), consolidaram a crítica ao conservadorismo da obra (GAHYVA, 2010).

Desse modo, a radicalização política emergente na década de 1960 torna mais nítida as posições conservadoras do autor e seu perfil ideológico. No entanto, é possível perceber uma clara unidade em seu pensamento desde sua obra de maior destaque lançada na década de 1930, *Casa-grande & senzala*, que ao produzir uma “história das origens” para o Brasil já retratava a cena social como constituída da habilidade peculiar de equilibrar antagonismos, lançando as bases para a compreensão de um país sem conflitos e que recusa os enfrentamentos. Sob seu modelo de pensamento, as transições e mudanças políticas seriam realizadas como conciliação e acordos entre grupos dirigentes da elite e sem a participação popular. A participação de Gilberto Freyre, bem como de outros intelectuais, no processo de preparação e consolidação política dos governos militares, configura-se como uma tentativa de agir sobre esse processo, pautando a compreensão sobre o mesmo e buscando controlar suas possíveis consequências sociais e políticas.

---

<sup>23</sup> Acerca desse tema ver SCHWARCZ (1994).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gilberto Freyre foi buscar no tempo das casas-grandes, elementos para explicar o presente, as permanências que fundam nossa vida social e o chamado caráter brasileiro. A partir da leitura de *Casa-grande & senzala*, *Sobrados & mucambos*, *Ordem e Progresso* e dos demais artigos aqui analisados foi possível perceber a continuidade dos temas presentes na obra do autor na caracterização de um *ethos* do povo brasileiro e na projeção deste como base para um projeto político conservador.

O tema do autoritarismo no Brasil visto aqui pelo viés de sua penetração no âmbito sociocultural, é, como já dissemos, bastante presente no campo do pensamento social brasileiro. Ao lado da cordialidade, do personalismo, da impessoalidade, o autoritarismo figura no quadro dos elementos que configurariam o dilema brasileiro do atraso de nossas instituições sociais inscrito em numerosos debates no meio acadêmico e intelectual. Nossa contribuição, sem se pretender original, é antes mais um esforço de compreensão do tema, enfocando como e em que medida as ideias pensadas pelos intelectuais participam e interferem na realidade e nas práticas sociais. Trata-se da conhecida questão sobre as relações entre teoria e *práxis*, das relações entre o mundo das ideias e o mundo das ações.

Quando adentrei o tema do personalismo e da formação de uma cultura política autoritária no Brasil uma das primeiras perguntas que me ocorreu foi quais seriam as origens de tal cultura e de tais práticas? Como determinado comportamento social e político se forma e ganha tal alcance a ponto de ser identificado como um traço marcante de uma sociedade? Norbert Elias identifica em sua compreensão sobre a sociedade alemã, em *Os Alemães*, a existência de um caráter alemão que distinguiria a sociedade germânica das outras mesclando em sua análise elementos subjetivos e objetivos que engendraram o caráter nacional (OLIVEIRA, 2012). Gilberto Freyre faz uma análise em muitos pontos semelhantes quando busca identificar o *ethos* nacional brasileiro e ao fazê-lo criou uma hipótese cultural que compreende que a sociedade brasileira teria como característica inerente o “equilíbrio de antagonismos”. Se levarmos em conta que as ideias possuem importante papel na constituição das formas de conduta social podemos perceber que sua tese acerca da harmonia social presente no Brasil, de forte caráter autoritário, mais do que descrever a sociedade nacional e a cultura brasileira, parece ter participado de forma difusa na regulação dos comportamentos políticos e sociais no país. Como nos lembra Habermas, o espírito (*Volksgeist*) singular de uma nação foi criado por intelectuais que contaram os mitos de origem de seu povo, narraram suas histórias e registraram suas tradições (HABERMAS, 1995 *apud* VILLAS-BÔAS, 2003 ).

Um dos fios condutores deste estudo foi, portanto, o questionamento sobre as relações entre intelectuais e política, cultura e Estado e sobre como se estabelecem os princípios de legitimação cultural do discurso a respeito da identidade brasileira. Visto que os processos de construção de uma identidade nacional se fundamentam sempre numa interpretação, os intelectuais seriam agentes históricos privilegiados, funcionando, como aponta Renato Ortiz (2012), como “mediadores simbólicos” nas transformações da realidade, sintetizando sua trama de forma compreensível.

Gilberto Freyre é nesse sentido considerado um autor paradigmático, um verdadeiro artífice da identidade e da memória nacional brasileira se considerarmos inúmeros intérpretes da história do pensamento social brasileiro que destacam seu papel na transformação e elaboração de nossa identidade nacional, uma vez que o autor será responsável por criar uma “novidade científica” para interpretar o Brasil que auxiliou de maneira significativa o

processo de mudança social e modernização em curso nos anos 1930. Longe de perceber suas ideias descoladas da realidade social tentamos sublinhar o campo de relações em que estas estiveram inseridas. Não foi Gilberto Freyre, é claro, o único “culpado” do desenvolvimento de uma cultura política e sociabilidade autoritária no Brasil.

O autoritarismo é um fenômeno político que possui uma história de longa data no país, que passou em diversos períodos por regimes políticos não democráticos. Mas além dessa história política percebíamos que era um elemento relevante pensar a tradição teórica autoritária brasileira e sua influência sobre a formação de nossa cultura política. A escolha das obras de Gilberto Freyre diz respeito ao autor ser um dos principais expoentes do pensamento autoritário no Brasil, uma vez que, como já dissemos, este pensou e projetou a sociedade sob um modelo de *harmonia autoritária* onde as tensões e conflitos são esvaziados a partir do argumento de que a democracia estaria enraizada em nossa formação nacional mestiça desde a época da família patriarcal escravocrata. A partir dessas ponderações iniciais o objeto de pesquisa se desdobrou em um segundo eixo, o de identificar a presença de elementos na obra do autor que apontam para a defesa de um projeto político de *revolução passiva* ou *revolução conservadora* para o Brasil, que teria sua expressão máxima na consolidação do regime militar de 1964.

Apesar de apoiar e participar diretamente do projeto de Estado em andamento a partir de 1964, Gilberto Freyre não pode ser pensado propriamente como um intelectual orgânico do governo de exceção que se instala no Brasil deste período. Isso porque se implantou a partir daí um regime ditatorial que prescindiu do consenso para sua instalação e permanência, atuando fundamentalmente sob o pilar da coerção. No entanto, Freyre advoga a favor do governo militar cuja atuação se alinhava a seu projeto autoritário de sociedade regida por um poder paternalístico que assegurasse a ordem social. Freyre tomava o Exército como um ente perfeito para garantir o controle social e defendia sua atuação em momentos de crise e ameaça às instituições democráticas muitos anos antes da consolidação do regime ditatorial comandado pelos militares.

Procuramos utilizar o conceito de *estrutura de sentimento* de Raymond Williams para melhor compreender essas relações entre as produções artísticas e científicas de uma época e as transformações na organização social em curso no mesmo período. Como essas produções culturais criam uma dada *estrutura de sentimentos* que participa das mudanças na “velha consciência” de um momento histórico.

A atuação dos intelectuais no campo da política é um tema trabalhado por diversos autores. Neste estudo optamos por utilizar especialmente as conceituações de Antonio Gramsci, Daniel Pécaut, Raymond Williams e Renato Ortiz como fundamentação teórica para discutir a obra de Freyre sob tal prisma. Esses autores nos ajudaram a entender como os intelectuais propõem e pautam os temas relevantes de seu tempo, além de combinar projetos de interpretação da nação, do social, etc. com projetos de intervenção na realidade política. Nesse sentido foi bastante revelador perscrutar a obra de Gilberto Freyre, percebendo que esta fornece uma das bases do pensamento autoritário no Brasil que participou e ainda participa da forma como a realidade política de nossa sociedade vem sendo concebida e engendrada ao longo do último século.

As mudanças na recepção da obra de Gilberto Freyre dos anos 1930 até os nossos dias, isto é, as mudanças nas matrizes de significados de classificação e interpretação de seus livros, nos permitem acompanhar transformações ocorridas no pensamento social brasileiro. Descrevem, em certa medida, as forças dominantes nesse campo de interpretação social e histórica sobre o Brasil, que tem em Freyre um de seus maiores expoentes, autor cuja presença no campo intelectual, na sociedade e cultura nacionais é até hoje sentida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica.1993.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e paz**: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARON, Raymond. Etapas do pensamento Sociológico. 8ªed. São Paulo: Dom Quixote, 2007.

BASTOS, Elide Rugai. (1986) **Gilberto Freyre e a Questão Nacional**. In: MOREAS, R.; FERRANTE, R.; ANTUNES, V. (orgs.). Inteligência Brasileira. São Paulo, Brasiliense.

BASTOS, Elide Rugai. "O tema da decadência em Sobrados & mucambos". In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. (org.). **Quem somos nós?** Simpósio 60 anos de Sobrados e mucambos, 1996, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico**: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BASTOS, Elide Rugai. **O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre**. In: Pro-Posições, v. 17, n. 3 (51), set./dez. 2006.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e seu tempo**: contexto intelectual e questões da época. In: Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v. 7 no 19, p. 60-85, mai/ago 2012.

BERSTEIN, Serge. "A cultura política." In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BUDON. Raymond. **Dicionário de sociologia**. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1990.

BURKE, Peter. **Gilberto Freyre e a nova história**. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (2):1-12, Outubro de 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo, Editora Iluminuras, 1999.

BURKE, Peter. **Gilberto Freyre e a nova história**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (2): 1-12, outubro de 1997.

CARVALHO. José Murilo. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: Uma discussão conceitual. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, n/2, 1997, PP. 229-250.

CARVALHO. Mario César. “Céu & inferno de Gilberto Freyre”. In: **Caderno Mais**. Folha de São Paulo. São Paulo, 12 de março de 2000.

CEVASCO. Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**, São Paulo, Paz e Terra, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 2ª ed. Editora Brasiliense, 1987.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. José Reginaldo Santos (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. São Paulo, Civilização Brasileira, 1999.

CURY, Cláudia Engler. **O papel dos intelectuais na configuração da brasilidade e das políticas de educação/cultura nos anos trinta do século XX**. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 7, n. 2, set. 2002 / fev. 2003, 69-82.

DIMAS, Antonio. “Um manifesto guloso”. In: KOSMINSKY, E., LEPINE, C., PEIXOTO, F. (orgs.) **Gilberto Freyre em quatro tempos**. São Paulo: EDUSC/UNESP, 2003.

DREIFUSS, René. **Política, poder, Estado e força**: uma leitura de Weber. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. “Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil”. In: SZMRECSÁNYI, T. QUEDA, O. (ORGS.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo, Hucitec, 1978.

FERREIRA, Gabriela de Resende. “Personalismo versus participação: entrave ao processo de democratização no Brasil contemporâneo?”. In: DONÁT, Mírian. IVANO, Rogério (orgs.).

**Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas** (Londrina, PR. ANAIS do Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas de 17 a 19 de setembro de 2008). Londrina: Edel, 2008.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo, Editora Ática, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC, 1980. [1933].

FREYRE, Gilberto. **Sobrados & mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Quase política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.

FREYRE, Gilberto. A escravidão, a Monarquia e o Brasil moderno. *In: Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1 (1): 39-48, Universidade de Minas Gerais, dezembro de 1956.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GARCIA, Afrânio & PALMEIRA, Moacir. **Rastros de Casa grande e de senzala**: transformações sociais no mundo rural brasileiro *In: SACHS, I. WILHEIM, J. & PINHEIRO, P. (orgs.). Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GARCIA, Afrânio & GRZYNSZPAN, Mario. "Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão". *IN: MICELLI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira*. Vol. IV. (1970/2002). São Paulo/Brasília, ANPOCS/ Ed. Sumaré/CAPES, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 5: O "Risorgimento". Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Pique. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Estudos Históricos, 1999.

LANDÉ, Carl H. "A base diádica do clientelismo". Tradução para fins didáticos de "Introduction: the diadic basis of clientelism". In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). **Friends, followers and factions; a reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977. pp. xiii-xxxvii.

LEHMANN, David. **Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue**. Latin American Research Review, v.43, n.1, 208-218, 2008.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MAIO, Marcos Chor. **O tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto UNESCO**. In: Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, 11(1): 111-136, maio de 1999.

MANNHEIM, Karl. (1981) O pensamento conservador. In: MARTINS, J. S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo, Hucitec, 77-131.

MATEOS, Araceli. **Cultura política**. Disponível em:  
<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.usal.es%2F~dpublico%2Fareacp%2Fmateriales%2Fculturapolitica.pdf&ei=ifuGVlu3NMSrgwT17oGwBA&usg=AFQjCNFwan5OYumWm1jCNe0mgMls4iE8cA&sig2=B0zy-eGtzcmek8B4PXtcjw&bvm=bv.81449611,d.eXY>>.  
Acesso em: 14 de maio de 2014.

MELO, Alfredo Cesar. **Os mundos misturados de Gilberto Freyre**. Luso-Brazilian Review, Volume 43, Number 2, 2006, pp. 27-44.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. A Revolução de 1930 e a cultura. In: **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 4, Abril, 1984, 27-35.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. "Dialética da Malandragem". In: MELLO E SOUZA, Antonio Candido. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1993, pp. 19-54.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. "O significado de 'Raízes do Brasil'". [1967]. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004 [1936].

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. História do Brasil recente (1964-1980). 2ª.ed. Editora Ática.1988

MESQUITA, Gustavo Rodrigues. **O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo**: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de História, 2012.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes. 1987.

MOREIRA, Adriano. “Gilberto: o teórico da sociedade civil”. In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares (org.). **À memória de Gilberto Freyre**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**: Pontos de partida para uma revisão histórica. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. **Educação, contra-ideologia e cultura**: desafios e perspectivas. São Paulo, Ed. Globo, 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. “Jeitinho e jeitão”. **Revista Piauí**. Edição 73. Outubro de 2012. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-73/tribuna-livre-da-luta-de-classes/jeitinho-e-jeitao>>. Acesso em: 21 de março de 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Ordem e progresso em Gilberto Freyre”. In: KOSMINSKY, E. V., LÉPINE, C; PEIXOTO, F.A. (orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Gilberto Freyre e a valorização da província**. Revista Sociedade e Estado – Vol. 26, Número 1, Janeiro/Abril, 2011.

PALLARES-BURKE. Maria Lúcia Garcia. “Gilberto Freyre: um nordestino vitoriano”. In: KOSMINSKY, E. V., LÉPINE, C; PEIXOTO, F.A. (orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru, EDUSC, 2003.

PECÁUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil** – entre o povo e a nação, São Paulo: Ática, 1990.

PECHMAN. Robert M. Uma corte na mata tropical. In: **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Campinas, SP, 1999.

PEIRANO, Mariza G. S. **A antropologia como ciência social no Brasil**. Etnográfica, Vol. IV (2), 219-232, 2000.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**, Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

REZENDE, Maria José de. **A democracia em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda**. In: Plural; Sociologia, USP, S. Paulo, 3: 14-48, 1º sem. 1996.

REZENDE, Maria José de. **Mudança social no Brasil**: a construção do ideário conservador. In: Tempo Social; Rev. Social. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 159-189, outubro de 1998.

REZENDE, Maria José de. **A otimização do passado e a idealização da mudança social em Gilberto Freyre**. In: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.29, pp. 09-34, abr. de 2001.

RIBEIRO, Darcy. “Uma introdução a Casa-grande & senzala”. In: **Gentildades**.- Porto Alegre, RS: L&M, 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, 1994, 26-37.

SANTOS, Raimundo. “Rurbanização como estilo de desenvolvimento em Gilberto Freyre”. In: AMOEDO, Nora Beatriz Presno; ALIMONDA, Hector (org.). **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento**, Viçosa: Ed. UFV, 2006. pp. 27-44.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos Trópicos”. In: **Mal-estar na cultura**. Porto Alegre: UFRGS, Abril/Novembro de 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. In: LUND, Joshua; McNEE, Malcolm (Ed.). **Gilberto Freyre e os estudos latinoamericanos**. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, Universidade de Pittsburgh, 2006. pp. 305-334.

SKIDMORE, Thomas E. “Raízes de Gilberto Freyre”. In: **Gilberto Freyre em quatro tempos**. KOSMINSKY, E., LEPINE, C., PEIXOTO, F. (orgs.). São Paulo: EDUSC/UNESP, 2003.

SORÁ, Gustavo. **A construção sociológica de uma posição regionalista**: reflexões sobre a edição e recepção de Casa-grande e senzala de Gilberto Freyre. Revista brasileira de Ciências Sociais, Vol. 13, n. 36, São Paulo, Feb. 1998.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem).

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Jessé. **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade da cultura brasileira. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

SOUZA, Jessé. “Weber”. *In: Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SOUZA, Jessé. **A atualidade de Gilberto Freyre**. *In: KOSMINSKY, E, LEPINE, C., PEIXOTO, F. (orgs.). Gilberto Freyre em quatro tempos*. São Paulo: EDUSC/UNESP, 2003.

SOUZA, Jessé. **Gilberto Freyre e a singularidade da cultura brasileira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.

VAINFAS, Ronaldo. “Gilberto & Sérgio”. *In: Caderno Mais. Folha de São Paulo*. São Paulo, junho de 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

VELHO, Gilberto. “Entrevista Gilberto Freyre”. *In: Revista Ciência Hoje*. Maio/junho, 1985.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A literatura como espelho da nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, pp. 239-263.

VILLAS-BÔAS, Gláucia. “Casa-grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens”. *In: KOSMINSKY, E., LEPINE, C., PEIXOTO, F. (orgs.). Gilberto Freyre em quatro tempos*. São Paulo: EDUSC/UNESP, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. “Weber e a interpretação do Brasil”. *In: SOUZA, Jessé (ORG.). O malandro e o protestante*: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Ed. da UnB. 1999.

WILLIAMS. Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.

## **ANEXOS**

Anexo 1: Forças Armadas e outras forças

Texto de 1963 ~~1966~~

→ Aniversário de 1 ano do golpe

## APENSO

### FORÇAS ARMADAS E OUTRAS FORÇAS

Novas considerações sobre as relações entre as Forças Armadas e as demais forças de segurança e de desenvolvimento nacionais na sociedade brasileira.

#### PREFACIO

VÁRIAS vezes, no meu recente contato com os Estados Unidos, tive de enfrentar, com relação ao Brasil atual, o preconceito antimilitarista, da parte de, alguns dos seus "liberais" e, sobretudo, dos mais "inocentes", dentre eles. Isto é, dos de algum modo afetados pela propaganda comunista — mais infiltrada em certa imprensa e entre certos professores menos idôneos das universidades daquele país, do que se supõe — contra todo desenvolvimento político-social, nesta ou naquela área, em desacôrdo com os planos dêste ou daquele imperialismo que se venha servindo de ideologia comunista para seus fins políticos. Imperialismos que certos liberalóides dos Estados Unidos parecem querer amansar, mostrando-se simpáticos a teses comunistas de "defesa nacional" em áreas subdesenvolvidas: inclusive na América Latina. A inocência de liberóides anglo-saxões a tal respeito chega a ser comovente.

Falar-se num "militarismo" brasileiro, como é agora mania dêsses liberalóides, é simplesmente ridículo. Temer-se, no Brasil, um cesarismo de capote, animado do propósito de dominar a população inerme, pela violenta força das armas,

é o mesmo que temer-se aqui um clericalismo semelhante ao das caricaturas mexicanas de Rivera.

O Brasil nunca sofreu, nem de modo incisivo, nem de maneira sistemática, sobre seu desenvolvimento, nenhuma dessas pressões, tão evidentes na história de outros Estados-Nações: nem a militarista, nem a clericalista. Não seria agora que iria sofrer um impacto militaresco sobre sua política que significasse de fato militarismo; cesarismo; a presença de uma casta militar nessa política, contrariando tendências saudavelmente democráticas ou anseios sadiamente liberais da parte dos elementos civis, estudantis, operários, intelectuais, da população.

Do que necessitam os ingênuos dos Estados Unidos, que acreditam nas ficções demagógicas dêsse ultraliberal de última hora — última hora, sem trocadilho — que é o Professor Alceu Amoroso Lima, é de um pouco de conhecimento da história do Brasil como nação. O que essa história revela é que a presença das Forças Armadas na vida política nacional do Brasil tem sido excepcionalíssima; em dias excepcionais de crise; em momentos de insegurança ou de perigo para as instituições nacionais. E nunca para se imporem aos demais elementos da população como uma força autocrática; nunca para imporem a essa população um napoleão caboclo, válido apenas pela sua condição militar; nunca, com qualquer aspecto realmente militarista.

Mais do que em qualquer nação moderna, as Forças Armadas no Brasil têm sido, isto sim, aquele "elemento de trabalho construtivo" a que se refere, no seu excelente — claro, conciso, objetivo — O Serviço Militar como Elemento de uma Política de Valorização do Homem Brasileiro, o General Lyra Tavares. Não só "elemento de trabalho construtivo": também força atuante em "empreendimentos públicos fundamentais" e fator de "valorização do homem, através de ampla malha que se apóia nos quartéis para cobrir todo o território nacional".

É uma síntese, essa, traçada pelo General Lyra Tavares, do que tem sido a ação das Forças Armadas no desenvolvimento nacional do Brasil, que está a merecer ampla divulgação dentro e fora do País. É, além de admiravelmente lúcida nas suas idéias-mestras, objetiva e de todo apoiada em fatos.

Por que não se faz a divulgação dêsse e de outros trabalhos relativos ao Brasil e ao seu inexistente "militarismo" e ao igualmente fantástico "terrorismo cultural" que estaria aqui em vigor? O brasileiro que hoje vai aos Estados Unidos ou à Europa descobre que aos anglo-americanos e aos europeus faltam informações concretas e idôneas sobre as atualidades, nada insignificantes, do nosso País: informações que alcancem o homem médio no estrangeiro, alcançado já, em algumas áreas, pela propaganda comunista antibrasileira baseada no mito de aqui dominar um "militarismo da pior espécie" através de "hediondo terrorismo cultural". As falsidades a nosso respeito são muitas: desde as que desenvolvem sutilmente a tese do "terrorismo cultural", inventada pelo Professor Alceu Amoroso Lima num tocante esforço de findar a sua sempre luminosa atividade intelectual, queimando o que adorou e adorando o que queimou, às muito mais levianas do que estas.

Os fatos aí estão, num desmentido vigoroso a tais patranhas. Por que não se organiza a divulgação dêles no estrangeiro? Por que não se substituem caricaturas por imagens do que é, com efeito, no Brasil, a ação das Forças Armadas, do que está sendo, com o governo atual, a liberdade de palavra, do que é aqui, atualmente, a liberdade cultural? Teria sido uma das formas mais úteis de comemorar-se o 1º aniversário, que acaba de ocorrer, do movimento de 31 de março de 1964.

Concordando com a publicação de duas das conferências que já proferi sobre o assunto — relações das Forças Armadas com outras forças nacionais de segurança e de desenvolvimento no Brasil: duas conferências (uma delas pronunciada no Recife, a 21 de maio último), que, para publicação, são agora fundidas num só ensaio, — faça-o, animado do desejo de procurar, mais uma vez, concorrer — concorrer a meu modo — para êsse tão necessário esclarecimento. Não é possível que continue a se deixar acumular, em torno do assunto, dentro e fora do nosso País, tanta mistificação, tanta confusão, tanta deturpação de fatos que se situam entre os que maior honra fazem ao espírito político da gente brasileira. Gente que, com muitas deficiências e muitas imperfeições, tem tido, e tem, os seus traços positivos.

São precisamente êsses valores nacionais brasileiros que há hoje quem se empenhe em deturpar, para negá-los; e à base

dessa negação, desabrasileirar o Brasil, uns para torná-lo cópia dêste modelo, outros, imitação daquele outro, quando a verdade é que cabe a nós, brasileiros, orientarmos nós próprios aquela parte do nosso desenvolvimento mais suscetível de ser plasmada por nós próprios, de acôrdo com nossas tradições, nossas constantes, nossas aspirações e nós próprios assimilando de modelos contemporâneos as técnicas e até valores que nos convenham, quer a sua origem seja esta, quer seja aquela.

Uma das singularidades da gente brasileira, através da sua história nacional, é a que vem regulando as relações das chamadas Fôrças Armadas com as demais fôrças nacionais sem que tenha surgido, entre nós, em qualquer época, qualquer militarismo violentamente opressor da gente civil ou organizado em casta autocrática ou oligarquia caudilhesca. O que não tem havido é omissão ou ausência das mesmas fôrças, no desenvolvimento do País ou na sua segurança e resguardo contra elementos antinacionais. Essa singularidade é preciso que a saibamos estimar e, quando necessário, pôr em relêvo. Principalmente em dias como os que atravessamos. Seria excesso de lirismo ignorar-se, atualmente, a necessidade de países como o Brasil unirem tôdas as suas fôrças nacionais contra quaisquer tentativas, quer de dentro para fora, quer de fora para dentro, de desagregação ou de degradação do que nêle é, de fato, valiosamente nacional. Nacional, e não "nacionalista". Daí a importância de uma justa compreensão das relações que devem, entre nós, continuar a haver — no momento, mais do que nunca — entre Fôrças Armadas e as demais fôrças construtivamente nacionais.

Ninguém diz que toque normalmente ao Exército, em qualquer país, quer se intitule democrático, quer se apresente como socialista, a responsabilidade política, suprapartidária, de dirigir ou de orientar a Nação. Mas a ninguém escapa a conveniência ou a necessidade de tal anormalidade, quando reclamada pelo interêsse nacional em perigo. Foi o que aconteceu à Alemanha pré-hitleriana, ao recorrer ao grande soldado, infelizmente já velho e doente, que era o Marechal von Hindenburgh. À Iugoslávia, ao valer-se do Marechal Tito, ainda hoje seu presidente. Ao Egito, ao entregar seus destinos ao Coronel Nasser. À França, ao adotar a solução De Gaulle, rompendo com a própria ortodoxia do seu sistema parlamentar

de govêrno. Não se trata, quando assim excepcionais as circunstâncias que reclamam a presença do poder militar ou de um militar prestigioso no govêrno, de um latino-americanismo. Trata-se de solução extrema — medida de salvação pública — que pode resultar, é certo, em lamentável caudilhismo; mas que em vários casos tem sido a própria negação do caudilhismo ou a prevenção certa da sociedade nacional contra seus desatinos. Anormalidade, sim, mas supranormalidade; e não a subanormalidade que têm sido os Mussolinis e os Hitlers, os Perons e os Trujillos; que teria sido, talvez, entre nós, o Bacharel Jânio Quadros, se se tivesse constituído em ditador, como parece a alguns haver sido o seu propósito; que está sendo agora, em Cuba, a ditadura sinistra do também Bacharel Fidel Castro, ao lado da qual o domínio autoritário do Doutor Oliveira Salazar, em Portugal, assume o aspecto do de um austero devoto de Santo Antônio de Lisboa que se tivesse extremado em detentor perpétuo de poder político, em contraste com um endemoninhado de Exu tornado ditador.

Ao procurar versar o tema — relações das Fôrças Armadas com as demais fôrças de segurança e de desenvolvimento na sociedade brasileira — aproximo-me de um dos problemas mais vivos e mais atuais entre sociólogos, cientistas políticos, economistas, psicólogos, educadores, juristas modernos. Basta que nos lembremos dos recentes ensaios do tipo do de John J. Johnson, *The Military and Society in Latin America* (1964), do de Jorge N. Labanca, *Heer und Politick in Iberoamerica*, Aconcágua, nº 1, 1965 e do de Lieuwen, *Arms and Politics in Latin America* (1961). E aqui se impõe transcrever do capítulo "Leadership", do livro do Professor Frank Tannenbaum, *Ten Keys to Latin America* (N. Y., 1962), êste inteligente comentário ao papel que o Exército vem desempenhando não só no Brasil como na Argentina: "In one respect, the Army, specially in recent years, is the only secular institution that has had a national outlook and can thus stand above party and region". E mais: "... the army can see the whole of the nation where other institutionalized forces are only interested in a part of it". E com relação aos líderes modernos militares, latino-americanos, assim orientados: "...the nation as a nation has meaning for them". Palavras que aqui se transcrevem por procederem de um sábio, no caso, pelo

seu saber e pela sua objetividade de historiador-sociólogo. "au dessus de la mêlée".

Não pretendo, porém, guardar, no ensaio que se segue, em face de assunto que tenho procurado estudar com objetividade — a objetividade que, tanto quanto o Professor Tannenbaum, aprendi dos mesmos mestres na Universidade de Colúmbia — mas que é problema intensamente brasileiro, aquela absoluta neutralidade que faria do cientista social um quase inumano habitante de torre de marfim, sempre "au dessus de la mêlée". Não foi sendo assim rigidamente neutro que Masarik levou seu saber sociológico à ação política. Nem de outro modo agiu Nehru. O tempo em que atualmente vivemos é demasiado pungente para que o intelectual, seja qual for a sua forma de ser intelectual, pretenda dar-se ao luxo de pensar ou de sentir ou de escrever, de todo "au dessus de la mêlée". Bizantinamente. Abstratamente. Estão vivos, diante de nós, os exemplos de um Camus e de um Malraux, de um Lord Snow e de um de la Torre.

Não sou dos que se envergonham de compromissos de caráter ético, como são aqueles que prendem um indivíduo à sua sociedade nacional: principalmente em dias críticos. Outra é a independência com que procuro pensar, sentir, escrever, viver: a independência de facções estreitas, seja qual for sua espécie de facciosismo, — filosófico, político, religioso; a independência de partidos; a independência de interesses econômicos de grupo.

G. F.

Santo Antônio de Apipucos, 1965.

MUITO me tenho ocupado, quer do ponto de vista de uma das minhas especialidades — a Sociologia da História, ou antes do tempo, considerado o tempo mais na sua indivisibilidade que na sua seqüência — quer como brasileiro preocupado com os destinos do Brasil, daqueles problemas que, num país em desenvolvimento, como é o nosso, constituem um conjunto de assuntos afins: desde os sociologicamente econômicos aos sociologicamente psicológicos. São problemas, todos eles, de relações entre as várias forças de que dependem aquele desenvolvimento e a segurança — a segurança nacional no seu mais amplo sentido — essencial ao mesmo desenvolvimento. Entre essas forças, estão as chamadas Forças Armadas.

Convocado agora pelo General Lyra Tavares, eminente autor de *Território Nacional* e de *Segurança Nacional* — livros que são decerto estudos admiráveis de alguns dos problemas básicos da situação do Brasil como complexo nacional em desenvolvimento — para falar a todo um grupo de oficiais ilustres do Exército Brasileiro, — os do IV Exército — como ele, interessados em assuntos dessa natureza sob uma perspectiva que vai além da puramente militar, temo ter que repetir-me em vários pontos. Aliás, do pecado de repetir-me, confessando as repetições, tenho sido já, mais de uma vez, acusado. E de modo indireto, procurei responder à acusação, admitindo a verdade que ela encerra. Mas salientando: "Antes repetir-se um autor a si mesmo, do que viver a repetir outros autores, sem o confessar".

Foi já há vários anos que proferi no Rio a conferência *Nação e Exército*, onde esbocei minhas primeiras considerações, de ponto de vista principalmente sociológico, sobre o assunto. Estendi, algum tempo depois, essas considerações, em estudos publicados na conhecida revista de Direito Internacional e de Sociologia da Política, que é *Foreign Affairs*. Nêles procurei fixar aspectos do problema, tal como ele se vem apresentando no Brasil: aspectos que não deveriam continuar a ser ignorados por aqueles internacionalistas de

quase política 259

maior responsabilidade intelectual ou política, como os que formam grande parte dos leitores da importante revista, em várias partes do mundo. Aspectos que não deveriam continuar a ser confundidos com os de outras situações latino-americanas, das quais a brasileira, neste como em alguns outros pontos, se tem quase sempre afastado, constituindo, nesta parte da América, uma situação especialíssima.

Isto, por vários fatores de diferenciação que aqui agiram — e vêm agindo — de modo efetivo. Um deles, a experiência monárquica e nada bolivariana — pois Bolívar foi sobretudo um caudilho de gênio — do Brasil que, graças ao gênio, de outro feitio, de José Bonifácio de Andrada e Silva, deu ao comêço do nosso País — ao seu comêço e ao seu desenvolvimento — condições além de sociológicas, psicológicas, de relativa segurança, de quase absoluta unidade, e de não pouca estabilidade, que faltaram às outras populações chamadas latinas da América — as de expressão espanhola e as de expressão francesa — ao se constituírem, como repúblicas, em Estados-Nações. De passagem direi que não vejo nem justiça nem conveniência atual para a cultura brasileira, na recente decisão do Conselho Federal de Educação de estabelecer-se nas universidades brasileiras uma cátedra para o estudo especializado das idéias e da obra do aliás insigne Ruy Barbosa. A estabelecer-se, entre nós, uma cátedra desse tipo, as idéias e a obra a serem consideradas como máximas, de um ponto de vista construtivamente nacional e de cultura, creio que deveriam ser as de José Bonifácio de Andrada e Silva. Não tivesse ele pensado e agido como pensou e agiu, em fase decisiva, quer para a segurança do Brasil, quer para o desenvolvimento da colônia portuguesa, já elevada a reino, em Estado-Nação sob a forma monárquica, e não vejo como se teria evitado, para uma vasta América que se separasse de Portugal, constituída em república, e, provavelmente, logo despedaçada em várias repúblicas, um destino diferente do da América Espanhola.

Será que reconhecendo-se a ligação se não absoluta, relativa, da singularidade brasileira, com a simples forma de governo adotada pelo Brasil ao tornar-se independente de Portugal, exagera-se a importância do que, sendo apenas forma de governo, seria menos que tantas outras formas de organização social, dentre as mais substancialmente envol-

vidas em qualquer processo de transformação social que acesse uma sociedade humana? Tocamos aqui em ponto delicado. Nada de exagerar-se a importância, num tal processo, da simples forma de governo através do qual ele se desenvolva ou se degrade. Seria resvalarmos no *politique d'abord* de Charles Maurras. Mas, por outro lado, nada de subestimarmos forma política que oriente tal desenvolvimento, considerando-a de tal modo insignificante que se possa dizer não importar se determinada sociedade, com determinados antecedentes, em determinada situação de ecologia, em determinada fase de seu desenvolvimento e em face de determinados problemas iniciais de segurança nacional, se constitua em Estado-Nação, sob esta ou aquela forma de governo. Agora mesmo, estamos diante de experimentos quase de laboratório de sociologia da política, oferecidos por sociedades africanas que, tendo se constituído em Estados-Nações, como repúblicas parlamentares, segundo os, para alguns dos seus líderes, mais belos modelos britânicos ou franceses — ou ex-franceses — estão repudiando esses modelos, inadequados às suas situações; e regressando a inspirações tribais de organização política. Provavelmente o resultado desses regressos parciais ao lastro ecológico, telúrico, tradicional, de comportamento político desses povos, será uma combinação entre valores efetivos desse passado e técnicas modernas e, para aqueles povos, exóticas, a serem assimiladas, e não maciçamente adotadas por eles.

O Brasil, adotando, com José Bonifácio, a forma monárquica de governo para a sua organização em Estado-Nação, antecipou-se, neste particular, nessa combinação do chamado "passado útil" ou "passado utilizável", de um grupo humano, com as necessidades de um novo tipo de desenvolvimento para a sua economia, a sua cultura, a sua sociedade: o tipo nacional de desenvolvimento nacional. Combinou necessidades de desenvolvimento com necessidades de segurança. Antes da fórmula Positivista, combinou solicitações de ordem com solicitações de progresso.

Estabilizou-se, ou vem se consolidando e se desenvolvendo ao mesmo tempo, através de combinações de contrários — arte política, engenharia social — é certo. Mas sem que tal tendência tenha significado repúdio sistemático à ação firme, por vezes, absolutamente necessária: necessária em momen-

tos decisivos. Semelhante firmeza caracterizou atitudes ásperas a favor da unidade brasileira em perigo, durante a Regência, de um Feijó; as de um Caxias, a favor da mesma causa e contra forças de desagregação dentro do então jovem Estado-Nação; as do Governo Imperial, em face de um Rosas e de um Solano López: tentativas de desagregação de fora para dentro que, aliás, vinham dos dias de Bolívar.

Abro aqui um parêntesis para aludir, de passagem, e por antecipação, à principal presença de militar em alto posto civil de governo, no nosso País: o caso de Caxias que, em posto civil, e de modo civil, prestou serviços tão valiosos ao seu e nosso País, sem valer-se diretamente de seu prestígio militar para agir, como agiu, como homem de governo, em harmonia com o espírito eminentemente civil e até se poderia dizer, excepcionalmente civil, do Segundo Imperador; um imperador exageradamente refratário ao seu papel de chefe, além de civil, militar, do Império. É desse Caxias que se deriva no Brasil todo um sistema de ética assim de liderança como de serviço, tanto civil como militar: polivalente, portanto, e acima de qualquer simplista antítese civilismo-militarismo. Assunto a que voltarei, certo como é que da história das relações das Forças Armadas, no nosso País, com as demais forças nacionais, não se deve separar o que, desse sistema, se desenvolveu no que um sociólogo weberiano talvez considerasse um "tipo ideal"; e que ainda agora se encarna na figura do atual Presidente da República, vindo do Exército e agora um Caxias cívico: civil e militar nas suas virtudes e eminentemente civil no seu modo de ser chefe da Nação em processo de reajustamento. Que toda nação precisa, uma vez por outra, de reajustar-se; ou de reajustar suas relações com outros povos.

Aqui chegamos a outro ponto. Por que, tendo a Monarquia sido, no Brasil, uma forma, de modo geral — admitidas suas várias imperfeições — de conciliação, até certo ponto, útil, efetiva, de solicitações básicas na vida nacional de uma sociedade — as de segurança e as de desenvolvimento — foi substituída em 1889 por uma República, alguns ideólogos brasileiros sentindo que só então o Brasil se integrava num ritmo moderno e, segundo eles, continental, de desenvolvimento — ou de progresso — sem sacrifício de condições de ordem, tendo o Exército, por alguns dos seus líderes mais influentes, se colocado ao lado desses ideólogos do mesmo

modo que outros desses líderes se haviam colocado ao lado dos adeptos da Abolição imediata, em vez de gradual?

É aspecto da formação brasileira — uma formação que ainda se processa, o passado projetando-se sobre o presente e este sobre o futuro — não de todo esclarecido, embora trabalhos recentes de pesquisa histórica e de interpretação sociológica, em torno do assunto, tenham trazido novas contribuições para tal esclarecimento. Não é de esperar que o desenvolvimento de uma sociedade no tempo — no tempo histórico — se processe de modo ideal ou de modo lógico. Não se processa. Processa-se, ao contrário, de maneira por vezes não só ilógica como até contraditória, em desacôrdo com concepções puramente lineares de fases de desenvolvimento como aquelas que Comte desenvolveu na sua filosofia sociológica. Os próprios adeptos de Comte, no Brasil, paisanos e militares — homens, em geral, austeros, honestos, animados das melhores intenções sociais — contribuíram para interromper no nosso País um ritmo de ordem que talvez devesse ser considerado, de acôrdo com Comte — o mesmo Comte que seria, neste particular, seguido pelo eminente teórico da organização monárquica francesa que foi Maurras, agora um tanto seguido por De Gaulle — o mais em harmonia com os característicos de uma sociedade em transição de base predominantemente pré-industrial de economia para outra, predominantemente industrial.

Pode-se dizer do Segundo Reinado ter sido quase sistematicamente paisano, em grande parte, pela atitude do Imperador e, indiretamente, obliquamente, antimilitarista e até antimilitar, tanto quanto anticlerical, tal o seu empenho em ser, ou parecer ser aos olhos europeus, civil, secular e legalista, em contraste — contraste que por vezes se extremou em disparidade — com as tendências militaristas e caudilhescas das repúblicas vizinhas. A força militar que teve então realce, no Brasil, foi a Marinha, exageradamente aristocrática e até arianista na composição da sua oficialidade, ao que servia de corretivo o feitio democrático — social e racialmente democrático — do um tanto desprezado Exército: desprezado embora predecessor, como existência histórica, da própria Nação — fato já destacado pelo historiador Lyra Tavares. Mas nenhuma das duas forças militares teve, com caráter militarista, atuação na política do Império, tendo mesmo se

quase política 263

criado, desde então, para o militar que ocupasse cargo civil ou desempenhasse responsabilidade política, uma espécie de complexo quase de culpa que o fazia requintar-se, em tais circunstâncias, em parecer civil e agir como civil, e até, exageradamente, como ultracivil.

Seria interessante o estudo que se fizesse, sob critério psicológico-social, do comportamento de militares em altos postos de governos, em nosso País. Se Floriano destacou-se por uma rudeza considerada, por muitos, própria do soldado em contraste com o civil, principalmente em contraste com o civil bacharel ou o civil doutor, está na memória dos brasileiros o extremo oposto representado de modo que chegou a ser desprimoroso para o Exército e para a Nação, pelo Marechal Hermes da Fonseca, quando Presidente da República. Talvez se possa dizer de outros militares que, quando colocados em posições elevadas de governo, no Brasil, têm se sentido obrigados, até ao excesso, a excederem os civis não só em civilidade e em civismo como até em civilismo; a se extremarem, mesmo, numa como superdoçura, numa como supertolerância e em outras virtudes melifluas, resvalando, por vezes, em exageros comprometedores da própria autoridade inseparável daqueles cargos. Por conseguinte, a negação, até exagerada, de qualquer tendência para o cesarismo de capote. Na Presidência da República, note-se ter outro marechal, Eurico Gaspar Dutra, sem ser homem de gênio mas apenas de bom-senso, conseguido conservar um raro equilíbrio entre a energia necessária a um chefe de executivo em regime presidencial, como o brasileiro, e a tolerância sem exagêro, característica de qualquer homem de governo em país democrático.

Tampouco é fora de propósito que se lembre àqueles americanos dos Estados Unidos mais inclinados a enxergar militarismo no Brasil, toda vez que um militar tem ocupado a Presidência da República, pelo puro fato de tratar-se de um militar, que maior tem sido o número de militares, presidentes dos Estados Unidos, do que presidentes do Brasil. Qualquer levantamento estatístico o revelará. E revelará também nem sempre terem os militares, engajados em atividade política naquele país, primado pelo espírito paisano. O quase-militar Coronel Theodore Roosevelt foi na presidência do seu país homem público animado da rudeza militar que adquiriu como

*rough rider*: foi como investiu contra ricos desonestos das indústrias de alimentos. O General Mc Arthur foi pré-candidato à Presidência, com grande número de adeptos, sob uma mística nada civil: francamente militarista. Talvez a justificasse o excepcional das circunstâncias. Mas isto é outra história.

Não se estranhe que, nos últimos anos, mais do que outrora, militares brasileiros venham se salientando pelo seu conhecimento de problemas nacionais e, do ponto de vista nacional, de problemas nacionais, com uma amplitude, nesse saber, que nada tem de pura perícia militar; e que os tem habilitado a ocupar com superior competência cargos difíceis na administração nacional e na própria diplomacia. Em primeiro lugar, alargou-se, aqui, como noutros países, o conceito do que seja defesa ou segurança nacional; e dentro desse conceito é que vem se processando a formação dos novos militares nas suas escolas. Em segundo lugar, a Escola Superior de Guerra vem completando, para eles, essa formação, de modo a lhes vir dando uma perspectiva daqueles problemas e um exame deles, em conjunto com líderes civis do País em várias atividades, que é uma perspectiva nem sempre atingida por civis brasileiros — bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, engenheiros, médicos, economistas, agrônomos — em seus vários cursos de preparação profissional. São cursos, alguns desses, em que o futuro profissional civil não faz senão especializar-se num saber, ignorando aqueles outros saberes que concorrem para que um país se firme como nação moderna, capaz de defender-se de agressões não só militares como de outro caráter, que lhe minem na cultura os caracteres nacionais e lhe comprometam a segurança também nacional.

Essa maior articulação de saberes, de evidente interesse para a liderança de um país em desenvolvimento e para sua segurança como complexo nacional, vem caracterizando mais a formação, no Brasil dos nossos dias, de líderes militares do que a de líderes civis ou religiosos, sendo tal deficiência, na formação dos civis e dos religiosos, característica do que, na mesma formação, se apresenta de inatural com relação ao que se precisa hoje de entender por liderança em país em desenvolvimento e de segurança de nação — principalmente nação de feição democrático — em época como a que atravessamos: época de guerra se não infernalmente quente — gra-

ças a Deus — mais do que fria e até mais do que morna. Época de guerra, durante a qual é impossível a um Estado-Nação negligenciar seus problemas de segurança, devendo estes ser considerados sob uma perspectiva que ultrapassa a puramente militar.

Por que — voltemos a assunto já ferido — a República no Brasil em 1889? Correspondeu ela a uma específica aspiração verdadeiramente nacional? Proclamou-a o General Deodoro da Fonseca em momento sociologicamente justo? Resultou em imediato benefício político ou econômico ou amplamente social, para a comunidade brasileira?

No plano sociológico — que é aquele em que procuro considerar o assunto — são pontos discutíveis. Sejam, porém, quais forem as respostas que se dêem a essas interrogações, a proclamação da República, tal como foi realizada no Brasil, verificou-se dentro de um processo revolucionário caracteristicamente brasileiro, pelo que significou de revolução, antes das chamadas brancas, que das denominadas rubras e, na verdade, sangrentas, com patibulos armados nas praças e fuzilamentos de vencidos pelos vencedores, ao pé de muros mais ou menos sinistros, mais ou menos vergonhosos.

Em ensaio escrito, antes de 31 de março de 1964, para uma obra coletiva, de iniciativa de um dos órgãos mais idôneos da Universidade de Minas Gerais, sobre o que os organizadores dessa obra decidiram denominar "A Revolução Brasileira", sugeri que em vez de se falar numa "Revolução Brasileira", que estaria atingindo em nossos dias sua expressão mais rasgadamente social, se considerasse, com mais objetividade e menos retórica, um processo revolucionário brasileiro, que se vem exprimindo em constantes psicossociais, características do modo de o brasileiro ser brasileiro em tudo aquilo que define o comportamento, quer normal, quer até anormal, de uma sociedade e a sua cultura, quer pré-nacional, quer já nacional.

Sob esse critério, o que se destaca, examinado o assunto sob critério sociológico, desse comportamento e dessa cultura? Não hesito em sugerir que a tendência para soluções de equilíbrio dos principais problemas com que o brasileiro vem tendo que substituir valores puros por valores combinados; para modificar situações sem pretender extinguir radical ou

violentamente na situação nova, todos os elementos característicos das antigas que ela vem substituir.

Considere-se — voltando a um nítido problema de sociologia da política — o caso da substituição do sistema monárquico-parlamentar de governo pelo republicano-presidencial em nosso País. Foi essa substituição resultado de uma específica revolução republicana que, para a solução radical por ela representada, aparentemente contasse com a adesão da maioria dos brasileiros? Sou dos que pensam que não. Revolução assim específica e realmente, em vez de aparentemente, radical, não houve em 1889; nem o 15 de Novembro foi sua culminância.

O que explodiu a 15 de Novembro foi um episódio num processo brasileiromente revolucionário que vinha já de longe. Vinha de dias remotos. Continua. Continua entre nós como continua a desenvolver-se um processo revolucionário nos Estados Unidos, outro, na Argentina, outro, na França, onde agora mesmo a sistemática presidencialista de governo, favorável à intervenção direta do Executivo na vida nacional, alcança novos avanços sobre a rotina parlamentarista, constituindo-se num novo tipo de organização política e social, através de uma série de substituições, algumas revolucionárias, de técnicas de governo.

Não significou, no caso brasileiro, o episódio de substituição da Monarquia pela República, em 89, repúdio absoluto do brasileiro ao regime monárquico e sim a alguns dos seus característicos, entre os quais o abuso de centralização de poder, contra o qual vinham se acumulando, em numerosos brasileiros das diversas Províncias do Império, vítimas daquele abuso, ressentimentos seguidos por pendores descentralizadores ou, em termos políticos, federalistas. Era um abuso que poderia ter sido corrigido dentro do sistema monárquico de governo: a idéia, aliás, de Joaquim Nabuco: o Joaquim Nabuco naqueles dias mais revolucionário do que conservador, grande participante que fôra, de modo românticamente radical, da campanha abolicionista, também ela — essa campanha — antes expressão de um processo brasileiromente revolucionário, vindo de época pré-nacional do desenvolvimento social brasileiro, do que revolução específica no sentido convencionalmente patibular ou trágico de revolução.

Houve qualquer poderoso motivo para uma revolução radicalmente republicana no Brasil? Parece a mim — repito — que não. Poucos eram no Brasil os Republicanos. Aos próprios Positivistas, mais rígidos, então revolucionários, teria bastado que, dentro da Monarquia, se desenvolvesse um governo ditatorialmente forte. No Governo Pedro II lhes repugnava antes o que nêle lhes parecia fraqueza de ação renovadora do que abuso de poder. O que concorria então para um clima de insatisfação — insatisfação da parte de numerosos brasileiros — com as relações entre o poder político e a Nação, era a centralização dêsse poder representada menos pela ação do Imperador, sempre nacional nas suas preocupações, do que pela própria estrutura do sistema em vigor de relações do Rio de Janeiro com as Províncias, que eram relações, sob vários aspectos, semelhantes às de metrópole de algum modo já urbano-industrializada com colônias ainda simplesmente agrárias; e como colônias agrárias dependentes de decisões de caráter não só político como econômico que vinham sendo tomadas na Côrte, e à revelia das Províncias, por banqueiros, — com capitalistas ligados aos novos interesses industriais ali concentrados — e por interesses agrários — como os do café, substituto já do açúcar como principal artigo brasileiro de exportação — também concentrados em área anexa à metropolitana — a fluminense-paulista — para a qual vinham sendo importados, em número considerável, italianos para a substituição do braço africano pelo dêsses europeus.

Se tal foi a situação que se desenvolveu no Brasil, com os começos de industrialização e com os triunfos mais acentuados da lavoura do café dentro da economia do País, por que a indiferença de tantos fluminenses e paulistas econômica-mente prósperos naqueles dias pela causa monárquica? Talvez porque lhes sorrisse a possibilidade de, com a República e a descentralização, acentuarem-se as condições favoráveis ao desenvolvimento da lavoura do café e das indústrias concentradas em redor do Rio de Janeiro. É o que parece, com efeito, indicar o que se verificou, uma vez substituído o regímen monárquico pelo republicano; e iniciado, no Brasil, um período de excessivo estadualismo caracterizado pelo quase exclusivo predomínio sobre a vida nacional de dois grandes Estados: desequilíbrio que só viria a ser corrigido, anos de-

pois de proclamada a República. Parece demonstrado, por uma série de fatos expressivos, que aquela proclamação — a da República em 89 — foi expressão não só unilateral como deficiente de um processo complexamente revolucionário que continuaria a exigir dos brasileiros o ajustamento de suas relações intranacionais num plano e sob critério antes econômico-social do que simplesmente político-jurídico, como fôra nos seus desígnios, embora não nas suas conseqüências, o republicano de 89, política e juridicamente orientado pelo grande Ruy Barbosa — político e jurista vindo da Monarquia; e impedido de extremar-se em regímen estreitamente doutrinário desejado pelos Positivistas mais rigidamente sectários — aos Positivistas, aliás, muito deve o Brasil, sem que se deva deixar de reconhecer a inconveniência que teria sido para o País o seu domínio maciço sobre a República de 89 — não só pela ação de Ruy no Governo Provisório como pela presença do Exército, na pessoa do também vindo da Monarquia, Deodoro da Fonseca, quer nos acontecimentos de 15 de Novembro, quer no Governo Provisório.

Precisamente a respeito dessas duas presenças no novo regímen político que se estabeleceu no Brasil a 15 de novembro de 1889 é que me parece oportuno destacar-se dêsse novo regímen, conseqüência de uma quase-revolução brasileira-mente branca, que se desenvolveria e se consolidaria, ainda mais brasileiramente, recorrendo à experiência, ao saber, ao sentido cívico supra-ideológico — sectariamente ideológico — e suprapartidário, de brasileiros vindos da Monarquia, uns do Exército Imperial, outros do parlamento monárquico, alguns dos quais — o caso do Barão do Rio Branco — nunca renunciariam às suas preferências pelo regímen monárquico. Apenas convocados para servirem ao País sob a República, concordaram em fazê-lo — e o fizeram — de um modo muito brasileiramente conciliador, comunicando ao experimento republicano alguma coisa de experiência monárquica que eles representavam de maneira notável; e mercê da qual o Brasil se constituíra na nação latino-americana mais estimada pela Europa e mais respeitada pelos Estados Unidos. Tivessem tais brasileiros, por excessivo escrupúlo de homens ligados ao regímen antigo deixado o campo livre aos radicais empenhados em implantar no Brasil uma República de todo revolucionária e, para ser revolucionária, ditatorial, e que eram os

Positivistas sectários, e o Brasil teria se tornado República bem diferente da que teve os seus começos marcados pela presença de um revolucionário-conservador do porte de Deodoro e orientados pela ação igualmente conservadora, e também revolucionária — basta que nos lembremos da separação da Igreja do Estado: causa de tantos e tão profundos distúrbios noutras nações da América Latina — dos Ruy Barbosa, dos Barões de Lucena, dos Antônio Prado, dos Rodrigues Alves.

Foi conciliando antagonismos, nessa fase difícil de transição, e situando-se num plano supra-regional e suprapartidário, e de todo pan-brasileiro, que o Exército prestou à Nação Brasileira serviços de caráter superiormente político. Serviços que, prolongados até hoje, vêm desautorizando, de modo irrecusável, as desconfianças de quantos têm chegado a enxergar em sua presença em acontecimentos como de 15 de novembro, os de 45, os de 54, os de 60, o fantasma do militarismo. Esse fantasma talvez tenha se manifestado com Floriano, em rápidos estrupícios de “espírito de caboclo”; e, anos depois, em 1911, pareceu ir surgir com as chamadas “salvações” em Estados do Norte — estas, sob as vistas, por algum tempo, um tanto complacentes, de um Presidente da República, militar, que foi, entretanto, êle próprio, um exemplo comovedor de tolerância a excessos de jornalistas desabusados contra o seu governo e até contra a sua honra. Mas o ciclo das chamadas “salvações” não chegou nunca a tornar-se uma inquietação para o País, sob a forma de um perigo verdadeiramente militarista. Nunca. Os amigos do General Dantas Barreto, governador de Pernambuco durante aquêle breve ciclo, e muito cogitado então para a Presidência da República, no que mais se empenharam, com êsse objetivo, foi em propagarem o seu retrato revestido do fardão de membro da Academia Brasileira de Letras. Devo dizer que, ainda menino, ouvi do médico e político Ribeiro de Brito, principal organizador da campanha Dantas Barreto — político tão hábil, êsse médico ilustre, que primava em parecer inábil — ser o retrato do candidato vestido com o fardão da Academia de Letras, inclusive o espadim, de lado, o mais conveniente à campanha: para as elites mais ou menos impreganadas de escrúpulos civilistas, era o retrato antes de um intelectual, ou de um acadêmico, que de um militar; para a gente do

povo, o retrato de um soldado redentor, messiânico, salvador, correspondente a uma constante na imaginação popular brasileira: a de associar-se o homem providencial, em momentos nacionais difíceis, a figura ou a imagem militar. Não é em vão que dos nossos santos mais populares os mais prestigiosos têm sido, por aquela imaginação, investidos de aura militar: Santo Antônio, tenente-coronel do Exército por antiga tradição; São Severino, chamado Alferes Severino, e como tal respeitado; São Jorge, militar a cavalo e objeto como militar a cavalo, de culto não só católico como afro-brasileiro em xangôs e candomblés: o caso também dos Santos Cosme e Damião. Lembremo-nos de que foi a aura de soldado redentor que deu prestígio popular ao Capitão Prestes e ao Tenente Távora, tidos por São Jorges capazes de vencer dragões representados pela Politicagem, pelo Negocismo, pelo Coronelismo paisano. Mas sem que daí tenham surgido, no Brasil, surtos de militarismo. Neste ponto está um dos contrastes mais expressivos entre a formação brasileira e a das demais nações da América Latina. Da grande nação que é o México se diz caricaturescamente que chegou a ter, a certa altura, mais generais do que mexicanos na política, considerando-se pouco mexicano quem não fôsse, de algum modo, militar.

Não tem faltado às Fôrças Armadas, no Brasil, a consciência de lhes caber um papel superiormente político, acima dos partidos e das ideologias, em dias extremamente críticos para as relações intranacionais. Esse papel elas o têm desempenhado de um modo de fato honroso não só para elas, Fôrças Armadas, como para a cultura brasileira, — uma cultura dentro da qual tem sido possível um processo revolucionário que, desde dias remotos, busca para as relações entre brasileiros, quer no plano social, quer no econômico, e não apenas no político, um ajustamento que certamente nunca será plenamente atingido, próprio como é das verdadeiras democracias, por natureza dinâmicas e inquietas, nunca dizerem à hora que passa ou ao momento de aparente triunfo, o “Pára, és perfeito”, da frase de Goethe. Pois nenhum triunfo dessa espécie é definitivo; nenhuma hora na vida de um indivíduo ou de um povo é perfeita. É próprio dos homens e próprio das nações estarem sempre em busca de novas soluções para as suas inquietações, que não cessam nunca.

O que é preciso é que nessa busca não se sacrifiquem valores de sempre a miragens messiânicas, mas se concilie o respeito por êsses valores com o gosto pelas inovações e pelos experimentos. De onde os grandes líderes de um povo serem antes os revolucionários conservadores que os conservadores absolutos ou os revolucionários radicais. Raramente os sectários mais estreitos.

Vindo da Monarquia, o maior ministro do Governo Provisório da República de 89, o ainda hoje tão vivo Ruy Barbosa que parece ser um nosso contemporâneo, tais as discussões em torno do seu nome, precisou, ao discutir-se a Lei de separação da Igreja do Estado, de lembrar àqueles Positivistas mais empenhados em dar coloração sectariamente ideológica ao novo regime, que antes de existir República no Brasil, existia o Brasil. E o Brasil era demasiadamente cristão, em seu modo ético e não apenas religioso de ser cristão, para três ou quatro políticos-intelectuais pretenderem fazer dele, de repente, "República Positivista". Não seria justo que esse pequeno grupo de ideólogos, de súbito elevados ao poder — os Positivistas radicais — quisessem descristianizar e até desbrasileirar o Brasil, desfolclorizando-o, para substituir não apenas a Monarquia, porém o Brasil assim arbitrariamente descaracterizado e desfolclorizado, por uma ideal, absoluta, abstrata, científica ou, talvez, científicóide, República Positivista.

Neste particular foi grande o serviço que prestou ao Brasil o futuro líder do civilismo, aliado vigoroso, no Governo Provisório, dos militares que se tornaram responsáveis pela consolidação do novo regime, juntamente com os republicanos paulistas do feitiço de Prudente e de Campos Salles e com os pernambucanos do tipo de Saldanha Marinho, muralha viva de resistência ao domínio do País pelos adeptos mais estreitos de uma seita ideológica de origem estrangeira, decidida a ir a extremos no seu esforço de conquistar o Brasil para a sua doutrina supostamente messiânica e para o seu cientificismo precariamente sociológico. Atitude — destaque-se — que não foi a de Positivistas do tipo de Benjamin Constant, de Barbosa Lima 1º e, anos depois, do feitiço de Cândido Rondon.

A História não se repete. Porém, dentro da história das sociedades humanas, ou à sua margem, repetem-se alguns dos processos sociológicos de que resultam vários dos fatos his-

tóricos. Inclusive o processo de dominação — ou de tentativa de dominação — de sociedades mais ou menos inermes por pequenos grupos, atuantes e sectários, de adeptos de ideologias vindas de outras sociedades, empenhados em pôr maciçamente em prática doutrinas repelidas pelas próprias gentes no meio das quais se originaram. O caso do Positivismo comtiano na sua pureza, que nunca obteve na França o prestígio que alcançou no México e no Brasil.

No Brasil porém, vem prevalecendo a tendência para a combinação de valores. É a constante que nos vem de Alexandre de Gusmão; de Cayru; de José Bonifácio; do Visconde do Rio Branco; de Caxias; de Cotegipe; de Joaquim Nabuco; do Barão do Rio Branco; de Rodrigues Alves. Esta, a constante dentro da qual se vêm comportando, em face dos acontecimentos mais dramáticos da vida nacional, as Forças Armadas, das quais não saiu até hoje um caudilho de capote que, apoiado por essas Forças, — em cujas mãos, mais de uma vez, têm estado os destinos brasileiros — procurasse firmar-se no poder político, ao ponto de sua intervenção nas crises mais agudas entre partidos em conflito ou entre interesses de facção econômica em luta, ir além da reclamada pelos grandes interesses nacionais em perigo. A verdade é que do Exército o Brasil tem recebido exemplos de sentido ético no comportamento político que são exemplos que honram a história nacional.

Pois acresce que do Exército vem se comunicando às demais forças construtivamente brasileiras a inspiração que venho classificando de caxiismo. Que vem a ser caxiismo? Em resumo: aquela consciência de dever, aquele senso de responsabilidade, aquela dedicação ao serviço público, aquela sensibilidade à causa nacional que constituem, no Brasil, um conjunto ético de nítida origem militar: vindo de um Caxias que, entretanto, foi também homem público; e, na vida pública, tão dedicado ao serviço do Brasil quanto na militar. Ridicularizado o caxiismo não só pelos aproveitadores dos dinheiros públicos, como por todos aqueles que irresponsavelmente, levianamente, parasitariamente se têm extremado em servir-se do Brasil sob a falsa aparência de servirem ao Brasil, essa tentativa de descrédito de qualidades essenciais ao exercício de qualquer função, da mais alta à mais modesta, de interesse nacional, é significativa. Nela se vem exprimindo há anos um

antibrasileirismo inseparável do anticaxiismo; um falso civilismo; um caviloso antimilitarismo. Falso civilismo e caviloso antimilitarismo porque, na verdade, um e outro são a negação de elementar civismo. Pois civismo, em sua expressão mais pura, é caxiismo. Caxiismo não é conjunto de virtudes apenas militares mas de virtudes cívicas, comuns a militares e a civis. Por isto se explica, a meu ver, que o chamado tenentismo tenha sido uma forma juvenilmente militante de caxiismo que, através de militares jovens, ardentes de civismo, transbordou, de modo nem sempre conforme à melhor disciplina militar, de dentro para fora do Exército, empolgando não poucos civis. Do mesmo modo, não poucos haviam sido os civis que, anos antes, cêrca de 1910, haviam procurado, em militares, indivíduos que, em postos de govêrno normalmente ocupados por civis, fôsem um corretivo ao que êsses civis, por assim dizer caxiistas, consideravam deficiências de caxiismo cívico da parte de políticos civis. Fêz-se então em tôrno dêsses elementos militares reclamados para postos civis, por civis, uma espécie de aura messiânica, — refiro-me aos Dantas Barreto, aos Clodoaldo da Fonseca, aos Franco Rabelo — à qual nem todos os assim aureolados corresponderam senão em pequena parte, mal preparados como então se achavam para o desempenho de responsabilidades de govêrno e de administração; e para lidar, no jôgo entre facções políticas, com civis bem mais experimentados nesse jôgo do que êles. A verdade, porém, é que atraíram a confiança e as esperanças de muitos brasileiros cívicamente preocupados com o Brasil.

Pelo que não levemos, os civis brasileiros, deixar que as virtudes que constituem o caxiismo sejam virtudes apenas militares com projeções, em dias excepcionais, ou mesmo normais, sôbre a política, a administração, as crises, os desajustamentos, a vida civil. Devemos fazer do caxiismo, isto sim, um conjunto de atitudes plenamente cívicas que tanto valor tenham nos meios civis quanto nos militares como virtudes ou normas de conduta plenamente, polivalentemente, cívicas. Pan-nacionais. Virtudes a serviço do Brasil de todo brasileiro. Os caxias devem ser tanto paisanos como militares. O caxiismo deveria ser aprendido tanto nas escolas civis quanto nas militares. É o Brasil inteiro que precisa dêle para ajustar-se a solicitações de desenvolvimento, sem prejuízo das de se-

gurança; e não apenas o Exército nacional, para bem desempenhar suas funções.

Quando a primeira Constituição Republicana consagrou direitos de Estados de modo que logo se verificaria ter sido excessivo, não faltaram políticos que agissem em benefício exclusivo ou particular do seu Estado. Um dêles, o eminente Francisco Glicério, Ministro da Agricultura do Govêrno Provisório de 89 e segundo um seu companheiro de partido, em crítica a êsses excessos, ministro que teria se extremado em atender, com concessões, a interêsses particularmente estadualistas ou particularmente paulistas. Trouxe o crítico à tona no seu "acuso" aos por êle chamados "particularistas", casos, a seu ver, concretos, do que lhe parecia prejuízo nacional, causado pelos mesmos "particularistas", na votação da Constituinte. Um dêsses casos, o dos terrenos subtraídos à União pelos tais "particularistas".

Por que o Exército, — voltemos a êste ponto — em grande parte responsável pela substituição da Monarquia pela República no Brasil e, segundo alguns de nós, espécie de poder supra-estadual e suprapartidário que muito tem realizado pela unidade nacional, não fêz sentir de modo mais claro sua influência, durante a organização da República de 89, no sentido de serem contidos aquêles particularistas ou aquêles estadualistas? Segundo o testemunho de homens da época em que mais se acentuou no Brasil independente o desequilíbrio Norte-Sul — desequilíbrio de algum modo atenuado, e, em certos pontos, até corrigido, justiça se faça, pelo chamado "Estado Forte", de 1937 a 1945 — porque os "politicantes" tiveram então o cuidado de "mantê-los" — aos líderes militares mais conscientes da sua responsabilidade nacional — naquela "rivalidade latente mas profunda, e acirrada a todo propósito, até por ocasião das manifestações póstumas a mortos ilustres", a que se refere um brasileiro idôneo da época, o Professor Coelho Rodrigues.

Se é certo, porém, que uma ou outra vez o Exército quase tem deixado de ser, sob uns tantos aspectos, em períodos particularmente perigosos para a unidade brasileira, aquêle órgão do interêsse nacional contra tôda espécie de interêsses particulares — estaduais ou de grupo — que felizmente vem sendo, ora mais, ora menos, na história republicana do Brasil,

essas deficiências têm sido excepcionais. Pois sua tradição, a sua constante, tem sido a de fazer-se presente em tais períodos de modo a conter excessos de facciosismo, de estadualismo, de antibrasileirismos de caráter ideológico ou de caráter econômico. Concordo, neste ponto, com o maior dos nossos historiadores políticos e talvez se pudesse também dizer, o maior dos nossos sociólogos políticos — Joaquim Nabuco — quando escreveu em 1890: “No dia em que se fêz a República, viu-se a nação pedindo o governo militar para salvar a unidade, por ser o espírito militar o mesmo de um extremo a outro do país, isto é, nacional... Estranho como isto pareça, o governo militar é nos períodos em que o Exército se torna a única força nacional e adquire a consciência disso, o meio de impedir o militarismo, vício dos exércitos políticos e sem espírito militar...” Daí o poder nacional militar — um poder constante e não transitório, como o dos partidos ou o dos grupos econômicos regionalmente ou estadualmente condicionados nos seus objetivos — ter-lhe parecido, no Brasil, àquela altura — dois anos depois do 15 de Novembro — o único substituto nacional possível do “prestígio monárquico” — um “prestígio” mais acima desses interesses particulares e transitórios que o dos novos governos republicanos. Governos republicanos no Brasil, como em outros países, naqueles dias, e, em alguns casos, até ainda agora, expressões imediatas de interesses de grupos estaduais ou de interesses regionais, através ou não de partidos políticos.

Prestígio — poderia Nabuco ter acrescentado — capaz de se sobrepôr às próprias ondas eleitorais, quando essas, em vez de exprimirem os interesses da coletividade nacional, exprimem, não só à revelia da coletividade, o que é grave, mas contra ela, o que é gravíssimo, os interesses de um Estado ou os de uma região, no momento mais rica do que as outras ou mais influente que elas, através de um partido político ligado a grupo econômico absorvente. Ou — pior ainda — os interesses particularmente econômicos, contrários por vezes aos interesses nacionais, de grupo infiltrado em partidos e aparentemente campeões de interesses legítimamente regionais. Pois o dinheiro — advertiu em 1913 o insigne brasileiro Couto de Magalhães, prognosticando desenvolvimentos políticos que viriam a aguçar-se nos nossos dias — “desempenha nas eleições papel importante”, podendo “o

campo eleitoral” tornar-se “um verdadeiro mercado onde os homens de dinheiro comprem de mil modos o eleitor”. O que significa a corrupção de um sistema político-social. A degradação desse sistema. Sua desmoralização em benefício de minorias audaciosas ou de agentes astutos empenhados em conquistarem novas áreas para imperialismo aparentemente ideológico.

Talvez se possa dizer que sem caxiismo não há defesa ou segurança nacional inteira, mas só pela metade; nem desenvolvimento brasileiro amplo, saudável, autêntico, mas só “desenvolvimentismo”. Na França, através do Service d'Action Psychologique et Morale, ligado ao Exército Francês desde os fracassos da grande República na Indochina, até aos da Argélia, foi o que se veio a apurar: que não há Forças Armadas plenamente efetivas quando falta não só a elas mas ao sistema político-social que as condiciona e a que elas servem, uma dinâmica além de psicológica, moral. Ética. Caxiismo, portanto.

No seu estudo sobre o assunto, foi o que Peter Paret recolheu de líderes militares franceses: a convicção da importância desse condicionamento. A convicção de ser impossível a um poder militar, por sua exclusiva excelência tecnológica, realizar a missão de defender o sistema nacional de vida a que serve: é necessário àquele poder militar a impregnação ética que lhe venha desse sistema; ou que ele consiga comunicar a esse sistema. Quando o sistema é enfraquecido, em seu governo, em sua administração, em sua imprensa, em sua organização de ensino, nas relações de organização religiosa com a da família e com a cívica, por “corrupção”, “decadência e traição”, o poder militar se ressentirá dessa fraqueza. A não ser que ele próprio consiga concorrer para purificar o sistema corrompido. Um problema, por conseguinte, psicológico-moral. Um problema de caxiismo que se faça plenamente cívico em vez de se conservar estritamente militar.

Problema com que não pode deixar de preocupar-se o brasileiro de ânimo cívico. Pode, como problema, interessar ao sociólogo sob o aspecto de patologia social. Ao brasileiro, esclarecido pelo estudo sociológico, preocupa. Toca-o na sua sensibilidade patriótica.

“Mas” — dirá talvez um malicioso — “isso de pátria não será palavra fora da moda?” Para alguns, talvez o seja. ~~Para~~

## Anexo 2: Revolucionário conservador

## REVOLUCIONÁRIO- -CONSERVADOR\*

O SR. GILBERTO FREYRE (*prolongadas palmas*): — O menino nascido há cem anos num sobrado do Recife foi homem menos do seu tempo do que do nosso. Em Joaquim Nabuco só o cabelo envelheceu depressa: tão depressa que aos cinquenta e poucos anos já estava quase todo branco como no seu retrato de perfil tirado em Londres depois de nomeado Ministro da Inglaterra.

As idéias que lhe animaram as atitudes de homem público, estas chegam até nós espantosamente jovens: tão jovens como se fôssem idéias de homem de hoje. E homem de hoje com a coragem de antecipar-se, em mais de um ponto, à maioria dos chamados “bem pensantes” e de arriscar-se a ser acusado de “petroleiro” ou “anarquista” ou “comunista”, como foi Nabuco nos seus dias de “reformador social”. “Petroleiro”, por uns; “cortesão de pulseira”, por outros: os que chegaram a vaiá-lo uma vez no Teatro Santa Isabel. Sinal de que era repellido pelos dois extremos.

\* “Reformador social” foi o que êle desejou ser de preferência a político, uma vez convencido de que os problemas brasileiros de mais urgente solução eram, na base, sociais e não apenas políticos. Os representados pela escravidão mais do que os representados pela Monarquia.

Por essa atitude antecipou-se Joaquim Nabuco aos homens públicos do Brasil do seu tempo na compreensão da reali-

\* Conferência proferida na Faculdade de Direito do Recife, a convite dos seus estudantes e sob a presidência do Sr. Ministro da Educação e Saúde, na noite de 18 de agosto de 1949, e repetida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, na tarde de 30 de agosto do mesmo ano, a pedido do Sr. Embaixador J. C. de Macedo Soares, presidente do mesmo Instituto, na série de discursos e conferências comemorativa do centenário de Joaquim Nabuco.

dade não apenas brasileira mas humana, que é fundamental e complexamente social; e não principalmente política, como pretende o maurrasismo. E na compreensão exata e profunda dessa realidade parece que só o antecedeu entre nós o primeiro José Bonifácio, também pensador alongado em homem de ação, com olhos de revolucionário e pés quase sempre de conservador.

Revolucionário-conservador foi também Joaquim Nabuco sob a aparência suave e o andar tranqüilo — andar, dizem-me os que o conheceram, pausado e firme, nunca o arrogante de quem sentisse a necessidade de afirmar-se ou de prestigiar-se pelo modo de atravessar as ruas ou caminhar entre os homens — de “reformador social”. Definia assim pelo próprio modo de andar, tão diferente do de Silveira Martins e do de Lopes Trovão, sua atitude de homem público insatisfeito ou inconformado com os programas ou as atividades dos partidos políticos de sua época, embora incapaz de extremar-se em demagogo ou “repúblico”. A verdade, porém, é que, participando da luta abolicionista, do modo por que participou, não se empenhou numa reforma porém numa revolução muito mais vulcânica do que a republicana, por êle tão temida.

A verdadeira revolução brasileira da segunda metade do século XIX foi a abolicionista; e não a republicana de que Nabuco não quis de modo algum participar, contido nos restos de ânimo antimonárquico que lhe haviam agitado a adolescência, pelo sentido histórico da expansão ou do desenvolvimento brasileiro. Repetiu José Bonifácio. Fôra o Andrada emancipacionista, nas lutas pela Independência, até à revolução; mas, ao mesmo tempo, conservador da Monarquia até parecer áulico aos olhos dos superficiais. Da Monarquia, porém, não aceitaria título ou graça que o arredondasse em cortesão.

Atitude igual teria Nabuco que, menos revolucionário, teria, decerto, chegado até nós Barão ou Visconde de Massangana, do mesmo modo que seu patrono de Academia e mestre, ao que parece, de dandismo, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Barão de Itamaracá. Se o título de fidalgo não livrou o ilustre mestiço da alcunha maliciosa de “bode cheiroso”, aumentou-lhe o prestígio entre as mulheres de vestidos de sêda, contentes de serem cortejadas por barões, mesmo mestiços. (*Riso.*)

Precisamente neste ponto — no fato de ter sido antes um protetor da Monarquia que um protegido dela — creio ter Joaquim Nabuco se antecipado, como raros brasileiros do seu tempo, em idéias, hoje de vários renovadores, entre nós, das relações dos homens com as instituições dominantes em épocas como a dele e, especialmente, a nossa, de desintegração ou crise de valores. Valores por muito tempo soberanamente protetores dos homens mas afinal incapazes de se prolongarem, sem uma renovação, em valores operantes.

Joaquim Nabuco parece ter compreendido que, em tais épocas cabe aos homens de responsabilidade intelectual ou política, mesmo quando revolucionários na substância, serem conservadores de formas e de ritos para que dentro desses ritos se processem menos crua ou violentamente alterações necessárias ao melhor ajustamento entre os homens. O sistema inglês de revolução política e até social; e também o da Igreja Católica que tem sabido conservar-se atual, sem sacrifício da sua ancianidade, e do mundo e até das nações, sem prejuízo da sua sacralidade.

Já esbocei uma vez a sugestão, agora apenas repetida a propósito de atitudes, nem sempre bem compreendidas, de Joaquim Nabuco, de que há gerações ou homens a quem toca a missão nada suave — ao contrário, às vezes acre — de serem antes os protetores que os protegidos de velhas instituições maternas ou paternas a cuja sombra nasceram e se criaram. Instituições como a Monarquia, a Igreja, a Família patriarcal. Instituições por natureza protetoras, nos seus dias de estabilidade, de homens ou de indivíduos inquietos e instáveis. Mas nos dias de desintegração, necessitadas de protetores que as resguardem das agressões dos revolucionários puros ou radicais e permitam que elas, instituições, se alterem, sem perderem a aparência de maternas ou paternas. Pois as instituições parecem ter sexo, conforme o valor que principalmente encarnem para os homens: a imagem materna ou a paterna. Vivemos, os homens, num mundo de símbolos cujas raízes principais são estas: mãe e pai. O próprio filósofo do super-homem morreu louco só sabendo dizer como um menino que apenas aprendesse a falar: *Mamã, Mamã*.

Não creio que seja preciso ser alguém sectário da Psicanálise para admitir que ela possa esclarecer atitudes de

grandes homens e não apenas de doentes recolhidos em clínicas elegantes ou mesmo em hospitais comuns. Nem me parece que se faça nova violência à já tão violada realidade brasileira ou se fantasie o passado íntimo do homem que há cem anos começou a ser menino em Pernambuco, admitindo, em Joaquim Nabuco, um indivíduo em quem, a admiração pelo Pai ilustre, mas distante, não foi nunca superior, como influência sobre o desenvolvimento da sua personalidade, à ternura ou ao encanto, porventura tocado de amor, pela imagem materna que, sob forma sociológica — tantas vezes superior à substância biológica —, parece ter sido, para ele, antes a figura da madrinha que a da própria mãe. Viu Joaquim Nabuco menino — “Nhô Quim” ou Quinquim — cair morta do seu trono de senhora de engenho a majestosa mas doce madrinha, para não esquecer nunca o dia terrível dessa desgraça, para ele imensa. Homem feito ele diria em carta a José Mariano, de que possuo o original, que não poderia haver dor que se comparasse à do filho que perde a própria mãe. Dor que ele já experimentara ao perder a madrinha.

Quem ler a página de *Minha Formação* onde é recordada a morte de Dona Ana Rosa sente que foi esse o drama que marcou mais profundamente a vida de menino de Joaquim Nabuco, de que a de homem tanto haveria de depender. Que marcou mais profundamente sua formação. Dona Ana Rosa não fôra para ele, é certo, proteção contra um pai ortodoxamente patriarcal que o aterrorizasse, como, em geral, os pais do patriarcalismo aos filhos inermes e aliados das mães, dos outros meninos, dos malungos, das mucamas, das negras velhas. Mas fôra ela, durante anos, sua única proteção, sensível, visível, tangível — e tanto materna como paterna — contra todos os inimigos de um menino de engenho. Contra ciganos. Contra macumbeiros. Contra o saci, a cabra-cabriola, o cresce-e-míngua, a mão-de-cabelo, o papão. Contra bichos, inclusive os bichos-de-pé extraídos entre agradáveis coceiras por dedos ágeis de mucama dos pés dos sinhôzinhos, para que os pés dos sinhôzinhos não se apostemassem em pés de negros. Contra os senhores de engenho, homens e até velhos, que castigavam cruelmente meninos da idade dele, Nhô Quim de Massangana — apenas de cor diferente da sua —, meninos e meninotes que vinham à casa-grande de Massangana pedir misericórdia a Dona Ana e

a ele próprio, "Nhô Quim". E ainda, contra incertezas de posição de filho segundo com relação ao mais velho ou ao caçula na constelação familiar, exato como é que o menino de Massangana cresceu, no engenho, filho único, embora, adolescente, se encontrasse na situação psicologicamente significativa de um dos filhos do Senador Nabuco, nessa pluralidade tendo porventura se atenuado os inconvenientes da primitiva situação em virtude da qual quase deixara de se chamar Joaquim Nabuco para tomar o nome de família da madrinha. Ou antes: do marido da madrinha, figura de homem por ele substituída no afeto, de fundo talvez erótico, embora sublimado em amor de mãe, de Dona Ana Rosa.

Em memória dêle, Nhô Quim quase se chama Joaquim Aurélio Nabuco de Carvalho. Foi êste o desejo da quase-matriarca: absorver o nome paterno de Nhô Quim no do seu defunto marido que se chamara Joaquim Aurélio. A êsse respeito são de vivo interesse as revelações que nos traz documento de 1853 ainda pouco conhecido: o inventário do espólio de D. Ana Rosa Falcão de Carvalho, descoberto num dos cartórios da cidade do Cabo pelo escrivão Miguel de Lima e há pouco divulgado, com inteligentes comentários, pelo advogado Luís Cedro. Deixou a senhora de Massangana para o afilhado, além de um sobrado no Recife, um engenho, Serraria. E determinou que os bens deixados ao menino, seu afilhado, e "filho do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. José Tomás Nabuco de Araújo", não poderiam a pretexto algum "ser vendidos por seu pai" nem ser "sujeitos às dívidas dêste, quaisquer que sejam", mas administrados e conservados até a maioridade de Joaquim — isto é, Joaquim de Carvalho —, gasto apenas quanto fôsse necessário para sua educação — diz o documento — "primária e superior a qual quero e é minha vontade que seja ampla e superior, digo ampla e completa". A proteção da mãe sociológica ao filho superando a do pai biológico.

Talvez resultasse dos mimos exagerados com que parece ter sido criado pela madrinha senhora de engenho — verdadeira "mãe com açúcar" da definição de avó, atribuída a Lauro Müller — o fato de haver se extremado Nhô Quim em adolescente um tanto dengoso. Em menino, segundo ele próprio, incapaz de entrar em venda ou taverna onde se vendesse toucinho. "Eu não entro em vendas", disse

êle, um dia, talvez menos esnobemente que sob o jugo de sua aversão a toda espécie de sebo ou banha, ao professor que lhe perguntara como havia de pedir em um armazém, pelo sistema métrico, quatro libras de toucinho.

Não só o toucinho repugnava ao ainda verde mas já delicado aristocrata: conta Vieira Fazenda que a própria manteiga dava a Quincas, menino de colégio no Rio de Janeiro, náuseas e até o fazia vomitar. No Pedro II comia helênicamente pão sêco. Compreende-se, assim, que o internato, com a comida certamente frita na banha, a carne nem sempre tenra, o peixe nunca o bom e gostoso das praias do Cabo com as espinhas catadas pela mão da mucama, tenha sido para êle o sofrimento que foi. Que as próprias empadas de palmito e camarão — delícia dos outros meninos — o fizessem vomitar. Que a casa-grande à margem do Rio Trapicheiro, nos arredores da Chácara 'do Vintém, onde residiam os internos do Pedro II, e de onde saíam para as aulas solenemente vestidos de casacas verdes com botões dourados e altas cartolas já quase de doutôres, tenha sido para êle o oposto da casa-grande de Massangana, onde vivera quase numa redoma, quase num nicho de Menino Jesus que fôsse também um São Joaquim ou um Santo Antônio. Que a vida de interno de colégio tenha lhe deixado para sempre uma impressão de horror talvez misturada a certo ressentimento do pai e principalmente da mãe que não tivera para êle o mesmo carinho que a madrinha. Que não tenha permitido a filho algum ser aluno interno de colégio.

Entretanto, a vida um tanto áspera de internato, no meio de meninos às vezes grosseiros, talvez tenha sido para Joaquim Aurélio um corretivo da vida de menino criado em Massangana com excessos de filho único. Como substituto do Joaquim morto mas não esquecido por Dona Ana. Como filha e não apenas filho de Dona Ana. Com ternuras e dengos que, prolongados, poderiam ter feito dêle, Joaquim Aurélio, um eterno Quinquim de Dona Ana Rosa.

Em vez de um Joaquim Nabuco, Quinquim teria sido talvez outro Raul Pompéia. Em vez de *Minha Formação* teria sido talvez obrigado a escrever, sob o disfarce ou não de romance do sabor d'O *Ateneu*, um "minha deformação" doloroso.

A verdade é que êle, que a princípio deve ter sido, pelos seus dengos, menino um tanto malvisto pelos internos, quase

quase política 87

sempre rudes e intolerantes de adolescentes com maneiras de môças, acabou, em brinquedo celebre, eleito "imperador". "Não houve cabala", recorda Vieira Fazenda em suas notas de 1910. O imperador eleito que, a exemplo de Pedro II — nem sempre o Pedro Banana das caricaturas —, devia ser indivíduo de vontade viril, formou logo ministério e indicou os nomes dos senadores e deputados. Fizeram-se condecorações de papelão. Tudo foi bem até o momento em que Sua Majestade Quincas o Belo prendeu um deputado. O Parlamento revoltou-se. O imperador perdeu o trono. Mas perdeu o trono por um ato — talvez por um abuso — de energia. Evidentemente já não era Quinquim de Massangana. Já não era Quinquim de Dona Ana Rosa. Já não era Nhô Quim: Menino Jesus das negras do engenho da madrinha. Já era Quincas: capaz de ser enérgico com outros Quincas, Totônios, Chicões. Já era Joaquim. Joaquim Aurélio. Quase Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo. Embora nunca viesse a montar imperialmente a cavalo como um Pedro I, ou caudilhesicamente a galopar em corcel, como um Pedro Ivo, ou a dançar donjuanescamente valsa como um Maciel Monteiro ou um Rodrigo Silva ou um Osório, já reunia traços viris de imperador, de rei, de chefe, de caudilho. (*Aplausos.*)

Explica-se, assim, que Joaquim Nabuco crescesse, como cresceu, sentindo necessidade de ser protegido por instituições em que visse refletida a imagem materna, adjetivamente matriarcal, da madrinha, e, ao mesmo tempo, experimentando a necessidade de proteger velhas instituições que já não pudessem proteger, como outrora, os homens inquietos e sós: a Monarquia encarnada na figura de mulher, ao mesmo tempo frágil e maternal, da Princesa Isabel. A civilização britânica encarnada na Rainha Vitória. O Cristianismo encarnado na Santa Madre Igreja. A Família cristã encarnada em senhoras que lhe lembrassem principalmente Dona Ana Rosa, de quem a mãe biológica de Nabuco seria, como lembrou Carolina Nabuco, a rival, sem de todo superá-la. Ou instituições ainda novas cuja vocação ou função protetoramente maternal não fôsse ainda reconhecida pelos homens necessitados de proteção: o Pan-Americanismo encarnado na imagem supranacional da América e exigindo das pátrias ou nações, redefinição da soberania

nacional de cada uma. A América pátria maior que as pátrias americanas.

O revolucionário-conservador parece que se explica, em Joaquim Nabuco, não só pela plasticidade com que soube adaptar-se ao duplo papel que sentiu ou julgou ser reclamado d'ele pelas circunstâncias — o papel de revolucionário, conservando — como pela predisposição, para êsse papel, que nêle se operara sob as circunstâncias de uma meninice singular: a de menino criado fora do alcance do paternalismo do próprio pai — o pai ilustre admirado de longe — mas não do terrorismo ou do paternalismo áspero irradiado pelos pais de outros meninos, senhores de engenho de Pernambuco, que castigavam filhos e, principalmente, crias e escravos de casas-grandes; a de menino protegido, contra as repercussões, sobre a sua sensibilidade, dêsse e de outros abusos de poder patriarcal ou paternal, pela figura da madrinha — antes viúva e substituta de patriarca que matriarca ela própria e famosa pela bondade com que tratava os negros, embora não deixasse de ser, a seu modo, severa para com êles. Aparentemente severa, pelo menos.

Admita-se ou não, a interpretação semipsicanalítica, semi-sociológica, de personalidade, que aqui ousadamente se sugere para explicar o que houve de contraditório em Nabuco — sua condição de revolucionário sempre perturbada pela de conservador, seu ímpeto romântico de protetor dos fracos sempre igualado pela sua necessidade de ser êle próprio protegido, como um eterno menino, por instituições que continuassem a ser, ou parecessem continuar a ser, para êle, o que fôra a madrinha na casa-grande de Massangana — no que temos, de qualquer modo, de concordar é no fato ou na realidade dessa condição: Joaquim Nabuco foi sempre, contraditoriamente, um revolucionário-conservador.

E nesse ponto, embora assemelhando-se ao primeiro José Bonifácio, antecipou-se aos que hoje desejam para o Brasil uma política de organização nacional que seja, ao mesmo tempo, revolucionária e conservadora. Que realize alterações substanciais na economia, nas relações entre grupos, nas relações entre a liberdade do indivíduo e as necessidades da comunidade, conservando, o mais possível, formas e ritos sociais que suavizem a transição e até permitam sobrevivências úteis de instituições em parte

substituídas ou modificadas. Era o que não compreendiam os Silva Jardins e os Quintino Bocaiúva. Foi o que compreendeu Nabuco, passado o radicalismo da adolescência durante a qual a vida de internato, sob o despotismo de censores, parece ter aguçado nêle, ao mesmo tempo, saudades da meninice em Massangana e a vontade de apressar-se em vestir a toga viril.

De passagem direi que discordo dos que imaginam a meninice pernambucana de Nabuco a dos meninos tipicamente criados em engenhos do Norte no meado do século passado. Meninos nos seus brinquedos de bodoque, nas suas judiarias com passarinhos, ovelhas e muleques, nas suas travessuras de banho de rio, nos seus desadores com cavalos, nos palavrões que cedo aprendiam com os cabras da bagaceira, nos "oxente" e nos "vôte" com que imitavam as negras de cozinha, nas xumbergações com crioulinhas de que resultaram fixações meio mórbidas em tórno da vênus fusca por que são ainda hoje famosos homens das mais velhas e ilustres famílias de Pernambuco — desde o tempo de Antonil, escândalo dos moralistas. É significativo o fato de que Nhô Quim cresceu sem saber montar a cavalo — tendo sido o perfeito baiano da caricatura gaúcha, embora fôsse, pela bravura tranqüila e às vêzes quixotesca, o perfeito gaúcho a pé da caracterização de Silveira Martins do pernambucano. Cresceu sem ter aprendido a dançar com as mucamas, algumas com certeza dianas e mestras de pastoris: nunca soube dançar. Sem ter adquirido o gosto pelo fumo nem a mania — notada pelo Padre Lopes Gama nos meninos de engenho do seu tempo — de cedo quererem imitar os grandes usando facas de ponta de brinquedo.

Foi Joaquim Nabuco, ao que parece, menino criado em Massangana um tanto como menina, como em geral o filho único. Brincando mais de padre — talvez com as saias de viúva de Dona Ana Rosa — do que de cambiteiro ou tangerino. Mais de dizer missa do que de rodar em almanjarra. Onde, mais tarde, no Pedro II, ter sido escolhido pelos organizadores do teatro do colégio, para fazer papel não de homem mas de môça no drama *Artur de dezesseis anos depois*. "Neste drama" — recordou em 1910 no jornal *A Notícia*, um seu companheiro do Pedro II, Vieira Fazenda —, "coube a Nabuco fazer a parte de Maria seduzida e abandonada por certo Lorde Malvill". Faltava-lhe aliás jeito

para ator. Jeito e memória. Diga-se a favor dêsse brasileiro sempre desdenhoso dos mestres — tanto os do Pedro II como os da Faculdade de Direito do Recife, que para êle eram uns estagnados e uns estêreis — que nunca se salientou pela memória. Nunca foi exemplo de bom estudante de colégio ou de academia, numa época em que a chamada "memória de anjo" era a qualidade suprema de menino ou de rapaz com pretensões a gênio. E como não era decorador nem seguia passivamente o compêndio, desgostava os mestres convencionais como Frei José dos Santos Maria. Foi Frei José que uma vez deu ao estudante revolucionário êste conselho: "Olhe, Sr. Nabuco, nada de inovações. Cinja-se ao compêndio e irá sempre bem!"

Conselho que êle não seguiria nunca. Menino de colégio já se preocupava com a política. Já procurava pensar por si e não pela cabeça do pai ou dos professores. Era principalmente de política que se ocupava no jornal manuscrito do colégio ao mesmo tempo que se desinteressava do estudo da Música e do de Desenho; e sempre o menino de Massangana criado mais como menina do que como menino, dos exercícios de ginástica.

O que não significa que fôsse entre os colegas um narciso sempre preocupado em vestir bem como as meninas e, em geral, os filhos únicos. Êsse gosto veio já ao homem feito talvez por influência do filho do Barão de Penedo que conheceu em Londres. Adolescente e mesmo rapaz, seria "o descuidado no trajar e inimigo das modas a que chamavam bagatelas" recordado por Vieira Fazenda a propósito do colegial. Foi muito tempo Nabuco no trajar "como então se dizia, um perfeito filósofo". Só fazia exceção — aqui repontava o narcisismo de que mais tarde tanto o acusaria Oliveira Lima — "no baile de S. Joaquim". No baile de seu santo. Calçava então luvas, frisava o cabelo, perfumava-se com o extrato de sândalo. Era como se a madrinha ainda fôsse viva e quisesse o afilhado digno do seu santo que fôra também o santo de Joaquim de Carvalho, o marido morto.

Joaquim Nabuco talvez tivesse razão quando desejava aos quarenta anos, que a Monarquia — que para êle era um pouco Dona Ana Rosa, sob a figura de D. Isabel, e não como para outros sentimentais, D. Pedro II, por um processo de remorso inteligentemente estudado pelo escrito

paulista Sr. Luís Martins — se prolongasse, no Brasil, até que a República nos chegasse naturalmente; e não antes de tempo, como em 89. Até que Dona Ana Rosa morresse aos cem anos, sem deixar filhos. E a República se tornasse mulher feita, capaz de ser mãe ou madrinha dos brasileiros desprotegidos.

Por outro lado, também o sistema de trabalho escravo, que era o sistema patriarcal, por ele e, principalmente, pelos seus companheiros mais radicais de aventura abolicionista, derrubado em 88, num como furor romântico de filhos contra pais, poderia ter chegado ao fim atenuado, nas consequências de sua queda, por mais cuidadosa e generalizada preparação da economia brasileira para o trabalho livre. A falta dessa preparação sabe-se hoje que representou mal enorme para o Brasil e — dura verdade — para o próprio negro. Deixou o negro de ser protegido pela casa-grande patriarcal sem que o Estado tomasse a si a proteção do ex-escravo, fantasiado de cidadão no mais triste dos carnavais que já houve no Brasil. Ao contrário: o Estado Monárquico é que quis proteger-se dos inimigos republicanos, tão fortes depois de 88, fazendo de prêtos armados de facas e de foices, sua guarda, sua defesa, sua principal tropa de resistência — a famosa “guarda negra” — depois que os capitães do Exército se recusaram a ser capitães-do-mato. O rôto a cobrir-se com os trapos do esfarrapado. A Monarquia de manto de veludo estraçalhado pelas mãos dos radicais a cobrir-se com os restos de baeta velha e suja do negro falsamente livre que não fôra, em tempo, preparado, pelos estadistas monárquicos, nem para a liberdade nem para o trabalho livre.

De Joaquim Nabuco é justo que se diga não ter sido, como tantos dos seus companheiros de geração, bacharel simplesmente romântico ou doutor românticamente simplista no seu modo de encarar a chamada questão servil no Brasil. Como nenhum outro homem público do seu tempo, ele viu na questão chamada servil, para outros só econômica ou apenas jurídica, isto é, de pura modificação do *status* econômico ou civil do prêto, madrugando, entre nós, a questão social, com toda a sua moderna complexidade. E pelo seu gosto, desde mil oitocentos e oitenta e pouco, teria se iniciado, no Brasil, a preparação do negro, ou, pelo menos, a do adolescente de cor, para a liberdade e para o trabalho livre: prepa-

ração de que a Monarquia não cuidara e de que a República só viria verdadeiramente a cuidar em 1909, fundando, d um golpe, vinte escolas para a formação técnica de artífices. Iniciativa de um homem de cor e de origem humilde, admirável Nilo Peçanha, que chegou à Presidência da República sem procurar negar sua origem nem renegar sua meia-raça. Ao contrário: orgulhando-se de certo modo de ter sido não menino rico mas garoto pobre. (*Aplausos.*) Sinal de que talvez tivesse alguma razão o velho Rebouças quando, ainda na primeira metade do século XIX, pedia na Câmara, na sessão de 1843, que a população mulata tivesse um representante no ministério para a administração suprema ficar completamente nacionalizada. Pois, a seu ver, os mulatos tinham na guarda e defesa da Monarquia constituição representativa um interesse maior que o dos demais brasileiros — tanto já lhe deviam; e a esse interesse — parecia ter sido este o pensamento de Rebouças — era justo que juntassem sua participação ativa no governo, não como mulatos fantasiados de doutores brancos mas como mulatos identificados, pela sua situação de homens de meia-raça, sem títulos falsos de branquidade, com aquela parte da população que, por algum tempo, correspondeu, entre nós, ao proletariado livre dos países economicamente mais adiantados. Proletariado livre, outrora representado, nas Câmaras coloniais de feitiço português, pelos juizes do Povo ou pelos mestres de ofícios, que chegara, no Brasil, ao fim do século XVIII, e ao próprio começo do XIX, quase sem voz própria no governo e quase sem indivíduo ou órgão que reclamasse seus direitos perante os poderes públicos.

A Revolução Baiana chamada “dos alfaiates” é o que parece ter principalmente sido: um protesto contra a negação desses direitos que, abolidos, criaram uma situação falsa para numerosos brasileiros. Saído de uma população quase toda mestiça em sua composição étnica ou cultural, o proletário ou filho do proletário que se elevava intelectual e moralmente, quase sempre deixava de querer parecer mestiço e de querer ser considerado indivíduo saído da população mecânica ou operária, para procurar confundir-se com os doutores ou os bacharéis. O mulato A. J. de Figueiredo reagiu, é certo, de algum modo, contra essa tendência geral entre os mulatos do século XIX: entre aqueles que, valorizados pela cultura intelectual ou enobrecidos pelo casamento

com iaiá branca ou rica, deixavam de pensar na sorte dos demais mulatos e dos demais mecânicos para se identificarem com os interesses dos doutôres e bacharéis brancos e adotarem seus símbolos sociais.

Creio que entre as influências recebidas por Joaquim Nabuco adolescente deve ser incluída a dêsse mulato socialista do Recife, do meado do século XIX, com quem confraternizara, nos seus dias de residência em Pernambuco, o socialista francês Louis Léger Vauthier. De ambos viveu cordialmente próximo, no seu tempo de magistrado ou advogado na capital da velha Província do Norte, José Tomás Nabuco de Araújo, a quem Vauthier, diretamente e por intermédio de Figueiredo, parece ter transmitido, se não o entusiasmo, a curiosidade simpática por algumas das idéias de crítica socialista pré-marxista ao sistema feudal de grande propriedade territorial e escravocrata. Sistema ainda dominante, naqueles dias, em países como o Brasil e como a Santa Rússia.

Os reparos de Nabuco de Araújo à grande propriedade territorial que o ensaísta Otávio Tarquínio de Sousa, sempre perspicaz nos seus estudos do passado brasileiro, encontrou, há pouco, em documento esquecido, parecem refletir traços de influência recebida pelo grande estadista do Império, da pregação socialista de Vauthier e de Figueiredo. Também parecem acusar traços dessa influência as palavras com que o próprio Joaquim Nabuco, em discursos proferidos no Recife e no Rio de Janeiro durante os anos mais agitados da campanha abolicionista, salientou a necessidade de deixar o Brasil de formar apenas doutôres ou bacharéis para valorizar o trabalho manual degradado pela escravidão. Essa valorização teria que exprimir-se na formação de técnicos ou artifices que não trocassem a dignidade de sua arte pelo emprego público. "Não serei eu" — disse Joaquim Nabuco no Recife, num dos seus memoráveis discursos de candidato a deputado em 1884 — "quem se preste a desmoralizar as artes e as profissões mecânicas prometendo empregos públicos e estimulando assim uma propensão nacional que é uma forma de incapacidade moral para o trabalho e da inferioridade em que é tido, ambos efeitos da escravidão..." Pelo que, com quem ele desejava identificar-se não era nem com o funcionário público nem sequer com o homem de profissão científica — a seu ver, elementos de "uma aristo-

cracia intelectual grande demais para um povo tão oprimido como o nosso"; e sim com "o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário porque está nêle o germe do futuro da nossa pátria".

Tocava-lhe também o sentimento a sorte dos homens do interior — gente "sem garantia de ordem alguma": quer os que cultivavam o solo sem salários, como os escravos, quer os pequenos lavradores ou moradores dos feudos. "Por uma série de circunstâncias" — dizia Joaquim Nabuco em 1884 — "serão precisos talvez trinta anos para se fazer compreender a essa classe, a qual é uma população, que ela também tem direitos. Vós, porém, artistas das cidades, não levareis todo êsse tempo a adquirir a noção da vossa dignidade e dos vossos direitos e, em minha opinião, não há neste momento medida mais urgente do que a de educar-vos para a posição que ocupais — não somente cidadãos a cujo alcance a Constituição pôs todos os cargos públicos mas também de classe chamada nada menos do que a salvar o país pela reabilitação do trabalho." Ora, o trabalho manual que existia então em nosso país era, conforme ainda Joaquim Nabuco — "quase todo de descendentes de escravos, de homens em cujo sangue cristalizou algum sofrimento de escravo".

De modo que vendo o Brasil salvo pela reabilitação do trabalho, o mōço fidalgo de Massangana, o neto de morgado, via o Brasil salvo pela reabilitação do homem de cōr. E ele próprio salientava em 1884, pensando, decerto, em brancos do seu próprio sangue, em Pais Barretos, em Cavalcantis, em Wanderley, em Albuquerque Melos de Pernambuco, que na mendicidade vinham caindo "descendentes de antigas famílias, netos de morgados". E comentava: "para a aristocracia educada na escravidão... pedir é menos humilhante do que trabalhar". Completamos o que parece ter sido seu pensamento inteiro: que os descendentes de escravos e de negros trabalhassem sem pedir esmola nem emprego. Que se elevassem pelo trabalho manual, intelectual, técnico, independente, elevando também o Brasil. (*Aplausos.*)

"Vós sabeis que as artes nasceram entre nós e que vida difícil elas têm tido. O seu nível pouco tem subido do que era no tempo colonial e sua organização ainda é rudimentar."

São ainda palavras de Joaquim Nabuco num dos seus discursos de 1884, o mesmo em que dá o proletariado nacional como tendo saído, em grande parte, do sangue dos escravos.

E definindo-se com relação ao protecionismo às indústrias que não significasse proteção ao trabalho ou ao trabalhador: "As altas tarifas necessárias para instalar a fantasmagoria das nossas indústrias não bastam para dar-lhes impulso, para habilitá-las a lutar com a indústria estrangeira. Os altos preços da vida, a falta de economia, a frouxidão dos princípios sociais, tudo opera para elevar o custo da mão-de-obra, e isto junto a nenhuma educação mecânica do operário, impossibilita o que todos devêramos tanto desejar — a nacionalização das indústrias essenciais à vida".

Via claro, em ano tão remoto, que não nos cumpre favorecer indústrias nacionais só no benefício de industriais que se arredondam em milionários elevando a extremos os preços dos seus produtos com sacrifício do consumidor e sem proveito para o trabalhador. (*Aplausos.*) Sem cuidarem do aperfeiçoamento dos produtos. Sem melhorarem as condições técnicas do seu fabrico, visando aquêle aperfeiçoamento assim como o barateamento de preços no interesse do consumidor. (*Aplausos.*)

Era pela nacionalização das indústrias essenciais mas não pela nacionalização das indústrias, em geral, e do comércio. Nacionalização que afastando o estrangeiro, repelindo o capital, criasse — são palavras exatamente suas — "um privilégio para alguns brasileiros à custa da comunhão toda..." E acrescentava: "...nada mais patriótico do que todos concorrermos para que os artigos produzidos em nossas oficinas possam substituir e dispensar a importação estrangeira". Mas que isto se conseguisse pela proteção inteligente e legítima às artes. "Começarei por dizer-vos francamente" — dizia Nabuco em 84 — "que não acredito na proteção das tarifas." As nossas, ao seu ver, estavam tornando-se "proibitivas". Essa "espécie de proteção" parecia-lhe "roubo do pobre"; e, "num país agrícola"... "contra-senso". E insistindo na necessidade de educação técnica: "...se eu entrar para a Câmara tratarei de mostrar que os sacrifícios que temos feito para formar bacharéis e doutôres devem agora cessar um pouco enquanto formamos artistas de todos os ofícios".

Suas idéias de nacionalização de indústrias essenciais não o levaram nunca à atitude de socialista de Estado — de Estado absorvente da iniciativa particular ou da vida local. De modo algum: foi sempre descentralista e sempre personalista no sentido cristão ou britânico. No seu primeiro ano de deputado por Pernambuco, discutindo-se na Câmara a parte da proposta do orçamento relativa à imprensa ou tipografia nacional, disse Nabuco em discurso de 14 de abril de 1879: "A comissão de orçamento parece querer habilitar a tipografia nacional para concorrer com a indústria privada." E pormenorizando: "Bem, o que eu queria dizer era somente que, se a tipografia nacional quisesse fazer concorrência às outras tipografias e aumentar por aí a sua renda, eu não acompanharia o pensamento do govêrno. O Estado já explora muito, não deve explorar a imprensa que, ao contrário, no nosso país precisa de animação."

Na sua conferência de 22 de junho de 1884 no Teatro Politeama do Rio de Janeiro, salientava da indústria do café: "...essa indústria única é o monopólio de uma classe também única", com o fazendeiro já reduzido a "empregado agrícola que o comissário ou acionista de banco tem no interior para fazer o seu dinheiro render acima de 12%..." Via êle o feudalismo agrário vencido, absorvido, superado no Sul do Império pelo feudalismo industrial e bancário. E antecipando-se de certo modo não só aos regionalistas brasileiros de hoje e, particularmente, àqueles que se levantam contra a absorção dos pequenos lavradores pelas usinas de capitalistas ausentes e constituídos em firmas comerciais ou bancárias, perguntava em discurso de 10 de julho de 1888 na Câmara dos Deputados: "...qual é a solução científica do problema da lavoura no Brasil? Para cada gênero de cultura, para cada zona de produção, para cada centro de capitais, a solução é diversa; não há uma só." E quanto ao contrato dos chamados engenhos centrais com os senhores de terras, em que se proibia às companhias ou emprêsas capitalistas, exploradoras dos engenhos centrais, "tratar diretamente com os moradores": "...Dêsse modo tínhamos garantido com o dinheiro dos pobres um privilégio para os ricos, e emprêsas subvencionadas ficavam pela lei do monopólio obrigadas a não aceitar as canas do lavrador sem a licença do senhor de engenho." E rebatendo pontos de vista defendidos então por Andrade Figueira e Rosa e Silva

dizia Nabuco nesse discurso já pós-abolicionista que suas idéias abolicionistas “eram no sentido da pequena propriedade”.

Considerava necessário o que chamava a “democratização do solo” pelo “parcelamento”, pelo “mercado de terra”, pela “vida local”, “pelos meios enfim, que o nobre deputado [Andrade Figueira] disse outro dia que seriam o apanágio da República e que são antes pelo contrário, da democracia monárquica”.

Em discurso, também na Câmara, de 4 de setembro de 1880, ele já dissera aliás que via alastrar-se o mal da escravidão — e poderia ter acrescentado: do latifúndio e da monocultura — por uma província — são palavras suas de elogio ao passado paulista — “que tudo deveu outrora à iniciativa do trabalho livre, à perseverança, à audácia dos seus filhos, a Província de São Paulo, que tem espantado o Brasil com seu desenvolvimento material e moral, com o prodígio da associação dos capitais, realizando grandes empresas de comunicação...” E não só por São Paulo se alastrava o mal da escravidão: pelo próprio Rio Grande do Sul.

Até Minas Gerais — favorecida, pelas suas condições diversas de solo, para a policultura e para o trabalho livre — encontrava na voz de um dos seus filhos mais ilustres, Martinho Campos, quem enfrentasse Joaquim Nabuco na Câmara de 1880 dizendo-lhe em aparte áspero, provocado menos por Nabuco que por Marcolino Moura, defender a propriedade de escravos dos ataques dos abolicionistas “como se defende a bolsa dos ataques do salteador”.

Temendo o novo feudalismo industrial-capitalista — como ao poder econômico dos grandes capitalistas triunfantes sobre os grandes senhores de terras chamariam alguns sociólogos modernos — Nabuco não fechava os olhos ao poder, ainda vivo, do “feudalismo territorial” no nosso País: o “grande feudalismo territorial”, como chamou em discurso proferido na Câmara a 10 de agosto de 1880. Era então o Império, ao seu ver, país “onde apenas se sai da cidade se entra nos grandes domínios feudais... soberanias absolutas” que precisávamos reduzir como o fizera já “a Rússia, país muito mais atrasado politicamente do que nós” pois não chegara à “evolução natural do Sistema Representa-

tivo...” Contra a tese de que esse problema — o do latifúndio, ligado à monocultura e à escravidão, problema que só nos nossos dias seria estudado como constelação sociológica ou como sistema econômico ligado ao social, da família patriarcal e rural, em estudos iniciados no Recife, embora hoje se faça constante confusão em torno do assunto, isto é, em torno da origem desses estudos; contra a tese de que tão grande problema devia ser resolvido pelos fazendeiros e pelos capitalistas, ou fôsse, por aqueles velhos senhores feudais e pelos novos, instalados em palacetes nas cidades, levantou-se Joaquim Nabuco com veemência nos seus dias de “reformador social”: “Não é uma questão, senhores, que possa ser tratada entre os agricultores e os negociantes. Não! O Brasil é alguma coisa mais do que um grande mercado de café!”

E revelando o sentido ético e não apenas econômico que animava seu reformismo se não socialista, socializante: “Se é do café que sai a nossa riqueza atual, nós somos mais do que um entreposto comercial. Somos um País que tem um passado e um futuro...” E ele era sensível tanto às sugestões do futuro quanto às do passado brasileiro.

O futuro brasileiro fascinava-o sem desprendê-lo, porém, do que o passado do nosso País tinha já de original, de próprio, de capaz de desentranhar-se em valores caracteristicamente nacionais e em benefício de um mundo menos dividido em castas ou raças que o dos seus dias ou mesmo o atual. (*Aplausos.*) Pois se em alguns dos seus discursos contra a imigração chinesa há expressões que podem ser hoje interpretadas como etnocêntricas ao ponto de chegarem ao preconceito de raça vizinho do ódio ou da intolerância, em conjunto, suas idéias, suas tendências e suas atividades foram no sentido de caminhar-se para um mundo — de que a América seria a antecipação — em que os prejuízos de casta, de raça ou de religião não dividissem os homens. (*Aplausos.*) Embora lhe parecessem desejáveis e não apenas inevitáveis as aristocracias de virtude, de inteligência e de saber, repugnavam-lhe as castas. Os privilégios. Os artifícios que ferissem a condição humana. (*Aplausos.*)

Daí sua campanha pelos cemitérios públicos. Daí ter se colocado, mais de uma vez, contra o clero brasileiro: mesmo contra seu grande comprovinciano Dom Vital. Daí ter sido,

tanto quanto Rui e quase tanto quanto o admirável mestre de liberalismo dos dois que foi Saldanha Marinho — de quem repetiu ou desenvolveu mais de uma idéia — pela separação da Igreja ou da Religião — na verdade, do Clero —, do Estado.

Nessas antecipações, ao antecipado em idéias se juntou mais de uma vez o antecipado em técnicas de persuasão da massa ou de orientação do público. Numa de suas cartas, ainda inéditas, datada de Londres, de 16 de novembro de 1882, e dirigida ao Dr. Jaguaribe, escrevia Joaquim Nabuco: "Falta ao partido abolicionista, infelizmente, uma só coisa mas essa é o nervo das propagandas pela imprensa: dinheiro; talento, coração, coragem, abnegação, independência, temos; o que não temos é dinheiro. Se fôssemos um partido rico poderíamos encarregá-lo de publicar obras abolicionistas, traduções de livros como a *Cabana do Pai Tomás*, essa Bíblia da emancipação dos escravos. Vidas de abolicionistas célebres, poesias como o *Poema dos Escravos*, de Castro Alves e edições de livros como os *Herdeiros de Caramuru* (sobretudo o 1º volume) e de documentos da nossa História como os papéis de tráfico."

Neste ponto tinha Nabuco idéia diversa da de Rui. Quando ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui, num impulso de grande emotivo, mandaria queimar quantos papéis relativos à escravidão estivessem ao alcance daquele Ministério. Nabuco, divergindo do seu insigne companheiro de geração, insistia, em 1882, em que se publicassem não só obras contra a escravidão mas documentos. Na verdade, papéis como os que recordam o inquérito feito por ingleses no Brasil, no meado do século XIX, sobre as condições de trabalho escravo entre nós, são documentos que, publicados, resultariam honrosos para a gente brasileira.

A visão de Nabuco não só de problemas como de técnicas de ação política distanciou-se escandalosamente — repita-se — dos homens públicos brasileiros do seu tempo ao reconhecer no Brasil a questão social do trabalhador em face da exploração capitalista e a necessidade de cuidar-se imediatamente do assunto: "É tempo de cuidarmos do nosso povo, e pela minha parte pelo menos não pouparei esforços para que o Estado atenda a êsse imenso interesse do qual êle parece nem ter consciência." E tornando claro seu compro-

misso de bater-se pela proteção do Estado ao homem do trabalho: "É essa a dupla proteção que vos prometo promover: a primeira, leis sociais que modifiquem as condições de trabalho como êle se manifesta sob a escravidão, e façam da indústria nacional concorrente vitoriosa da estrangeira em tudo que fôr seu legítimo domínio e, a segunda, a que o Estado vos deve e tem tardado demais a vos dar: a educação de cidadãos e de artífices."

Reunindo muitas das condições favoráveis ao chamado homem carismático — certo, como é, que o caudilhismo não é só o que se manifesta de bombachas e de botas, como foi o de Rosas na Argentina, mas também o que veste e até ostenta a casaca e a cartola, como foi o de Mustafá Kemal, na Turquia ainda quente do seu domínio —, Joaquim Nabuco não abusou nunca do seu prestígio entre a gente do povo, para tornar-se demagogo; e da demagogia passar ao domínio carismático sobre a plebe. Nunca. Leiam-se seus discursos e seus escritos de abolicionista que foi, também, no melhor e no mais alto sentido da palavra, trabalhista: em nenhum dêles se encontra outra técnica senão a da persuasão, a do esclarecimento. Nunca a mistificação. Nunca a arte do Don Juan político, pálido e de olheiras, como uns, ou exuberante de saúde animal, como outros. Nunca a arte do Don Juan político que abusa do amor conquistado à massa inerte para pensar por ela, sentir por ela e decidir por ela as menores coisas. Para impedi-la de organizar-se conforme suas necessidades e seus interesses ficando a êle, Don Juan político, o privilégio de falar hoje pela plebe das cidades, como ontem falara pelas chamadas "Classes Conservadoras" ou pelas "populações rurais", a cada uma impedindo de pensar em função de seus interesses e de suas necessidades para por tôdas falsamente pensar, sentir e falar êle, exclusivamente êle, Don Juan político, segundo seus caprichos de momento ou seus interesses de conquistador de multidões. (*Prolongados aplausos.*)

Joaquim Nabuco não foi nunca nem Don Juan de multidões nem de classes. Resistiu à tentação, que mais de uma vez o deve ter assaltado, ao ouvir suas palavras poderosamente másculas cobertas pelos aplausos quase sem fim de multidões, sôfregas como mulheres, nos seus momentos de maior exaltação, para serem conquistadas, dominadas, subjugadas de modo absoluto pelo fidalgo belo e viril que

parecia saber compreendê-las melhor que seus iguais, que seus parceiros, que seus adúladores.

Mais do que isso: Joaquim Nabuco procurou despertar nos homens de trabalho a responsabilidade de se dirigirem a si próprios e de serem seus próprios redentores. (*Aplausos.*) Deviam os homens de trabalho organizar-se, unir-se, associar-se: "Não sois muitos, é certo, mas ligados um ao outro pelo espírito de classe e pelo orgulho de serdes homens de trabalho num país onde o trabalho ainda é malvisto, sereis mais fortes do que classes numerosas que não tiverem o mesmo sentimento de sua dignidade. Vós sois a grande força do futuro, é preciso que tenhais consciência disso, e também de que o meio de desenvolver a vossa força é somente a associação. Para aprender, para deliberar, para subir, é preciso que vos associeis. Fora da associação não tendes que ter esperança."

Bem outra teria sido a palavra do demagogo interessado em mover multidões de acôrdo com seus caprichos. Joaquim Nabuco dirigia-se a grupos específicos de homens para que se organizassem e deliberassem por si sobre suas necessidades e suas aspirações. Não os queria servilmente a seus pés, como mulheres russas aos pés de um Rasputin de blusa ou de dólma que substituísse as barbas de profeta pelos bigodes do político militar. Sua técnica de persuasão repita-se que foi semelhante à dos modernos trabalhistas ingleses, embora nunca sua palavra secasse na dos homens puramente lógicos: sabia comover os simples como da vez em que referiu-se, em comício, aos homens de côr que, traindo a própria causa — a da Abolição —, colocavam-se contra sua gente para servirem aos exploradores do trabalho escravo ou proletário. "Há entre vós, homens de côr" — bradou Nabuco — "mas nêles não haverá um só dêsses judas que por 30 dinheiros vendem sua raça, sua Mãe."

Ele, se traiu de certo modo a própria classe paterna — a dos proprietários de terras e de homens — foi para tornar-se um dos maiores revolucionários que teve o Brasil. Para denunciar os abusos de poder dos senhores de terras e de escravos onde êsse poder melhor se consolidara em sistema sociologicamente feudal: em Pernambuco.

Fôra a impressão de um observador francês — o Conde de Suzannet — que conheceu Pernambuco poucos anos antes

daquele em que nasceu, no Recife, Joaquim Nabuco. Impressionou-o o poder feudal dos senhores de engenho da região. Entretanto, êle, Suzannet — que evidentemente não conversara com o Padre Lopes Gama nem lhe lera os artigos —, jamais ouvira um brasileiro censurar qualquer senhor pelo abuso de poder. O próprio presidente da Província — Barão da Boa Vista — estava implicado em assassinatos cometidos por membros de sua família. A amante de outro poderoso do dia mandara friamente raspar a cabeça de bonita mulata só para humilhá-la no que uma mulher tinha então, ainda mais do que hoje, de mais expressivo da dignidade de seu sexo: a cabeleira. Um rapaz pobre que pretendia casar com uma môça da família Albuquerque vira-se ameaçado de morte só por pretender casar com a irmã tão fina sendo êle tão pobre. Tal o Pernambuco ainda feudal dos anos que precederam o ano de 1849 — o ano do nascimento de Joaquim Nabuco, num sobrado nobre do Recife, o ano, também, em que junto a outro sobrado — casa de esquina, das que têm dado ânimo à velha superstição "casa de esquina, morte ou ruína", "casa de esquina, triste sina" — foi morto, durante a chamada Revolução Praieira, o Desembargador Nunes Machado, boa e brava figura de pernambucano, como Nabuco, bem-nascido; e revoltado como êle e como qualquer Natividade Saldanha de origem turva, contra os excessos de privilégios de nascimento ou de casta que, no Pernambuco da primeira metade do século XIX, escandalizaram até fidalgos franceses como Suzannet. Um fidalgo curado de excessos de fidalguia e de casta pelos excessos igualitários da Revolução Francesa, então ainda quente na memória e nos próprios olhos dos franceses: principalmente dos fidalgos.

Joaquim Nabuco, neto de morgado, curou-se desde adolescente de preconceitos excessivos, de fidalguia de sangue, tornando-se êle próprio revolucionário dentro da tradição pernambucana de homens nascidos em engenhos ou sobrados patriarcais mas fascinados por causas populares: Nunes Machado, Pedro Ivo, José Mariano, José Maria. Não temesse trazer para aqui nota excessivamente pessoal e recordaria êste anúncio de advogado no *Diário de Pernambuco* de 6 de novembro de 1833, do meu próprio bisavô, assassinado aos trinta anos quando viajava do Recife para o Engenho Palmeira, de sua família: "... Dr. José Alves

da Silva Freire, Bacharel formado em leis, se oferece gratuitamente às pessoas oprimidas pela prepotência dos poderosos...

Nabuco tornou-se revolucionário não apenas político porém social: chegou às vezes — nem sempre, pois com relação à imigração chinesa deixou-se trair por preconceito de raça — ao próprio sentido moderno de democracia étnica desenvolvido por pensadores brasileiros desde José Bonifácio e ultimamente redefinido por antropologistas como o Professor Roquette-Pinto. Nisto, entretanto, Nabuco não foi original: era o seu sentido de democracia social o já esboçado não só por José Bonifácio como por Arruda Câmara. Por outros revolucionários sociais dos princípios do século XIX. E não nos esqueçamos do fato de que Charles Comte — o pensador francês hoje considerado precursor de Boas e da escola alemã de antropologistas que opõe a cultura à raça — teve considerável influência sobre brasileiros do meado do século passado.

Da Revolta Praieira que ensangüentara Pernambuco no ano do seu nascimento, Joaquim Nabuco compreenderia ao escrever *Um Estadista do Império*, que fôra um movimento social e não apenas político. Um aspecto da insatisfação pernambucana com o regime feudal não só de exploração do escravo pelo senhor mas, principalmente, de degradação do branco pobre e, aparentemente, livre do interior e das cidades, onde faltavam-lhe condições de vitalidade econômica e social para competir com o estrangeiro, com o europeu, com o português. Por isto é que, numa de suas mais notáveis conferências de revolucionário social, Nabuco destacou ser o Brasil do seu tempo um país em que a escravidão já não escandalizava tanto, como outrora, pelos seus aspectos ostensivos: começara a ser um país inquietante pelo crescimento de uma população livre que nada tinha que pudesse "chamar seu", sem "um palmo de terra" que pudesse cultivar por sua conta, "miserável e dependente no mesmo grau que o escravo". A escravidão, "sistema agrícola e territorial", tornara-se "um regime social" e estendera "o seu domínio por toda a parte". Nas suas palavras de exata caracterização dos males menos visíveis da escravidão: "... a escravidão não é uma opressão ou constrangimento que se limita ao ponto em que ela é visível: ela espalha-se por toda a parte: ela está onde estás; em nossas ruas, em nossas casas, no ar

que respiramos, na criança que nasce, na planta que brota do chão..."

De modo que não era apenas o escravo que Joaquim Nabuco enxergava. Ultrapassando os abolicionistas do seu tempo, ele enxergava a necessidade, que outros homens públicos do Brasil nem mesmo hoje enxergam, de redimir-se, valorizar-se, elevar-se o homem aparentemente livre mas pobre que a escravidão, como regime social, tornou quase pária entre nós. Igual a outro observador francês do século XIX que viu o Brasil com olhos honestos de crítico — Couty — Joaquim Nabuco cedo chegou à conclusão de que a escravidão não permitia que nos organizássemos em povo. Que nos reduzia a senhores e escravos. E sem povo as instituições não podiam ter raízes. Não era possível haver vontade nacional por trás de poderes políticos dependentes daquele regime social. As reformas, apenas políticas, exprimiam — dizia ele — cinquenta anos de "esperanças populares atraçadas". Em vez de outras reformas políticas, clamava Joaquim Nabuco — revolucionário com aparência de reformador — por uma "reforma agrária" que acabasse com o monopólio territorial, com a grande propriedade e não apenas com o senhor de escravos. Que criasse a pequena propriedade. Que racionalizasse a agricultura. Que defendesse os direitos do homem de trabalho. "É preciso" — dizia ele em 1884 — "que os brasileiros possam ser proprietários de terra e que o Estado os ajude a sê-lo." E mais: "eu, pois, se fôr eleito, não separarei mais duas questões — a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo." É que "acabar com a escravidão" não bastava; era preciso "destruir a obra da escravidão". Esforço em que se especializará o Instituto de Pesquisa Social Joaquim Nabuco. (*Aplausos prolongados.*)

Outros clamaram mais do que Joaquim Nabuco contra desajustamentos apenas políticos e por soluções simplesmente jurídicas ou reformas apenas de superfície. Ele clamou contra desajustamentos sociais e por soluções e reformas sociais, com uma voz que chega aos nossos ouvidos cheia de mocidade, de atualidade, de contemporaneidade. Foi mais profundo do que os outros. Viu mais claro do que os outros. Enxergou, mais do que os outros, em problemas do seu tempo, aspectos que só nos nossos dias estão sendo considerados pelos homens públicos mais lúcidos. Anteci-

pou-se ao Trabalhismo, ao Socialismo, ao Sindicalismo entre nós. Mas sem cair nunca na abstração esquemática. Nem na repetição passivamente muçulmana do que estava escrito nos profetas estrangeiros. Nem na demagogia. Ao contrário: fazendo-se notar de tal modo, depois de sua volta da Europa, por apuros de traje, de maneiras e de cultura européia que os caricaturistas da época esmeraram-se em caricaturá-lo de bigodes brilhantes de brilhantina, o lenço perfumado à francesa, pulseira de mōça. Quase o mesmo, aliás, vinham fazendo os cômicos com o também pernambucano Dom Vital, capuchinho educado na França a quem o anticlericalismo da época não perdoou nunca o fato de ser frade bonito, viril e limpo. O Conde d'Ursel refere que durante os dias da Questão Religiosa apareceu num jornal do Rio de Janeiro reclame de perfumista que se gabava de fornecer a Dom Vital a brilhantina com que o bravo pernambucano perfumava a barba: a barba do frade. Não encontrei nos jornais da época reclame semelhante com relação ao autor de *O Abolicionismo*, cuja bela cabeça, entretanto, aparece em mais de um rótulo de cigarro chamado Joaquim Nabuco, como pude verificar na coleção Brito Alves de rótulos de cigarros brasileiros do século XIX.

Em algumas das cartas a amigos íntimos, Joaquim Nabuco aparece o *dandy* fascinado por Maciel Monteiro que, depois de homem feito, nunca deixou de ser: numa bradando fradiquianamente por gravatas — “gravatas, gravatas, gravatas!”; noutra a considerar impossível “aparecer em público” enquanto o Poole, de Londres, não lhe fornecesse as roupas já encomendadas. Difícil como é conciliar êsse Nabuco fradiquiano com aquêlê que o Recife conheceu no meio das multidões do São José e de Santo Amaro, apertando mãos ásperas de negros velhos, de funileiros, de sapateiros, de ferreiros, agradando mulequinhas sujas, confraternizando com operários pobres, a verdade é que assim foi o fidalgo de Massangana. Contraditório, diverso, rico de contrastes em sua personalidade. Conservador e revolucionário. Anticlerical e religioso. Democrata e monarquista. Provincianista e universalista. Acadêmico e descuidado do purismo acadêmico. Homem de gabinete e homem de rua. Curvando-se diante de baronesas no Teatro Santa Isabel e enfrentando nas ruas do Recife a fúria da polícia e dos capangas dos barões escravocratas, contra os quais o desas-

sombrado José Mariano organizara sua própria capangagem que defendia também Joaquim Nabuco. De um desses capangas, célebre pelas muitas mortes, ainda conheci o filho, cozinheiro da nossa casa, o velho e adamado José Pedro: tão adamado que para êle era problema doloroso matar uma simples galinha.

Por suas contradições Joaquim Nabuco foi homem profundamente do nosso tempo. Também nós somos contraditórios. Também nós caminhamos hoje, com um gosto de aventura semelhante ao dêle, para as surpresas da renovação social sem querermos abandonar de todo a rotina macia do passado, cuja doçura Proust nos ensinou a amar e em que Nabuco, ao retirar-se, nos fins do século XIX, da vida política, foi encontrar seu melhor consôlo, descobrindo em livros, documentos, retratos, “em tradições” — segundo êle próprio escreveu — “quase desconhecidas hoje, os traços da original, delicada e em alguns respeitos ideal civilização em que pôde florescer por tanto tempo a única monarquia da América”. Civilização para cuja ruína êle, entretanto, concorrera, através de uma revolução violenta, embora feita debaixo de flôres: a Revolução de 13 de Maio.

Também nós nos encontramos hoje num Brasil em que difficilmente há equilíbrio entre os dois extremos. Em que ou domina o velho ou o nôvo, sem a justa conciliação ou contemporização entre os excessos de inovação e conservação. “Já antes dos 40 anos o brasileiro começa a inclinar a sua opinião diante das dos jovens de 15 a 25”, escreveu Joaquim Nabuco em 1895, crítico do que considerava a nossa neocracia. Crítico da abdicação dos pais nos filhos que vinha se sucedendo ao excessivo paternalismo de outrora. E pensando, principalmente, ao que parece, nos jovens bacharéis e capitães republicanos que vinham dominando, na República, a política, as letras, o Exército, observava: “imagine-se a França entregue inteiramente como grande potência européia à direção do Quartier Latin. Em menor escala êsse é o nosso caso. O resultado é uma prematuridade abortiva em todo o campo de inteligência, pelo que o talento nacional, que é incontestavelmente pronto, brilhante e imaginoso, está condenado a produzir obras sem fundo e, portanto, também sem forma, porque o Belo na Escultura, como nas Artes, não é outra coisa senão a fôrça. Será difícil a um estudante

nosso de mérito servir-se a primeira vez do microscópio sem logo descobrir um nôvo organismo que os sábios estejam procurando em vão, há anos, nos diversos laboratórios da Europa." E acrescentava: "eu receio muito o dia em que tivermos um cardeal nosso. O representante no Sacro Colégio da nossa impulsiva mentalidade, se o Conclave não ceder às suas vistas superiores, ameaçará vir para a imprensa contar as irregularidades da apuração das cédulas, perturbando a eleição que há dois mil anos se faz tranqüilamente do sucessor de São Pedro."

Nessa impaciência com a pressa — a pressa na literatura, nas artes, na política — e com o furor dos novos em superarem os antigos apenas pelo brilho ou a afoiteza das improvisações, Joaquim Nabuco foi também um antecipado. Desgarrou-se dos hábitos que se tornaram predominantes no Brasil de sua época de homem feito, para situar-se entre aquêles brasileiros que, hoje, já não acham ridículo o indivíduo que estuda, investiga e pesquisa longamente a realidade viva ou o passado aparentemente morto da Nação ou de qualquer de suas regiões. Que não admiram o talento apenas cintilante do improvisador mas orgulham-se de institutos como o de Manguinhos e o de Geografia e Estatística, onde se faz obra demorada de análise, do feitio da que o próprio Nabuco realizou em tórno da questão da Guiana Inglesa; ou sobre o Segundo Reinado no livro monumental que é *Um Estadista do Império*.

Noutro ponto foi ainda Joaquim Nabuco um antecipado: na sua atitude para com o Exército. No seu tempo, o comum era o bacharel ou o intelectual, no Brasil, ver no militar um inimigo; e o militar ver no bacharel, um adversário. Eduardo Prado encarnou bem o civilismo sectário do bacharel daqueles dias: civilismo sectário que chegou quase aos nossos dias ao lado de sobrevivências do culto oposto — o florianista.

Joaquim Nabuco, fiel à Monarquia, não se deixou, entretanto, levar pela mística antimilitarista; nem se fechou no civilismo de seita que faz da casaca a toga quase santa de um culto religioso. É dêle, sobre o assunto, uma das páginas mais argutas que se escreveram entre nós. Aí reconhece que, no Brasil, desaparecida a Monarquia — por natureza "permanente, neutra, desinteressada e nacional" — diante das lutas entre partidos ou facções — "teríamos forço-

samente que substituí-la pelo elemento que oferecesse à Nação o maior número daqueles requisitos, e êsse era exatamente o militar". Isto "por ser o espírito militar o mesmo de um extremo a outro do País, isto é, nacional" e "por ser o Exército superior às ambições pessoais em que se resume a luta dos partidos e que sem a Monarquia teriam barbarizado o País". E ainda: "Estranho como isto pareça o governo militar é nos períodos em que o Exército se torna a única força social e adquire consciência disso, o meio de impedir o Militarismo, vício dos exércitos políticos e sem espanto militar, assim como a Monarquia era o único meio de abafar o Monarquismo que desde o próprio Bolívar até hoje sobrevive no sangue depauperado das nações americanas".

De modo que em vez de lamentar a intervenção do Exército na transição da Monarquia para a República, Joaquim Nabuco viu nessa intervenção um acontecimento feliz para a comunidade brasileira. No que se revelou um antecipado. Admitido um ou outro desvio como o surto militarista de 1912, ou a complacência de chefes militares com o golpe de 37, o Exército vem cumprindo, no Brasil, a missão de elemento nacional neutro, suprapartidário tanto quanto supra-regional, que a Monarquia desempenhou entre nós. (Aplausos.) E Nabuco — o último dos homens a poder ser acusado de militarista — viu claro êsse aspecto em dias turvos como os primeiros anos da República de 89.

Por outro lado seu pendor para o Socialismo não o levou nunca ao uniformismo nem nacional nem internacional. Foi sempre um homem ardentemente de sua província, cujas mangueiras não esqueceu nunca. Como não esqueceu nem mesmo em Londres, sua cidade, o velho Recife de Maurício de Nassau. Lembrando-se do Recife de Nassau é que deu ao filho o nome de Maurício. E ninguém se teria escandalizado mais do que êle, se fôsse vivo em 1937, com a atitude dos retardados ideológicos que perturbaram de tal modo as comemorações brasileiras da chegada ao Brasil de Maurício de Nassau, ao ponto de quase impedirem que elas se realizassem. (Aplausos.) Ao ponto de impedirem que holandeses e brasileiros se juntassem em tórno daquelas comemorações.

Ao mesmo tempo foi pan-americanista que compreendeu, como raros homens do seu tempo, a necessidade de blocos

transnacionais com inevitável redefinição da soberania nacional: "pois estamos caminhando para uma época" -- escrevia em 1906 -- "em que a sorte de todos êles [os problemas internos], sem exceção, tem que ser afetada pela solução que tiver o conflito de influência e preponderância entre os grandes sistemas atuais de força..." Palavras de antecipado cuja importância não escapou, em 1927, à inteligência admiravelmente arguta do Sr. Raul Fernandes. Palavras de antecipado que parecem ter orientado o claro espírito político do Sr. Osvaldo Aranha (*aplausos*) nos dias em que retardados ideológicos, para não dizer mentais, de outra espécie, pretenderam afastar o Brasil do sistema atual de força a que pertence no seu próprio interesse e no da América e das nações democráticas, para isolá-lo dentro de uma mística já superada de absoluta soberania nacional. (*Aplausos.*)

Foi ainda Joaquim Nabuco o universalista que deixou fixada, em página já clássica, a flutuação de todo sul-americano mais culto entre o seu país e a Europa. Foi o lusista que, nas universidades norte-americanas, falou à mocidade dos Estados Unidos, não nacionalistamente, de um Gonçalves Dias de "minha terra tem palmeiras", mas supranacionalmente, de um Camões grande demais para ser só português ou apenas brasileiro. (*Aplausos.*) Um Camões que, na verdade, a América inteira precisava, e ainda precisa, de sentir à base de sua formação heróica: consequência de uma fase na vida do mundo em que o gênio português foi, ao mesmo tempo, tão da terra e tão do mar; tão de Portugal e tão da aventura, do universo, do mundo: "Minha alma é só de Deus, o corpo dou eu ao mar."

Em Joaquim Nabuco antagonismos vários se juntaram para permitir que êle fôsse, com tôda a antecipação do seu pan-americanismo, um tradicionalista, numa época célebre, no Brasil, pelo desapêgo às tradições. Um americanista que nunca se despersonalizou por amor ao que o progresso mecânico tem de despersonalizante. Das suas cartas ainda inéditas de mocidade há uma, escrita dos Estados Unidos, a um amigo brasileiro, que nos deixa claramente ver sua repulsa ao que lhe pareceu excessivamente mecânico na vida norte-americana da época ainda paleotécnica de progresso ianque. Num grande hotel do Norte dos Estados Unidos, não se conformou com o ruído, na imensa sala de jantar, das

centenas de pessoas que comiam mecânicamente ao mesmo tempo; nem com outro ruído de coletivismo mecânico que diz na carta qual era com a exatidão dos bons realistas. — que seu parassocialismo era intensamente personalista. Neste ponto antecipou-se, como noutros, ao moderno Socialismo ou Trabalhismo inglês, que não esquece a pessoa nem pela raça nem pela classe nem pela massa. (*Aplausos*)

Outras antecipações poderiam ser destacadas em Joaquim Nabuco. Antecipações de idéias e antecipações de atitude

Mas o tempo já foi esgotado na tentativa de resumo das que foram, talvez, as principais. Pelo que só nos resta imitá-lo, embora "tarde", "muito tarde", na prática em que como orador, afastou-se dos hábitos de sua época, famoso pelos discursos extremamente longos: na prática de raramente falar mais de uma hora. (*Aplausos que se prolonga por vários minutos.*)